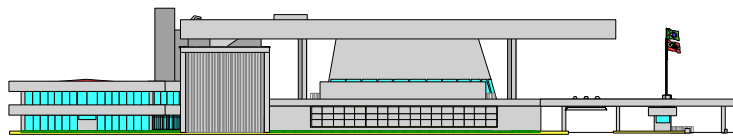


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVII

FLORIANÓPOLIS, 23 DE MAIO DE 2007

NÚMERO 5.727

16ª Legislatura  
1ª Sessão Legislativa

**MESA**

Julio Cesar Garcia

**PRESIDENTE**

Clésio Salvaro

**1º VICE-PRESIDENTE**

Ana Paula Lima

**2º VICE-PRESIDENTE**

Rogério Mendonça

**1º SECRETÁRIO**

Valmir Comin

**2º SECRETÁRIO**

Dagomar Carneiro

**3º SECRETÁRIO**

Antônio Aguiar

**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**

João Henrique Blasi

**PARTIDOS POLÍTICOS**

(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**

Líder: Kennedy Nunes

**PARTIDO DO MOVIMENTO**

**DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**

Líder: Manoel Mota

**DEMOCRATAS**

Líder: Gelson Merísio

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**

Líder: Padre Pedro Baldissera

**PARTIDO DA SOCIAL**

**DEMOCRACIA BRASILEIRA**

Líder: Marcos Vieira

**PARTIDO TRABALHISTA**

**BRASILEIRO**

Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO**

**BRASILEIRO**

Líder: Odete de Jesus

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**

Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO**

**TRABALHISTA**

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente  
Marcos Vieira - Vice Presidente  
Darci de Matos  
Cesar Souza Júnior.  
Pedro Uczai  
Pe. Pedro Baldissera  
Narcizo Parisotto  
Joões Ponticelli  
João Henrique Blasi  
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO**

Reno Caramori - Presidente  
Décio Góes - Vice Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Serafim Venzon  
Manoel Mota  
Renato Hinnig  
Onofre Santo Agostini  
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

Jailson Lima da Silva - Presidente  
Odete de Jesus - Vice Presidente  
Darci de Matos  
Herneus de Nadal  
Jandir Bellini  
Jorginho Mello  
Genésio Goulart  
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL**

Moacir Sopelsa - Presidente  
Reno Caramori - Vice Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Dirceu Dresch  
Marcos Vieira  
Gelson Merísio  
Romildo Titon  
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**

Onofre Santo Agostini - Presidente  
Joões Ponticelli - Vice Presidente  
Dirceu Dresch  
José Natal Pereira  
Renato Hinnig  
João Henrique Blasi  
Professor Grandó  
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO**

Jorginho Mello - Presidente  
Gelson Merísio - Vice Presidente  
Décio Góes  
José Natal Pereira  
Jandir Bellini  
Manoel Mota  
Renato Hinnig  
Odete de Jesus  
Silvio Dreveck  
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Dirceu Dresch - Presidente  
Sargento Amauri Soares - Vice Presidente  
Cesar Souza Júnior  
Edson Piriquito  
Herneus de Nadal  
Kennedy Nunes  
Nilson Gonçalves  
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA**

Silvio Dreveck - Presidente  
Renato Hinnig - Vice Presidente  
Ada de Luca  
Elizeu Mattos  
Marcos Vieira  
Pedro Uczai  
Professor Grandó  
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE**

Décio Góes - Presidente  
José Natal Pereira - Vice Presidente  
Cesar Souza Júnior  
Edson Piriquito  
Renato Hinnig  
Reno Caramori  
Professor Grandó  
Quartas-feiras, às 13:00 horas

**COMISSÃO DE SAÚDE**

Genésio Goulart - Presidente  
Jailson Lima da Silva - Vice Presidente  
Edson Piriquito  
Gelson Merísio  
Kennedy Nunes  
Serafim Venzon  
Odete de Jesus  
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Ada de Luca - Presidente  
Pedro Uczai - Vice Presidente  
Genésio Goulart  
Kennedy Nunes  
Elizeu Mattos  
Serafim Venzon  
Odete de Jesus  
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**

Darci de Matos - Presidente  
Pedro Uczai - Vice Presidente  
Ada de Luca  
Manoel Mota  
Jorginho Mello  
Professor Grandó  
Silvio Dreveck  
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL**

Nilson Gonçalves - Presidente  
Narcizo Parisotto - Vice Presidente  
Ada de Luca  
Jandir Bellini  
Elizeu Mattos  
Moacir Sopelsa  
Jailson Lima da Silva  
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

Odete de Jesus - Presidente  
Kennedy Nunes - Vice Presidente  
Jailson Lima da Silva  
Moacir Sopelsa  
Joões Ponticelli  
Nilson Gonçalves  
Onofre Santo Agostini  
Romildo Titon  
João Henrique Blasi

**DIRETORIA  
LEGISLATIVA**

**Coordenadoria de Publicação:**  
responsável pela digitação e/ou  
revisão dos Atos da Mesa Diretora e  
Publicações Diversas, diagramação,  
editoração, montagem e distribuição.  
Coordenador: Eder de Quadra  
Salgado

**Coordenadoria de Taquigrafia:**  
responsável pela digitação e revisão  
das Atas das Sessões.  
Coordenadora: Lenita Wendhausen  
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e  
Serviços Gráficos:**  
responsável pela impressão.  
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA  
EXPEDIENTE**

**Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina**  
**Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves**  
**Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC**  
**CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500**  
**Internet: www.alesc.sc.gov.br**

**IMPRESSÃO PRÓPRIA**  
**ANO XV - NÚMERO 1744**  
**1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES**  
**EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS**

**ÍNDICE****Plenário**

Ata da 039ª Sessão Ordinária da  
16ª realizada em 16/05/2007.....2  
Ata da 040ª Sessão Ordinária da  
16ª realizada em 17/05/2007...17

**Atos da Mesa**

Atos da Mesa .....30

**Publicações Diversas**

Ata da Comissão Permanente.....  
.....30  
Projetos de Lei.....31  
Portarias .....31  
Projeto de Lei Complementar .....  
.....32

**PLENÁRIO**

# ATA DA 039ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jandir Bellini - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Professor Grando - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin.

**SUMÁRIO**

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** (pela ordem) - Registra a presença do vereador Jovino Cardoso Neto, de Blumenau, e de Salete Sbardelatti, do jornal *Correio Comunitário*.

**Breves Comunicações**

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Registra a visita do governador à cidade de São João Batista; refere-se à segurança da BR-101; aborda a administração dos hospitais públicos de Santa Catarina.

**DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI** (pela ordem) - Informa a presença do presidente da Câmara Municipal de São Cristóvão do Sul, vereador Volmar Martins.

**DEPUTADA ODETE DE JESUS** - Fala da importância da mulher na ocupação de espaços públicos e políticos.

**DEPUTADO JAILSON LIMA** - Parabeniza a Polícia Federal pela Operação Pó da China; elogia o PAC por colocar à disposição dos municípios recursos para as áreas da habitação e do saneamento básico; reporta-se a caso de professora de Jaraguá do Sul, portadora de LER/Dort.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Discorre sobre as causas que levaram à paralisação os servidores da Segurança Pública.

**Partidos Políticos**

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** - Manifesta-se sobre liminar concedida pela Justiça proibindo a veiculação de propaganda do governo estadual na área da educação.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (aparte) - Afirma que o não-cumprimento da Lei n.254 é calote eleitoral do governo do estado.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** (pela ordem) - Sauda o prefeito Wanderlei Lezan e o presidente da Câmara Municipal, vereador Arno Luiz Denk, de Irineópolis.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Dá prosseguimento ao pronunciamento sobre a paralisação dos funcionários da base da Segurança Pública.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (pela ordem) - Registra a presença do prefeito Marcos Fabiano dos Santos Tibúrcio, de Jaguaruna, acompanhado de várias autoridades do município, e do vereador Reginaldo Vitorassi, de Grão Pará.

**DEPUTADA ODETE DE JESUS** - Convida para audiência pública sobre o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infanto-Juvenil; comenta projeto de lei relativo à Saúde em tramitação na comissão de Finanças.

**DEPUTADO JOSÉ NATAL** - Comunica recebimento de ofício do presidente da Amerios apelando para uma melhor distribuição do ICMS e do FPM; parabeniza a TVBV pelos 25 anos de serviços prestados a Santa Catarina; homenageia o ex-senador Henrique Loyola, autor da idéia que deu origem à Lei n. 11.441/2007.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI** - Discorre sobre as reivindicações salariais dos servidores da Segurança Pública.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** (aparte) - Coloca o ponto de vista dos servidores da Segurança Pública quanto ao cumprimento da Lei Complementar n. 254.

**DEPUTADO MARCOS VIEIRA** (aparte) - Desafia que se faça um comparativo entre os dois últimos governos para ver quem mais beneficiou os servidores da Segurança Pública.

**DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI** - Presta homenagem aos garis do Brasil.

**DEPUTADO DARCI DE MATOS** (aparte) - Afirma ser normal o prefeito de Joinville reivindicar recursos do governo federal.

**DEPUTADO PEDRO BALDISSERA** - Analisa a aplicação dos recursos da CPMF; refere-se às despesas com as 36 SDRs.

Ordem do Dia

**DEPUTADA ODETE DE JESUS** (pela ordem) - Pede a inclusão na pauta da Ordem do Dia do PL n. 0015/2007, relativo à secretaria da Saúde.

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** - Discute requerimento de autoria do deputado Rogério Mendonça, que solicita o envio de expediente às operadoras de telefonia, pedindo a instalação de serviços de telefone celular em Santa Terezinha do Progresso.

Explicação Pessoal

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** (pela ordem) - Parabeniza a diretoria do BRDE pelo trabalho; convida para comemoração dos quatro anos do *Informativo* do PP.

**DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI** (pela ordem) - Conclama todos a torcerem pelo Figueirense, representante de Santa Catarina na Taça Brasil.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Informa que o PP vai reprisar os discursos do dia 15/12/2003, quando da votação que aprovou a Lei n. 254; comenta a liminar concedida suspendendo a veiculação de propaganda pelo governo do estado relativa aos uniformes escolares.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** (aparte) - Informa que a Acadepol está fazendo treinamento relâmpago de pessoal em BO; comunica que permanecerá em vigília em frente ao Centro Administrativo.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** - Posiciona-se quanto à LC n. 254 e ao movimento dos servidores da Segurança Pública; critica as empresas de telefonia por não responderem aos requerimentos da Alesc e comunica realização de audiência pública para tratar da questão.

**DEPUTADO DARCI DE MATOS** - Pronuncia-se sobre PL de autoria do deputado Antônio Aguiar, que institui a Semana de Conscientização de Acidentes de Trabalho.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** (aparte) - Comenta o seu projeto que institui a Semana de Conscientização de Acidentes de Trabalho.

**DEPUTADO ROMILDO TITON** - Declara que STF determinou ao Congresso Nacional regulamentar, dentro de 18 meses, o § 4º, do art. 18 da Constituição Federal.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** (aparte) - Registra a presença de Eutides Tavares, ex-presidente do PFL.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** - Defende a manutenção da CPMF.

**DEPUTADO JOSÉ NATAL** (aparte) - Afirma que os governos federais não aplicaram corretamente os recursos da CPMF.

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** (aparte) - Acusa o governo estadual de tratar mal os professores e os policiais; discorre sobre o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infante-Juvenil.

**DEPUTADO VALMIR COMIN** - Reporta-se à história do Criciúma Esporte Clube.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** (aparte) - Lembra que o Criciúma Esporte Clube aniversariou no dia 13 de maio.

**DEPUTADO PROFESSOR GRANDO** - Exalta o papel de mediador do Poder Legislativo; manifesta-se a respeito de encontro estadual a ser realizado pela comissão de Turismo e Meio Ambiente para tratar da questão do saneamento básico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

A Presidência registra com satisfação a visita da comitiva do município de Jaguaruna, liderada pelo vice-prefeito Francisco Elpidio de Souza, e da Associação Balneário Esplanada. Os líderes se encontram em Florianópolis com o objetivo de reivindicar a pavimentação asfáltica do acesso da BR-101 ao balneário de Esplanada. Quem conhece a região sabe quanto é necessária essa obra. Sejam bem-vindos à Assembléia Legislativa.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, quero fazer o registro da presença no Parlamento catarinense do vereador Jovino Cardoso Neto, da cidade de Blumenau, juntamente com a sra. Saete Sbardelatti, do jornal *Correio Comunitário*. Sejam muito bem-vindos à Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Sejam todos igualmente muito bem-vindos.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. e srs. deputados, hoje à tarde, às 17h, o governador e sua comitiva farão uma visita a uma cidade do vale do rio Tijucas, São João Batista, a capital catarinense das fábricas de sapatos femininos. E nós, como representante do vale do rio Tijucas, assim como do vale do rio Itajaí-Mirim, estaremos lá para fazer coro, saudando a construção do centro de eventos em São João Batista.

Além disso, srs. deputados, começa ali também, no mesmo dia, a sétima edição da Semana da Indústria Calçadista Catarinense. É impressionante o entusiasmo dos empresários daquela progressista cidade, assim como a quantidade e a qualidade da mão-de-obra que lá existe para fabricar especialmente sapatos femininos e competir no mercado nacional e internacional.

A cidade de São João Batista, próxima do Santuário de Santa Paulina, serve também passagem, através da Rodovia Gentil Archer, a Brusque. Inclusive, fizemos um pedido, através desta Casa, ao secretário de Infra-Estrutura, deputado Mauro Mariani, para a construção de duas rotulas-trevo nas entradas dessas cidades perto de São João Batista; s.exa., aliás, já nos está atendendo.

Hoje estaremos lá, juntamente com o governador, para presenciar o desenvolvimento daquela cidade. Lamentavelmente ocorrem, junto com o desenvolvimento econômico, também alguns efeitos indesejáveis da migração de pessoas que advém de diversas cidades. Entre esses defeitos citaríamos o aumento da criminalidade, mas também estamos tomando as providências para conter isso, fazendo os investimentos sociais, seja através do governo do estado, seja através da prefeitura municipal, para tentar diminuir o descontentamento da sociedade.

Mas o que eu quero destacar aqui é o fato de estarmos inaugurando ali um centro de eventos e começando, mais uma vez, a semana da Feira Calçadista, que concentra um grande número de representantes e toda a tecnologia mais moderna que existe em São João Batista. E todos os empresários, as fábricas da região vão lá para poder ver e iniciar o processo de aquisição de novas tecnologias para melhorar a qualidade, para diminuir o preço e assim, naturalmente, melhorar a economia de toda a nossa região.

Em segundo lugar, sr. presidente, fiz um pedido ao DNIT referente à BR-101. E até perguntava ao deputado José Natal qual é a diferença entre *guard rail* e *corrimão*. Ao terminar, pensei: então, na BR-101 antiga, que agora faz parte da duplicada, as pontes antigas têm *corrimão* e não *guard rail*, porque toda vez que bate um carro ali num acidente, acaba caindo dentro do rio ou nos vales e geralmente isso é um fator de perda de vidas.

Só no rio Itajaí-Açu já morreram, nos últimos anos, sete, oito pessoas, porque elas caíram num abaloamento lateral que acontece numa pista duplicada e um dos carros, geralmente o menor, acaba, pela batida que dá contra o *corrimão*, caindo dentro do rio. Então, aquilo é mais um *corrimão* do que um *guard rail* para proteger ou dar mais segurança aos carros.

Por isso, sr. presidente, eu estou encaminhando este pedido ao DNIT para rever todas as pontes velhas da BR-101 que continuam com aquela proteção. Não sei o que há no segmento norte da BR-101, de Florianópolis até a divisa com o Paraná; mas, de qualquer maneira, terá que ser revisto, ou seja, arrumar ou modificar todas as pontes antigas que hoje fazem parte de uma das pistas da BR-101 duplicada, que, na verdade, oferece uma falsa segurança aos usuários.

Eu quero ainda destacar, sr. presidente, que no dia de ontem foi dada, através da TVAL, da Rádio Alesc Digital, uma informação, na minha opinião, errônea sobre a questão da saúde, de que hoje a secretaria da Saúde administra 14 hospitais. Mas quatro hospitais públicos, por exemplo, não são administrados pela secretaria da Saúde, pois a administração é terceirizada. Como exemplo temos o hospital de Araranguá, e está aqui o deputado Manoel Mota, que pode falar melhor sobre a administração daquele hospital. Também o hospital de Curitiba tem sua administração terceirizada; da mesma maneira o hospital de Rio do Sul. E agora o quarto hospital seria o Hospital Materno-Infantil, um hospital que fica em Joinville, cidade onde já existem dois hospitais administrados pela secretaria da Saúde. Este seria, portanto, o terceiro hospital administrado pelo estado naquele município. E o governo está estudando, através da secretaria da Saúde, a possibilidade de ser administrado por uma organização social. Mas o objetivo do governo, srs. deputados, não é fugir ao compromisso. Pelo contrário, certamente aquele hospital vai ser um hospital que o governo do estado vai tratar com o maior carinho, até porque se chama Hospital Materno-Infantil.

Nós chamávamos a atenção para o fato de que de 20% a 22% dos partos são de meninas que não têm 18 anos e que por lei precisam ser atendidas no hospital infantil. Então, Joinville vai ter um hospital infantil, que é maternidade, para atender pacientes de até 18 anos, cuja gravidez é considerada de alto risco tanto para ela quanto para o feto. Por isso aquele hospital será estruturado com um centro cirúrgico com pessoal treinado. Enfim, será o hospital mais moderno de todos os tempos do Brasil. Mas o que não se quer é que ele seja emperrado devido a alguma burocracia da administração.

Por isso o governo do estado, através da secretaria da Saúde, está preocupado com a eficiência daquele hospital tanto para os recém-nascidos quanto para as gestantes de gravidez precoce, no sentido de que possam receber ali o melhor atendimento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - O deputado Kennedy Nunes me perguntou se eu iria dar uma notícia ruim e eu disse que não, que iria dar uma notícia boa.

Eu quero informar que se encontra em nosso meio o ilustre presidente da Câmara Municipal de São Cristóvão do Sul, o meu amigo Volmar Martins, que nos honra com a sua presença. Ele vem aqui, naturalmente, trazer os seus conhecimentos para que a gente aprenda a fazer leis. Por isso o recebemos com muita alegria em nosso Poder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Finalmente uma notícia boa, deputado Onofre Santo Agostini.

Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, demais integrantes da mesa, sras. deputadas e srs. deputados, visitantes, imprensa falada, escrita e televisada, sempre que venho a esta tribuna trago a minha contribuição como parlamentar, como mãe e como professora que sou, com muito orgulho. E como integrante também da população catarinense, fiz uma crítica construtiva ao governador do estado, solicitando que também seguisse o modelo do nosso presidente Lula que, juntamente com o Ministério Público Federal, fez um ajuste de conduta valorizando a população feminina. Inclusive, sr. presidente, já estou encaminhando a esta Casa Legislativa duas moções: uma parabenizando o governo Lula por essa excelente iniciativa de olhar com bons olhos as mulheres, colocando-as em cargos equiparados aos ocupados pelo público masculino, e outra solicitando a s.exa., o governador do estado que, por solicitação desta deputada, adote esse ajuste de conduta no âmbito do estado de Santa Catarina, equiparando os gêneros, dando-lhes igualdade de oportunidades.

Nós temos muitas mulheres competentes e eu volto a falar sobre este tema porque não pude concluir, ontem, pois o meu espaço foi curto.

Eu quero, inclusive, parabenizá-lo, sr. presidente, porque v.exa. está tendo uma excelente experiência nesta Casa ao colocar algumas mulheres no comando e vou citar, como exemplo de competência, a jornalista Lúcia Helena Evangelista Vieira, diretora de Comunicação Social, e Maria Ivonete Lessa, coordenadora da TVAL. A imprensa falada, escrita e televisada desta Casa Legislativa, então, está de parabéns, pois tem na chefia mulheres. No Cerimonial desta Casa v.exa. colocou a sra. Rosana Brasca Cajuela; no Centro de Informações nós temos na chefia a sra. Maria Heloisa da Silva Dalbosco; como gerente do Cerimonial temos a sra. Ilka Fretta Lacerda e na chefia da Coordenadoria de Taquigrafia, deputada Ana Paula Lima, temos a sra. Lenita Wendhausen Cavallazzi.

Então, sr. presidente, nós temos que parabenizá-lo porque v.exa. está olhando com bons olhos as mulheres; v.exa. sabe que uma casa, um lar não é dirigido somente pelos homens, há sempre uma mulher no comando. Quando o chefe da casa sai para o trabalho, a mulher comanda, deputada Ana Paula Lima, e muito bem.

Eu ainda quero manifestar-me sobre a angústia da ministra Nilcéa Freire, quando disse que na reunião do Parlamento do Mercosul, que ocorreu no dia 7 de maio, segunda-feira, em Montevideu, apenas uma mulher foi indicada para fazer parte. Nós sabemos que ele é composto por nove senadores e nove deputados e só há uma mulher participando.

Eu não quero que os homens achem que eu estou discriminando, mas já há muitos homens nos cargos, muitos homens na vida política. As mulheres são poucas. Por isso, deputado Professor Grando, eu venho aqui hoje fazer a minha manifestação chamando as mulheres para se integrarem aos diversos partidos. Não somente ao meu, porque há muitos partidos bons. Afinal de contas, nós somos partidários quando o bem comum está em jogo, nós não ficamos brigando em defesa da nossa sigla. Nós brigamos por um interesse comum, que é a população, o bem-estar da população, o bem-estar da criança, da família, enfim, de toda a população.

Então, sr. presidente, ao observar a nossa Constituição, vi que ela salienta, no seu Capítulo I, art. 5, o seguinte:

(Passa a ler.)

"Art. 5. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição."[sic]

Então, hoje em dia a modernidade exige isso! A mulher tem avançado muito. As policiais militares tiveram uma excelente conquista nesta Casa, que foi a sua aposentadoria, e assim por diante. Nós estamos unidas, v.exa., deputada Ana Paula Lima, a deputada Ada De Luca e eu, e vamos brigar, no bom sentido, harmonioso, deputado José Natal, para ocupar os espaços que temos direito.

Vai ser realizada uma conferência da União dos Legislativos Estaduais, nos dias 23, 24 e 25, na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, e, pelo o que eu pude observar aqui, nós temos apenas quatro mulheres integrando a Executiva. E eu, como associada da Unale, reivindicarei mais espaço para as mulheres, deputada Ana Paula Lima. Nós temos que estar envolvidas e levar para lá sugestões e inovações. Nós não vamos aceitar isso! Nós queremos os espaços que nos são devidos.

Então, já estou mantendo contato. Nós temos apenas uma chapa, pois o próximo candidato à presidência da Unale será o deputado Alexandre Postal, do PMDB do Rio Grande do Sul. Se porventura ele não der espaço para as mulheres, esta deputada vai trabalhar em todos os estados trazendo mulheres e vai fazer uma chapa e vai para o voto, para a disputa, sr. presidente.

Temos três mulheres presentes aqui, as deputadas Ana Paula Lima, Ada De Luca e esta parlamentar que lhes fala, que estará defendendo as mulheres.

Sr. presidente, meu espaço é curto e agradeço.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero cumprimentar o presidente da Casa, deputado Julio Garcia, e os demais deputados presentes.

Sr. presidente, diante das informações que se obtém no dia-a-dia percebemos, nas últimas pesquisas feitas, que a Polícia Federal tem sido um dos órgãos reconhecidamente mais atuantes no país e que tem recuperado a credibilidade do seu papel.

E nós, ontem, vimos mais uma operação da Polícia Federal, a Operação Pó da China, que envolveu a prisão de mais de 200 pessoas. Inclusive, foram presas pessoas da região do Alto Vale, da cidade de Ituporanga. Essa atuação da Polícia Federal refere-se a uma série de importações de agrotóxicos e de insumos agrícolas, deputado Jandir Bellini, sendo que muitos deles são proibidos no Brasil e importados de forma irregular, sem a devida declaração de importação.

Essa ação da Polícia Federal mostra, mais uma vez, que o país tem política ambiental, tendo em vista que vários desses produtos não são mais usados em países desenvolvidos.

Por isso, queremos novamente, deputado Sargento Amauri Soares, parabenizar a Polícia Federal porque há muito tempo não se via uma atuação de forma tão contundente, independentemente quem fosse ser preso.

Não tenho a menor sombra de dúvida de que essa atuação não vai afastar investidores da região do Alto Vale, tendo em vista que lá foram presas figuras conhecidas e não só lá, mas na região sul do Brasil.

Esta semana os jornais mostraram que a Operação Moeda Verde, em Florianópolis, não afastou nenhum investidor, as construções continuam em ritmo acelerado, o pessoal continua pedindo licença para construção e a cidade continua no rumo natural.

Ao mesmo tempo, quero ler, rapidamente, um trecho da coluna do jornalista Moacir Pereira. E quem está dizendo isso não é um representante do governo federal, do presidente Lula.

(Passa a ler.)

"[...]

Interlocutor privilegiado do governo catarinense no planalto, o secretário de Brasília, Geraldo Althoff, destacou, igualmente, a disposição do governo Lula de agilizar obras e serviços previstos no PAC. Consta que há dinheiro sobrando, mas faltam projetos para atender com rapidez a área social nos estados e municípios. As inéditas parcerias, agora propostas, permitirão que os prefeitos executem obras de impacto econômico-social e resultados políticos para todos."[sic]

Isso mostra claramente o reconhecimento de que o PAC está andando, de que recursos existem. E nós conclamamos os prefeitos do estado de Santa Catarina a agilizarem os seus projetos porque aqueles que chegarem na frente com projetos adequados, bem formatados, com certeza acabarão liberando recursos antes, principalmente recursos para as áreas da habitação e do saneamento básico, que são duas áreas contempladas dentro do PAC.

Ontem aqui foram feitas algumas intervenções com relação à área da educação no estado. E a deputada Odete de Jesus ainda há pouco também falou sobre esse assunto.

Tendo em vista que sou médico, recebi aqui uma carta dramática de uma senhora chamada Marly Bublitz Villas Boas, da região de Jaraguá do Sul, que é funcionária pública há quase 25 anos, como professora. A partir de 2002 passou a ter problemas de saúde com a chamada LER/Dort, com problemas nos braços e nos ombros, ficando "encostada" vários períodos da sua vida. No colégio onde era lotada, trabalhava na recuperação de alunos com deficiência de aprendizagem para reduzir o índice de reprovação e de evasão escolar, que era alto. Declarou que as condições de trabalho sempre foram precárias e nunca foram favoráveis ao professor na sua situação.

Quero deixar claro que não quero responsabilizar secretário algum neste momento, porém devemos ter uma atuação diferenciada, pois num colégio importante, com mais de 1.200 alunos, ela, na sua readaptação, foi jogada dentro de uma biblioteca.

Solicito que mostrem a fotografia da biblioteca em que ela foi colocada.

(A fotografia é exibida no painel.)

Esta biblioteca parece mais um depósito do que uma dependência escolar voltada à educação.

Ela aqui diz que ao retornar ao colégio obrigaram-na a voltar a cumprir 40 horas semanais. Ela gostaria de voltar para a sala de aula, mas sente-se discriminada nesse espaço, onde não há condições de trabalho e diz-se envergonhada ao tentar recupera-se de uma doença, ter que estar dentro de um ambiente desses para poder ajudar os alunos. Qual aluno vai querer entrar numa biblioteca desse tipo para querer estudar? Aqui ela coloca que basicamente os alunos não procuram esse espaço e em determinados momentos de dor ela coloca um colchão no chão e deita-se para aliviar as dores.

Recomendei que ela procurasse um médico. A situação aqui descrita requer o seu afastamento para que possa tratar-se adequadamente. E, principalmente, essa biblioteca tem que ser urgentemente recuperada.

Ela diz que a biblioteca tem um mimeógrafo e ainda o utiliza para trabalhar por ser mais econômico, mas é muito difícil de executar as suas atividades.

Por isso vamos fazer o encaminhamento ao secretário da Educação e à Perícia Médica do estado, para que observem detalhadamente esses pacientes que muitas vezes têm alta sem uma devida avaliação e que têm dificuldade de reabilitação nessas situações.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, companheiros que nos acompanham hoje.

Queria retomar um pronunciamento do deputado Elizeu Mattos, na semana passada, que colocou uma música serrana cujo tema era o pisador de geada fria. Como já lhe disse, também me identifiquei com essa tradição porque venho dos chapadões da Imbuia, onde no inverno derrubam-se as cercas para o gado ir aos campos. Portanto, fui criado num mundo velho sem porteira ou aramado. Herdei um campo, infelizmente, onde o patrão é rei que tem poderes sobre o pão e as águas e onde esquecido vive o peão sem lei, de pés descalços, cabrestando o mar.

Depois, jovem, por vocação ingressei na Polícia Militar e tenho bivaqueado por 21 anos pela Segurança Pública de Santa Catarina. Bivaquear é o ato de sair ao relento e dormir em local coberto e sem parede. E nesta noite, na última noite, eu me bivaqueei encostado nas estruturas do Centro Administrativo, nosso palácio do governo, junto com uma plêiade de companheiros de todos os momentos e de todas as horas. E por que fizemos isso? Porque o governo nos empurrou para uma situação de incontornável irracionalidade do debate entre a demanda justa de uma categoria imensa da base da Segurança Pública do estado de Santa Catarina, praças da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, policiais civis, agentes prisionais e monitores do sistema do menor infrator.

Estamos há quatro anos discutindo isso. Foi aprovada aqui, em 2003, na legislatura anterior, uma lei que nos dá direitos salariais, direitos que foram cumpridos parcialmente até agora e não está muito difícil de terminar de cumprir. Essas demandas foram colocadas na mesa do governo nesses últimos três ou quatro anos, inúmeras vezes; de um ano para cá, quatro vezes, inclusive no segundo turno da eleição de 2006, de forma escrita e protocolada, na mão do agora governador.

Há 43 dias marcamos uma assembleia para mobilização dos praças. No dia 1º de fevereiro, dia da nossa posse, o governador se comprometeu que em 15 dias nos receberia, receberia as entidades, Aprasc, Sintrasc, para discutir a questão salarial. Em 15 dias! E já temos mais de 90 e tantos dias. Marcamos uma assembleia e mobilização e estavam ontem, lá, cerca de dois mil servidores da Segurança Pública na Associação Catarinense de Medicina e tivemos que fazer a assembleia no pátio porque não coube no auditório. Fomos caminhando tranquilamente até o Centro Administrativo, chegamos lá antes do meio-dia. Antes das 13h fomos para primeira mesa de negociação, conversamos com o comitê gestor do governo até por volta das 14h; alguns teriam que viajar, mas outros ficariam e chamar-nos-iam. O comitê continuaria reunido para nos chamar naquela mesma tarde. Por volta das 17h chamaram-nos novamente para a segunda mesa de negociação e depois de muito boa vontade e de discurso, disseram-nos que precisavam de dez dias só para somar o que tem ou o que não tem. Só para dizer se tem, para quando e o quê.

E a nossa pauta é simples: incorporar o abono de R\$ 290,00 que ganhamos na luta, não foi de graça! Custa entre R\$ 5 milhões e R\$ 6 milhões terminar de pagar tudo para a base, que representa mais de 90% do efetivo; não chega a R\$ 12 milhões.

Mas agora não sei o cálculo que fez o secretário, que foi à televisão dizer que a nossa demanda custa de R\$ 28 milhões a R\$ 30 milhões, se para nós são R\$ 12 milhões; mais de 90% fica em R\$ 12 milhões! Alguém vai levar dinheiro de caminhão embora, de novo, então, na Segurança Pública.

E mais, quando terminou a segunda mesa de negociação - inclusive não abriram o hall do palácio para os servidores se abrigarem da chuva, apesar de eu ter solicitado em mesa de negociação, e os servidores manifestantes já estavam no meio da SC-401 há meia hora - o governo nos deixou, a mim e à liderança dos policiais e bombeiros, com a tarefa de desobstruir a via e disse que em dez dias talvez nos dê algum número.

Queria dizer que eu não devo nada a esse governo! Nós não devemos nada!

(Manifestações das galerias)

Eu não negocie nada, nenhum cargo, porque eu quero que a nossa demanda, que está daquele vidro para fora, que é a Segurança Pública, é o povo de Santa Catarina, seja atendida!

Na primeira vez que precisei ser respeitado, não fui! Faltou respeito não só comigo, mas para com todo mundo. Eu me sinto traído e preciso ser convencido de que não é isso que está acontecendo! Vamos continuar nossa luta porque tive a tarefa de desobstruir a rodovia, que foi árdua. Por isso sobrou apenas uma palavra de ordem possível, e eles sabem, que é paralisação.

(Manifestações das galerias)

É assim que está! Não arrendaremos pé das nossas posições.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência consulta os srs. líderes acerca de requerimento do deputado Nilson Gonçalves, que solicita suspensão da sessão por dois minutos para que o deputado possa homenagear o primeiro afro-descendente a assumir a prefeitura de Araquari. Trata-se do prefeito em exercício Paulino Travassos.

(Os líderes aquiescem.)

Havendo a concordância de todos os srs. líderes, a Presidência suspende a sessão por até cinco minutos e solicita a entrada no plenário do prefeito Paulino Travassos, para que o deputado Nilson Gonçalves e a Assembléia Legislativa, evidentemente, possam fazer a homenagem.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia)(Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Kennedy Nunes, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos prestigia, nobres policiais que estão acompanhando o trabalho do representante de sua classe, o deputado Sargento Amauri Soares, e nossos amigos que acompanham a sessão pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, quero fazer o registro da presença do nosso vereador José Acácio Delmonego, de São João do Itaperiú, juntamente com os nobres amigos que estão aqui, o Jeci e o Júnior. Muito obrigado pela presença de vocês nesta Casa.

Aproveito o horário destinado ao meu partido para fazer algumas colocações. Primeiramente, deputado Joares Ponticelli, é muito bom termos razão e que a Justiça nos confira esse direito da razão, quando as palavras daqueles que usam este espaço são para dizer que torcemos para que o estado vá mal; que bom para aqueles que vêm aqui para defender pura e simplesmente alguém de corpo, alma e espírito. Que bom! Isso me alegra porque não sou mais só eu quem está falando ou a bancada das sentinelas, mas é a Justiça que está falando.

Quero trazer aqui três fatos que me deixam feliz, deputado Dagomar Carneiro. O primeiro é que sempre falamos da ilegalidade do Decreto n. 76, sempre falamos. E isso foi confirmado quando o próprio governador voltou atrás, colocando de novo a legalidade neste estado, proibindo as jogatinas.

Agora, o Supremo Tribunal Federal ratificou a decisão, dizendo que o decreto era ilegal e ainda usou uma expressão bem forte para dizer que o governador extrapolou os seus limites. É o "chavismo"! Eu venho avisando aqui: é o "chavismo"! "Chavismo" que não deixa sequer os policiais entrarem no Centro Administrativo para fugir da chuva.

Agora o nosso partido entrou, deputada Odete de Jesus, com uma ação na Justiça, porque sentinela é assim, não é, deputado Elizeu Mattos? Quando não pode ganhar aqui no plenário e sabe que vai perder, não tem importância, vai para a Justiça. Aliás, a Justiça existe para isso, ou seja, para as coisas serem colocadas nos seus devidos lugares.

Srs. deputados, v.exas. lembrem daquela propaganda do governo do estado da volta às aulas, na qual as crianças bonitas, uniformizadas entravam na escola - e vou usar uma linguagem mais técnica - em *slow motion*, em câmera lenta, e todos aplaudiam dizendo que elas estavam de volta? Ao mesmo tempo em que o governo gasta R\$ 46 milhões para mostrar este tipo de publicidade, o secretário da Educação, Paulo Bauer, diz, enquanto estão mostrando a propaganda com as crianças uniformizadas, deputada Ana Paula Lima, que vão abrir licitações para entregar os uniformes talvez antes do segundo semestre, e agora parece que nem vêm mais.

Nosso partido entrou com uma ação e ontem saiu a liminar. Que liminar, Kennedy? A liminar proibindo o governo de mentir na televisão, assim como mentiram para v.exas. O juiz diz na sentença que o governo não pode mais entrar com essa propaganda porque é mentirosa e ufanista. Está aqui, decisão de juiz! Agora quero ver um deputado da base governista dizer que não tenho autoridade para falar se é ilegal ou não. Então, está aqui a decisão do juiz!

O primeiro ato do governo atual - não foi o passado, é o atual - foi entrar com uma ação contra o ex-governador Esperidião Amin porque ele deu um benefício para os oficiais da Polícia Militar. Eles entraram com uma ação contra o ex-governador Esperidião Amin, contra o ex-comandante-geral da Polícia Militar, coronel Valmor Backs, e contra os ex-secretários da Administração, Celestino Secco e Otávio Neto, porque deram um soldo e meio para os oficiais, dizendo que era ilegal e que iriam tirar dos oficiais esse direito e fazer com que eles devolvessem R\$ 22 milhões aos cofres públicos.

Está aqui, governo! Está aqui a decisão da Justiça, deputado Manoel Mota! Vão brigar com o juiz agora! Está aqui! Eles estão dizendo que é totalmente ilegal e que não precisa!

Mas acho que a bancada governista está na muda, quietinha! Mas tudo bem!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Kennedy Nunes, meu líder, vamos ficar atentos às manifestações da bancada governista, afinal de contas, os policiais de Santa Catarina merecem uma satisfação.

(Manifestações das galerias)

Para nós não é nenhuma novidade o que está acontecendo e quero dizer isso olhando para os policiais. Na época, em dezembro de 2003, fui mal compreendido, quando daquela comemoração aqui, em que alguns deputados da base do governo foram às lágrimas de tanta demagogia, dizendo que agora o dinheiro estava na conta, eu alertei, eu disse: "Cuidado! Nós votamos a favor, mas esse aumento é virtual. Rezem para São Thomé", disse naquela oportunidade, "para o governo cumprir a promessa". E aí estão vocês na luta mais uma vez, quase quatro anos depois, e o governo já programou uma dúzia de vezes, deputado Kennedy Nunes, 15%, 3%, 5%, e não pagou nada! Deram um cheque sem fundos à família da Segurança Pública de Santa Catarina. Mas nós avisamos que o aumento era virtual. É mais um caso de Procon eleitoral, meu líder!

Certamente aquele deputado que vem todos os dias dizer que Luiz Henrique da Silveira é um homem de bem, honrado e decente, deve ter alguma coisa para dizer hoje. Espero que ele responda a esta pergunta hoje, porque também no horário que estou inscrito, quero falar da liminar concedida tirando do ar, a partir desta semana, a propaganda ..., enganosa do uniforme escolar. Mas antes disso, vamos ouvi-los explicar esse calote eleitoral dado na Segurança Pública de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Para encerrar, sr. presidente, gostaria de dizer que fiquei feliz porque o prefeito Marco Tebaldi, prefeito da nossa Joinville, foi junto com o governador Luiz Henrique da Silveira falar com o governo PT, com o governo federal, para pedir algumas verbas para obras de saneamento. Fiquei feliz de ver o prefeito da minha cidade ir até lá.

Tomara que agora o prefeito Marco Tebaldi pare de falar mal do PT em Joinville, porque seria muito chato falar, falar, falar mal, sistematicamente, diariamente do PT em Joinville, depois ir lá pedir e quando voltar continuar falando mal! Tomara que ele pare, porque isso não é justo! Tem que falar bem, pois se o governo federal vai investir, que fale bem, que pare com essa ladainha de falar mal do Partido dos Trabalhadores lá em Joinville.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de saudar o prefeito Wanderlei Lezan, de Irineópolis, juntamente com presidente da Câmara Municipal, o vereador Arno Luiz Denk. Sejam bem-vindos à nossa Casa. Esperamos que realmente Irineópolis seja mais acariciada pela sorte, uma vez que aconteceu um vendaval lá, sr. presidente, fazendo um estrago grande no município, derrubando mais de 20 casas. Um grande abraço ao pessoal de Irineópolis.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito bem-vindos, prefeito Vanderlei e presidente da Câmara de Vereadores ao Parlamento catarinense.

Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sra. presidente, srs. deputados, sra. deputada, demais pessoas que nos acompanham, servidores desta Casa, para terminar o pronunciamento anterior, gostaria de dizer que, como tenho uma origem que nunca abandonei, se for preciso volto a ser caudilho lá daquela nossa pampa e da nossa luta.

Quero esclarecer algumas coisas que não pude fazer anteriormente, como esta questão de ir para a imprensa dizer que para fazer o que nós queremos custará aos cofres públicos de R\$ 28 a R\$ 30 milhões. Não é verdade, em absoluto! Isso aí é para trabalhar contra nós! Não sei de onde saiu esse cálculo, pois em nenhuma das nossas contas dos últimos quatro anos há esse número e de repente ele apareceu esta semana.

Quero que fique absolutamente claro que, consultadas as lideranças do movimento, eu sugeri a palavra de ordem "paralisação". E o fiz com o intuito de convencer os companheiros, 2.000 deles, de que em nome da população de Santa Catarina deveríamos desobstruir a rodovia. Foi a única palavra possível! E a minha indignação é porque nos colocaram nessa sinuca. Se nos tivessem dito, às 14h, que não haveria nada, nós teríamos tido a tarde inteira para discutir uma tática para a semana que vem, para o mês que vem. Mas deixaram a corda estourar!

Continuo com a mesma postura no que se refere a ser Situação ou Oposição. Não vim para cá para ser disputado, vim para defender uma proposta, um caminho conjunto. Eu mantenho a posição que sempre tive e que construí junto com os companheiros. Todas as minhas posições estão mantidas e espero que possa continuar mantendo-as com relação ao governo, porque essa já foi uma posição tomada, já foi compromisso. Eu só estou defendendo o que já está escrito. É preciso respeitar aquilo que discutimos e negociamos nos últimos quatro anos. É só isso que pedimos! Vou continuar votando a favor daquilo que considerar correto e contra aquilo que considerar incorreto.

Reafirmo o que disse: ontem fomos profundamente desrespeitados pelo governo e eu, como sujeito, indivíduo, sinto-me traído e espero ser convencido do contrário.

Eu vou concluir, para não abusar, sra. presidente, e dizer que nós esperamos que hoje, até as 20h, o governador do estado reabra a negociação, para que voltemos a trilhar o caminho da racionalidade. Nós estamos mantendo a calma até agora. Depois das 20h, nós vamos discutir o que vamos fazer se não for retomada a negociação.

A coisa do jeito que está não pode ficar porque a Segurança Pública não vai voltar de ré. (Discurso interrompido por falta de energia elétrica.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Deputado Sargento Amauri Soares, sei que v.exa. estava empolgado no seu discurso, mas o plenário tem luzes de mercúrio e demora um pouco até voltar a iluminação.

Esta Presidência, então, suspende a presente sessão por cinco minutos, até voltar a iluminação neste plenário, dando continuidade às falas dentro do horário destinado aos Partidos Políticos.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) (Faz soar a campainha) - Está reaberta a presente sessão.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sra. presidente, apenas quero registrar a presença em nosso meio do nosso prefeito Marcos Fabiano dos Santos Tibúrcio, do município de Jaguaruna; do nosso secretário João Ligeiro; do nosso companheiro Marcos, assessor jurídico; do Bananeira, que é o nosso secretário de Finanças, além do nosso vereador e presidente do partido Reginaldo Vitorassi, de Grão Pará.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Sejam muito bem-vindos, prefeito Marcos Fabiano dos Santos Tibúrcio, ao Parlamento catarinense, juntamente com a equipe da prefeitura municipal.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PRB.

Com a palavra a deputada Odete de Jesus, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sra. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, eu retorno apenas para concluir o meu pronunciamento anterior e dizer que nós temos, nas chefias desta Casa Legislativa, um time feminino de alto gabarito, muito atuante e muito eficiente nos trabalhos, graças à Presidência do deputado Julio Garcia, que tem olhado com bons olhos os profissionais femininos.

Era esta a conclusão que eu queria ter dado no meu primeiro discurso, em Breves Comunicações.

Mas, sra. presidente, em nome do meu partido, o Partido Republicano Brasileiro, eu quero reforçar o convite para v.exas. participarem, amanhã, de uma audiência pública, porque o dia 18 e maio é o Dia Nacional de Mobilização de Defesa da Criança e do Adolescente. E os deputados nos pediram, na comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, sob a presidência da deputada Ada De Luca, que tem se destacado muito bem nessa comissão, para que nós não realizássemos, no dia 18, o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infanto-Juvenil em Santa Catarina e sim no dia 17, quinta-feira, amanhã, às 14h, para que todos os deputados pudessem participar também dessa audiência.

Então, eu lanço o convite a toda a população catarinense e aos demais deputados que não terão compromissos de viagem para o interior do estado, para que se façam presentes nessa audiência, contribuindo com as suas experiências em seus municípios, nesse nosso debate. Essa audiência pública foi solicitada pela a dra. Helen Sanches, do Ministério Público Estadual, que é coordenadora de Defesa e Proteção contra a Exploração Sexual e pela Infância Protegida. A comissão já expediu cinco mil convites, mas nós ainda queremos que muitas entidades se integrem conosco e participem dando sua opinião, sua sugestão, para que as nossas crianças estejam sempre protegidas.

Eu também quero salientar que sou autora da Lei n. 13.303/2005, para que todas as escolas da rede pública tenham uma placa do disque-denúncia, a fim de que todos os professores e alunos possam denunciar maus tratos contra crianças e adolescentes.

Assim sendo, eu gostaria de contar com a presença de todos os deputados nessa audiência pública de amanhã.

Hoje, na comissão de Finanças e Tributação, eu fiz um pedido de vista a um projeto de lei, como também o deputado Décio Góes! Inclusive, eu entrei com um requerimento solicitando a presença, nesta Casa, do deputado Dado Cherem para fazer alguns esclarecimentos a respeito de algumas questões que envolvem os funcionários contratados da Saúde. Mas como o secretário não pôde estar presente, ele nos mandou uma justificativa, a qual aceitamos. Pedimos então ao deputado Jorginho Mello, que é presidente da comissão, que colocasse na pauta de votação esse projeto, para que esses funcionários da Saúde possam receber o seu pagamento em dia, sem prejuízo.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado José Natal, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos prestigia nesta sessão, ouvintes da Rádio AleSC Digital e da TVAL, primeiramente, eu quero comunicar, desta tribuna, o recebimento do Ofício n. 0054/2007, assinado pelo presidente da Amerios, que é o prefeito municipal de Modelo, que solicita aos deputados membros desta Casa Legislativa a possibilidade de ser revisto o art. 1º da Lei Estadual n. 8.203, de 26 de novembro de 1990, referente à partilha do ICMS, do Fundo de Participação dos Municípios, tentando viabilizar ou melhorar a vida de 283 municípios do estado de Santa Catarina.

Então, sr. prefeito, eu levarei isso ao líder do meu partido, da minha bancada, o deputado Marcos Vieira, que tem conhecimento, para ver se nós podemos ajudar a solucionar o pedido do prefeito de Modelo, que com certeza é também uma solicitação dos demais prefeitos do estado de Santa Catarina.

Sr. presidente, num outro momento, também quero, como deputado, como espectador da TVBV, que é uma televisão que está muito tempo em Santa Catarina, dizer que ela está comemorando 25 anos e que há bastante tempo, todos os domingos, no seu programa *Nossa Terra, Nossa Gente*, divulga as raízes e a cultura do nosso estado. E na comemoração dos seus 25 anos, ela continua divulgando as raízes, tudo o que realmente acontece em Santa Catarina.

Parabéns à TVBV pelo trabalho prestado ao estado de Santa Catarina ao longo desses anos.

(Passa a ler.)

"Assomo à tribuna nesta sessão e início dizendo aos nobres pares: a humildade precede a honra. A humildade é um dos valores mais importantes do caráter de um ser humano. Ela deve regular nossas ações, pois ela não é sinônimo de modéstia e sim de simplicidade.

Digo isto porque entendo que a vida, o dia a dia, é uma escola de ensinamentos.

No dia 8 do corrente mês, recebi uma correspondência que me chamou a atenção, principalmente em razão de não ter conhecimento do fato. Fui informado que a badalada Lei n. 11.441, de 4 de janeiro de 2007, que alterou o Código Civil prevendo a possibilidade de que a separação e a partilha amigável de corpos e bens de um casamento podem ser feitas diretamente em cartório, teve início em 1996 pelo catarinense e ex-senador Henrique Loyola, quando apresentou o Projeto de Lei n. 0267/96.

Na ocasião da apresentação do projeto, o ex-senador se encontrou com o juiz de direito da comarca de Joinville, Ricardo Roesler, e disse-lhe: 'Se um juiz de paz pode casar dois jovens na emoção, por que não pode descasar na razão?'

Usei e mencionei anteriormente a expressão 'badalada lei' porque alguns políticos, entre eles o presidente Lula, quando da aprovação e sanção da lei, em nenhum momento fizeram qualquer referência ao ex-senador catarinense Henrique Loyola, que foi o real idealizador da ideia.

Ai justifico minhas palavras com relação ao tema 'humildade' avocado no início do meu pronunciamento, pois não tinha conhecimento de que a mesma havia nascido de um catarinense. Ao tomar conhecimento do fato, não poderia deixar passar em branco o documento ao meu gabinete remetido, e nesta data faço esta manifestação de orgulho e honra por termos um catarinense por trás da dita lei. Mas também não poderia deixar de manifestar aqui o meu repúdio e o meu desgosto ao ver políticos, como o nosso presidente, ficar no mais absoluto silêncio sobre uma iniciativa que partiu do ex-senador Henrique Loyola. Para esses políticos, no caso ao qual me refiro, o silêncio sobre a incógnita do idealizador da iniciativa soou forte, foi impredicável e conveniente, já que a lei agradou praticamente toda a população brasileira."

Mas o que mais me chamou a atenção foi o que disse o ex-senador Henrique Loyola. E quem repete suas palavras, ao quase findar sua carta, é aquele que o ajudou, o juiz.

(Passa a ler.)

"Homenageio aqui o ilustre ex-senador catarinense Henrique Loyola, parafraseando dizeres seus que, para mim, são uma lição de vida: 'O sucesso de qualquer empreendimento depende de quatro fatores básicos: 1 - É necessário ACREDITAR; 2 - É necessário CONHECER o assunto; - É necessário querer REALIZAR; e 4 - É necessário AGIR para a obtenção do resultado'." [sic]

E eu digo que chegou a este deputado o projeto de lei do ex-senador Henrique Loyola, datado de 1996. E também recebi e estou de posse da lei já sancionada pelo presidente Lula. E quando se reconhece, faz-se novamente o que fez o ex-senador, dirigindo uma carta ao ilustre dr. Ricardo José Roesler, que o ajudou na elaboração da lei, parabenizando-o e agradecendo-lhe pela participação na elaboração do projeto de lei que hoje é uma realidade para os brasileiros e que com certeza para mim, como catarinense, é um orgulho.

Não o conheço, mas recebi e repassei o projeto aos colegas, com o aval da bancada do PSDB nesta Casa, porque nós, políticos, nos quatro anos de mandato, muitas vezes passamos despercebidos em nossas ações, pois aquilo que pretendemos implementar para a sociedade não se concretiza naquele momento. Mas os louros, depois, são repassados àqueles que finalizaram as ações às quais demos início.

Por isso o meu reconhecimento!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos 19 minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente e srs. deputados, eu tive a subida honra de responder pela secretaria da Segurança Pública e Defesa do Cidadão do nosso estado e confesso tratar-se de uma tarefa extremamente difícil de ser empreendida, até porque sabemos nós que há muito tempo a segurança pública foi erigida à condição de maior demanda social. E neste sentido basta acessar diariamente os meios de comunicação social para vermos aqui e acolá graves e ingentes problemas nesta área da segurança pública.

E ao assumirmos a pasta em fevereiro de 2003, identificou-se de pronto que havia necessidade de investir naquilo que era o mais importante e vai ser sempre na área da segurança pública, que era o capital humano, os servidores, os trabalhadores, os operadores da Segurança Pública. E não foi por outra razão se não por esta que constituímos uma comissão integrada por representantes de todas as associações e sindicatos dos trabalhadores da área da segurança pública, vale dizer, policiais militares, bombeiros militares, policiais civis, monitores, agentes prisionais. E esse grupo de trabalho, comandado pelo então secretário adjunto, ou diretor-geral, coronel Pedro Roberto Abel, reuniu-se por 14 vezes e chegou a uma redação consensualizada, que foi acatada pelo governador Luiz Henrique da Silveira e que rendeu a edição da Lei Complementar n. 254, de dezembro de 2003.

O hoje deputado Sargento Amauri Soares foi um dos interlocutores que mais destaque teve naquela discussão, representando a sua entidade, a associação de praças, como de resto, o João Batista, que aqui está, presidente do Sintrasp, e outros líderes que tiveram participação efetiva e que nos ajudaram sobretudo em estabelecer uma lei que viesse trazer à lume um novo patamar remuneratório, uma política para dignificar os operadores da segurança pública de Santa Catarina.

Esta lei complementar vigora desde 15 de dezembro de 2003 e grande parte do que nela está consignado, no que diz respeito a aumentos remuneratórios, foi concedido.

Na semana passada tomei a iniciativa de convidar fundamentalmente esses mesmos segmentos que participaram, lá atrás, da elaboração do que é hoje a Lei Complementar n. 254 para uma reunião informal em meu gabinete, à qual também compareceu o deputado Sargento Amauri Soares, com o objetivo de ouvir os segmentos e ver exatamente a sua postulação, uma vez que já era tornada pública a manifestação do dia 15, ontem, que acabou acontecendo de fato, defronte ao Centro Administrativo, na SC-401, aqui na nossa capital.

As ponderações foram feitas, as reivindicações foram trazidas à mesa e como decorrência imediata naquela reunião, o delegado Paulo Roberto Dias Neves, diretor-geral da secretaria da Segurança Pública, presente à reunião comigo, ambos mantivemos contato com a secretaria da Administração na tarde de quinta-feira, solicitando à secretaria que pudesse elaborar uma simulação, uma repercussão financeira daquelas reivindicações que foram ali apresentadas. Uma de menor impacto e outras, evidentemente, mais impactantes. E essa repercussão financeira está sendo feita, há uma série de cálculos que precisam ser elaborados, não é algo simplista, é algo que mexe com mais de 20 mil servidores públicos de Santa Catarina; se não chega a 20 mil, está muito próximo disso, uma vez que na Polícia Militar são 13 mil, na Polícia Civil são três mil e no Corpo de Bombeiros também é algo em torno de três mil. Então, temos, efetivamente, algo próximo ou quem sabe um pouco mais de 20 mil servidores e esse trabalho está sendo elaborado.

E ontem uma comissão de integrantes do governo recebeu um movimento reivindicatório e colocou a questão com a clareza e com a seriedade que ela tem que ser enfrentada e solucionada. Ou seja, as ponderações foram colocadas, redigiu-se lá, na mesa de negociação, uma pauta dos órgãos sindicais e associações presentes, que é esta que tenho aqui em mãos, manuscrita na oportunidade, e o governo reiterou aquela manifestação que eu já havia tentado antecipar para ganhar tempo, qual seja, a imprescindibilidade de fazer a repercussão financeira para o atendimento das postulações trazidas.

Mas é fundamental também que se rememore aqui que na Lei Complementar n. 254, elaborada democrática e coletivamente por todas as entidades que participaram daquelas discussões, há o art. 12, inciso II, vazado nos seguintes termos:

(Passa a ler.)

"Art. 12. Os adicionais instituídos pelo art. 11 desta Lei Complementar terão seu pagamento implementado da seguinte forma:

[...]

II - integralizado em parcelas sucessivas, através de decreto do Chefe do Poder Executivo, em percentuais e datas iguais para todos os subgrupos, até o limite dos percentuais estabelecido no art. 11 desta Lei Complementar" (vale dizer, 93,81%) "consoante permitir a arrecadação do Estado, a Lei de Responsabilidade Fiscal e o constatado interesse público do Estado e da Administração Pública, mediante avaliação e critérios do Poder Executivo." [sic]

Essa avaliação e esses critérios do Poder Executivo são exatamente o que ele está pedindo agora, para que possa, frente à situação financeira atual, frente às amarras da Lei de Responsabilidade Fiscal, poder examinar, quantificar com seriedade o quanto está sendo pedido, para dar uma resposta clara e transparente como tem sido a ação deste governo.

Falta com a verdade quem diz que não foi cumprido nada da Lei de Responsabilidade Fiscal. E eu quero socorrer-me aqui de um documento de uma entidade extremamente idônea, pela qual eu tenho a maior consideração, o Sindicato dos Trabalhadores da Segurança Pública, Sintrasp, que fez circular um documento com a tabela evolutiva dos reajustes defluentes da Lei n. 254, de 2003.

E aqui está consignado, neste documento do sindicato, que, por exemplo, para os investigadores e escreventes da Polícia Civil, da Lei Complementar n. 254, daqueles 93,81%, faltam cumprir 23,36%. Da mesma forma que o documento do sindicato diz, literalmente, que para os psicólogos e inspetores da Polícia Civil faltam cumprir 45,45% da integralidade dos 93,81% da Lei Complementar n. 254.

Portanto, diferentemente daquilo que falam, não se trata de lei virtual, trata-se de lei que trouxe incrementos, sim, ainda não na medida do desejado, do querido por todos nós, mas que trouxe incrementos, sim, e consideráveis, como o diz não este deputado, eventual líder do governo, mas como reconhece uma entidade sindical da maior credibilidade, como sói ser o Sintrasp - Sindicato dos Trabalhadores da Segurança Pública em Santa Catarina.

Acho importante mencionar, por exemplo, se compararmos a tabela evolutiva do escrevente policial e do investigador policial ou técnico em necropsia, nós teremos a seguinte posição. Em 1997, o total da remuneração era de R\$ 354,16. Repito! Em 1997, era R\$ 354,16. Em 2003, quando o governador Luiz Henrique da Silveira assumiu, antes da Lei Complementar n. 254 aprovada por esta Casa, o mesmo total era de R\$ 815,18. Agora, em 2007, este mesmo total é de R\$ 1.328,02. Passamos de 2003 a 2007 de R\$ 815,18 para R\$ 1.328,02. É preciso mais? É! É preciso reconhecer o trabalho dos operadores da segurança pública? Sim! Mas é preciso também ter os olhos postos numa realidade e reconhecer aquilo que já foi dado. Da mesma forma que se acessarmos documentos referentes a outras carreiras no âmbito da Polícia Civil, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, vamos chegar também chegar a essa conclusão de que efetivamente aumentos foram dados. Outros ainda precisam sê-lo, mas aumentos foram dados.

E quero socorrer-me aqui de uma tabela referente ao soldado. O soldado da nossa briosa Polícia Militar, o soldado do nosso imprescindível Corpo de Bombeiros Militar. E aqui nós temos a seguinte realidade: são hoje, considerando a Polícia Militar, 8.088 soldados. Desses 8.088 soldados, 39 deles recebem R\$ 1.500,00; 50 soldados recebem entre R\$ 1.500,00 e R\$ 1.600,00; 153, entre R\$ 1.600,00 e R\$ 1.700,00; 384, entre R\$ 1.700,00 e R\$ 1.800,00; 769, entre R\$ 1.800,00 e R\$ 1.900,00; 631, entre R\$ 1.900,00 e R\$ 2.000,00 e 6.062, de um total de 8.088, percebem remuneração superior a R\$ 2.001,00. Merecem mais? Merecem! Mas esse é um fato, é numérico, e contra fatos não há argumentos.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não! Ouço o deputado Sargento Amauri Soares, pedindo a necessária brevidade.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputado João Henrique Blasi, agradeço a v.exa. pela oportunidade, pedi o aparte justamente para dizer que o senhor conhece esse assunto, portanto sabe da nossa razão.

Gostaria de dizer que está fácil terminar de pagar o que determina a Lei n. 254, é justamente essa a nossa tese. E parte da minha indignação é agora, de repente, aparecer na mídia que são necessários R\$ 28 milhões para isso.

Nós temos dito, nós, a Aprasc, o Sintrasp/SC, eu, pessoalmente, que da Lei n. 254 nós recebemos R\$ 250,00 de abono em 1º de dezembro de 2004; recebemos 20% em novembro de 2005 e mais R\$ 40,00. Então, temos R\$ 290,00 mais 20%. Se formos incorporar esse abono, que é a parte 1 do cumprimento da Lei n. 254 que estamos discutindo desde o ano passado, serão gastos de R\$ 5 a R\$ 6 milhões, e aí, sim, ficaremos nesse patamar que v.exa. registrou, segundo a tabela do Sintrasp/SC. Então, esse valor depende da incorporação. Essa é a questão.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Deputado Sargento Amauri Soares, permita-me concluir. Eu concordo com v.exa. e ninguém mais tem autoridade como o senhor para falar sobre esse assunto porque vive e convive com ele.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Só uma frase a mais, deputado João Henrique Blasi. Quero dizer o seguinte: os valores que o senhor citou a respeito de salários, eu não vou contestar. Tenho aqui o contracheque de um companheiro, cujo vencimento líquido é R\$ 1.476,00, provavelmente de um soldado com mais de 20 anos de serviço. Mas se ele levar um tiro, vai ficar com menos de R\$ 1.000,00 porque não tem hora extra e perde outras vantagens. Esse é um dos problemas.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Mas bem sabe v.exa. que a pessoa que mais defendeu o pagamento de horas extras, principalmente para oficiais, o que é discutível, foi, na oportunidade, o presidente da Aprasc, o então Sargento Amauri Soares. É algo que temos que evoluir e corrigir, mas essa é uma realidade histórica.

Então, sr. presidente, o que quero dizer é que me coloco, como sempre estive, à disposição de todas as entidades sindicais com as quais sempre dialoguei com a maior seriedade, com a maior disponibilidade, ao tempo em que fui secretário.

Quero estar ao lado dessas entidades, quero estar ao lado do deputado Sargento Amauri Soares, para que busquemos um entendimento, para que busquemos a possibilidade de uma solução, mas não serei leviano aqui para dizer que a repercussão financeira da reivindicação é de R\$ 1 milhão ou de R\$ 30 milhões, porque não sei qual é a repercussão financeira. E vou socorrer-me de quem? Daqueles que operam com a folha de pagamento da secretaria da Administração, da secretaria da Fazenda. São eles que vão dizer qual a repercussão financeira. Não serei eu a dizer isso.

E, evidentemente, que em havendo disponibilidade, em havendo possibilidade naqueles limites postos na lei, o governo vai atender. Agora não pode passar, em sua consciência de ninguém que, podendo ter dado algum aumento por folga de caixa, o governador Luiz Henrique da Silveira não tenha querido fazê-lo. Até porque, para os militares nós podemos mencionar, com dados numéricos que aqui estão e que são incontestáveis, que nunca, em tempo algum, se promoveu tantas praças e tantos oficiais no Corpo de Bombeiros e na Polícia Militar. Corpo de Bombeiros que, inclusive, foi emancipado por uma emenda desta Casa, com a concordância do governador, como aconteceu na atual gestão de governo.

Some-se o governo anterior de Esperidião Amin, some-se o outro de Paulo Afonso e o outro, ainda anterior, de Vilson Kleinübing, os três juntos, 12 anos de governo, e não fizeram o número de promoções que foram feitas em quatro anos e cinco meses da gestão de Luiz Henrique da Silveira e Eduardo Pinho Moreira e agora do ex-senador Leonel Pavan. São dados irrefutáveis!



Sr. presidente, quero salientar o essencial, como fiz, deputado Sargento Amauri Soares, na quinta-feira passada, chamando uma reunião, no meu gabinete, à qual v.exa. e outros tantos segmentos prazerosamente compareceram. Estou à disposição no dia, na hora e no momento em que precisarem. Quero buscar a alternativa necessária; quero enaltecer a importância do operador da segurança pública e quero agir com a maior seriedade dentro de números reais, que nos possam dar uma resposta que o governo está buscando para voltar novamente a sentar à mesa de negociações.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não!

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Nobre deputado João Henrique Blasi, senti-me na obrigação de solicitar o aparte para deixar consignado nesta Casa o quanto foi importante a participação de v.exa. na elaboração do projeto de lei que resultou na Lei Complementar n. 254, junto com todas as entidades que lá estiveram com v.exa. trabalhando, elaborando, questionando, discutindo, reunindo-se com outros secretários de estado, com o governador para fazer com que a Polícia Militar, a Polícia Civil e demais categorias do sistema de segurança pública de Santa Catarina fossem contemplados com reajustes acima daqueles que haviam sido dados em governos anteriores.

Sei do seu trabalho, da sua dedicação e quero aqui fazer talvez um desafio, fazer um comparativo de tudo o que foi feito no primeiro governo de Luiz Henrique da Silveira para o sistema de segurança e tudo o que foi feito no governo que transcorreu de 1999 a 2002. Seria um debate importante nesta Casa trazer ao conhecimento da população o que foi feito em um e noutro.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Agradeço, deputado Marcos Vieira e escuso-me perante o deputado José Natal, por não ter dado oportunidade à sua manifestação.

Concluo para dizer que a folha de pagamento da secretaria da Segurança Pública antes da Lei Complementar n. 254 era de R\$ 48 milhões, ou melhor, R\$ 47,9 milhões para ser preciso. Hoje a folha é de R\$ 74,4 milhões. Portanto, houve um incremento considerável e estamos aqui ao lado dos operadores da Segurança Pública para buscar avançar sempre mais no sentido de remunerá-los cada vez mais condignamente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Democratas - DEM.

Com a palavra o deputado Onofre Santo Agostini, por até sete minutos.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Muito obrigado, deputado Onofre Santo Agostini, eu não poderia, sr. presidente e srs. deputados, deixar de fazer menção à exposição do deputado Kennedy Nunes, meu amigo, competente deputado de Joinville, quando se refere ao fato do prefeito ter ido a Brasília juntamente com o governador e com os demais prefeitos solicitar recursos para o saneamento básico.

Sr. deputado Kennedy Nunes, essa é uma ação perfeitamente normal e compreensível porque Joinville responde por 1,5% das exportações do Brasil e por 25% das exportações de Santa Catarina! É a maior cidade arrecadadora de impostos do estado e a terceira maior do sul do Brasil!

Ora, o prefeito ir a Brasília solicitar recursos para o saneamento básico de Joinville nada mais é do que solicitar aquilo que nos é de direito, que nós remetemos todos os dias, todos os anos para Brasília e que, muitas vezes, não retorna em forma de obras para o nosso município.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Eu concordo com v.exa., sr. deputado.

Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas:

(Passa a ler.)

"História da Limpeza Urbana - Os povos da Antiguidade, enquanto viveram como nômades, não tiveram problemas de canalização de água, instalação de rede de esgoto e remoção de lixo. Roma, cidade fundada em 753 a.C., era dotada de serviço de esgoto e tinha a melhor rede de estradas da época, mas não dispunha de nenhum serviço de limpeza pública. Os romanos costumavam atirar seu lixo em qualquer lugar e já naquela época os governantes colocavam placas com as inscrições 'não jogue lixo aqui'. Em Londres, um edital de 1354, publicado na capital, dizia que o lixo deveria ser removido da frente das casas uma vez por semana. Embora várias leis zelassem pelo recolhimento do lixo, o método mais comum na época era a população jogá-lo nos rios." [sic]

A palavra gary, srs. deputados, vem de Aleixo Gary, por isso este nome.

(Continua lendo.)

"Aleixo Gary: Uma Revolução na Limpeza Urbana - Uma discreta notícia inserida na *Gazeta de Notícias* de 11 de outubro de 1876, sobre o novo contratante da limpeza urbana da cidade, deixa antever importantes mudanças na administração e execução do serviço de limpeza urbana, com Aleixo Gary, francês de origem." [sic]

Por que estou falando isso, deputado Serafim Venzon? Porque hoje, 16 de maio, é um dia comemorativo. Veja v.exa. o que consta do seguinte projeto de lei:

(Continua lendo.)

"Institui o dia 16 de maio como data comemorativa do Gari no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituído, no Estado de Santa Catarina, o Dia do Gari, a ser comemorado, anualmente, no dia 16 de maio.

Art. 2º Ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente à comemoração deste dia no território catarinense.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação". [sic]

E o governador do estado, em 27 de dezembro de 2005, sancionou a Lei n. 13.652. Portanto, hoje é o Dia do Gari.

Claro que essa categoria que até pouco tempo chamávamos de lixeiro, os colhedores de lixo, mais tarde começamos a aprender que Aleixo Gary foi quem fez o grande movimento em nível mundial para se instituir, então, a figura do gari, que é muito importante na vida das pessoas, da comunidade e da sociedade.

Por isso, nesta data tão importante, quero, aqui da Assembléia Legislativa, em nome de todos os srs. deputados e deputadas, homenagear todos os garis do Brasil, do mundo, de Santa Catarina e de Florianópolis, pelo reconhecimento do trabalho extraordinário que eles fazem até altas horas da noite, deputada Odete de Jesus. Quando v.exa. está indo para casa, quantas vezes eles estão no caminho, bem na sua frente, e v.exa. tem que esperar para eles fazerem a coleta do lixo?

Então, o gari é tão importante como qualquer outro cidadão que exerce uma função importante na economia e na vida da cidade e da comunidade.

Por isso, aos garis brasileiros, àqueles que às vezes são incompreendidos, que às vezes não ganham o suficiente e que às vezes até padecem com a própria vida, meus parabéns! Conheço um caso ou vários casos que ao juntarem o lixo e ao jogarem dentro do caminhão, aquele caminhão rotativo, os garis caíram, foram esmagados e perderam a própria vida. A todos eles, o nosso respeito e a nossa homenagem.

É uma pena, srs. deputados, que nós aqui hoje não estejamos fazendo uma sessão solene homenageando os garis brasileiros. É uma pena! É uma pena porque eles são importantes, como são importantes os doutores, os médicos, os padres, as freiras, o deputado, o policial, o comerciante, o empresário, o professor, enfim, todos os profissionais. Portanto, o gari é tão importante quanto essas pessoas.

Mas, infelizmente, não se teve oportunidade de prestar-lhes uma homenagem numa sessão solene, mas prestamos aqui, através da voz deste deputado, a todos os garis do Brasil, de Santa Catarina e de Florianópolis, a quem manifestamos o nosso grande respeito. Viva os garis brasileiros!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservados aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Pedro Baldissera, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, gostaria de aproveitar o nosso espaço do Partido dos Trabalhadores para trazer presente a esta Casa algumas reflexões em torno de alguns temas. E entre eles está a questão da CPMF que há muitos anos foi implantada no governo do ex-presidente da República e que hoje ainda continua vigorando.

Quero dizer que 42,20% da arrecadação da CPMF, uma contribuição em nível federal, está sendo destinada a programas de saúde, ao Fundo Nacional da Saúde; 21% desses recursos são destinados ao custeio da Previdência e outros 21%, ao combate e à erradicação da pobreza.

É um recurso extremamente importante para os programas sociais e para o atendimento à saúde que o governo do presidente Lula vem executando ao longo desses quatro anos e alguns meses, e até antes, com o ex-presidente. Portanto, é a forma mais clara e nítida de distribuição de renda na sociedade na qual estamos vivendo.

Digo isto porque o povo assalariado, o operariado, tem uma contribuição pequena, significativa, mas pequena. Se formos comparar, hoje, o assalariado que ganha R\$ 380,00, veremos que ele contribui com R\$ 1,44 para a CPMF. Portanto, quem mais movimenta essa contribuição e esse fundo são aqueles que movimentam grandes fortunas e maior volume de recursos nas contas bancárias. Então, é uma contribuição importante, mas é a forma mais evidente e clara de distribuição de renda, coisa tão importante e necessária no país em que estamos vivendo.

Temos que avançar nessa questão importante e necessária em nosso país que é taxar as grandes fortunas, para que esses recursos possam ser revertidos e aplicados em políticas públicas para o povo brasileiro e não para uma minoria enriquecer, acumular! Nós temos que propor uma nova realidade.

Nesse sentido, também é importante pensar em nível nacional a taxação dos lucros das instituições financeiras e fazer com que esses recursos que advêm de impostos de todos os cidadãos e cidadãs possam ser mais bem aplicados nas políticas públicas em prol do povo brasileiro.

São questões importantes e estratégicas, quando nós pensamos na geração de emprego, de renda, na qualidade de vida do nosso povo. É preciso que haja uma melhor redistribuição da riqueza deste nosso país. A começar também pela distribuição da própria terra. É preciso que haja um crescimento acentuado da reforma agrária neste nosso país, porque é da terra que se tira o sustento para a vida e para a caminhada.

Portanto, repito, a CPMF é um instrumento para poder repartir com maior justiça os recursos, a renda deste nosso Brasil.

Além disto, gostaria de trazer presente a esta tribuna, aproveitando o horário do nosso partido, que acompanhamos a posse dos secretários de Desenvolvimento Regional, deputado Kennedy Nunes. Anualmente serão gastos em torno de R\$ 145 milhões no custeio das 36 secretarias de Desenvolvimento Regional. Se analisarmos o custo das secretarias, veremos que é maior do que o orçamento do Judiciário, que hoje é de R\$ 25 milhões; maior do que o da Assistência Social, que é de R\$ 3,1 milhões; do que o do Trabalho, que é de R\$ 2,3 milhões; que o da Cultura, que é de R\$ 14 milhões; que o da Habitação, que tem sido de R\$ 15 milhões; que o da Gestão Ambiental, tão importante e estratégica na questão da qualidade de vida do nosso povo, que é de R\$ 17 milhões; que o da Ciência e Tecnologia, que é de R\$ 22 milhões; que o do Comércio e Serviços, que é de R\$ 15 milhões, e que o do Desporto e Lazer, que é de R\$ 11,6 milhões. Só o gasto com as 36 secretarias de Desenvolvimento Regional é maior do que todas essas políticas públicas em nível de estado.

Então, temos que questionar o gasto dos recursos públicos. Onde estão sendo gastos? Onde está sendo investido o dinheiro? Concluindo, sr. presidente, são gastos, às vezes, não vou dizer desnecessários, mas que não são estratégicos e importantes para dar uma qualidade de vida melhor ao povo catarinense. Portanto, é preciso rever o encaminhamento das políticas públicas do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) -

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0094/2007, de autoria do deputado Romildo Titon, que dá nova redação à ementa e ao art. 1º da Lei n. 5.182, de 1975 (de Legião de Assistência à Família para Associação Beneficente São Dimas).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0042/2007, de autoria do deputado Herneus de Nadal, que declara de utilidade pública a Rede Feminina de Combate ao Câncer Regional de Palmitos.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0073/2007, de autoria do deputado Gelson Merisio, que declara de utilidade pública a Athos Promoções Sociais, com sede no município de Blumenau.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0074/2007, de autoria do deputado Clésio Salvaro, que declara de utilidade pública a Companhia da Mulher - Ciam -, de Cocal do Sul.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0086/2007, de autoria do deputado Serafim Venzon, que declara de utilidade pública a Ação Social Paroquial São José de Botuverá, também designada Ação Leão Dehon, de Botuverá.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0098/2007, de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, que declara de utilidade pública o Instituto Internacional Memória Viva, do município de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, se fosse possível, gostaria que v.exa. incluisse na pauta de votação o Projeto de Lei n. 0015/2007, pois, inclusive, hoje na comissão de Finanças e Tributação tivemos a sua aprovação. Eu e o deputado Décio Góes pedimos vistas ao projeto porque sabemos da sua urgência e importância já que ele dispõe sobre a prorrogação de contratos por prazo determinado no âmbito da secretaria de estado da Saúde e estabelece outras providências.

Queremos votar esse projeto para que os funcionários da rede pública de saúde não sejam prejudicados nos seus respectivos salários.

Se v.exa. puder incluir, nós temos o apoio do presidente da comissão, o brilhante deputado Jorginho Mello.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O projeto tramita neste momento em que comissão, deputada?

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Na comissão de Finanças e Tributação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência determina à assessoria que localize o projeto e se houver condições para deliberar, faremos antes do final da Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0100/2007, de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, que declara de utilidade pública a Ação Social Nossa Senhora de Guadalupe - Asonseg -de Florianópolis.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado o projeto com a emenda substitutiva global.

A Presidência consulta os srs. líderes se podemos votar a renovação do Fórum Parlamentar Italo-Brasileiro, pois existe o compromisso da sua continuidade, muito embora todos os fóruns estejam sobrestados por um acordo entre líderes, até que se tenha uma deliberação.

Então, a Presidência traz esta matéria para deliberação dos srs. líderes.

(As lideranças aquiescem.)

Com a concordância dos srs. líderes, apreciaremos o requerimento.

Requerimento de autoria de vários srs. deputados, que solicitam a constituição do Fórum Permanente Italo-Brasileiro, composto por um deputado indicado de cada partido com representação neste Poder Legislativo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado o requerimento que recria o fórum.

Já há um entendimento para que o fórum seja presidido pelo deputado Décio de Góes. Pedimos, então, a s.exa. que faça a instalação do fórum, para que ele possa efetivamente operar.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações ns. 0311/2007, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0312/2007 e 0313/2007, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0314/2007, 0315/2007 e 0316/2007, de autoria do deputado Jorginho Mello; 0317/2007, 0318/2007, 0319/2007 e 0320/2007, de autoria do deputado Rogério Mendonça; 0321/2007 e 0322/2007, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, e 0323/2007, de autoria do deputado Manoel Mota, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Sobre a mesa requerimento de autoria do deputado Manoel Mota, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao comandante-geral da Polícia Militar, agradecendo pelo desempenho dos policiais Evandro Antunes, Daniel Gutierrez e do sargento Adelar Albine de Abreu na operação de compra e venda de um veículo que envolvia uma quadrilha em Joinville.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Kennedy Nunes, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, de Quilombo, cumprimentando-o pela inauguração de um templo naquela cidade.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, cumprimentando-o pela posse da nova diretoria.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da sra. deputada Ana Paula Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Conselho Regional de Assistência Social, cumprimentando-o pela passagem do Dia da Assistente Social.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da sra. deputada Ana Paula Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Associação Brasileira de Enfermagem, cumprimentando-a pela organização da 68ª Semana Brasileira de Enfermagem.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da sra. deputada Ana Paula Lima, solicitando o envio de mensagem telegráfica à empresa Altenburg, do Vale do Itajaí, cumprimentando-a pela passagem dos 85 anos de fundação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Jandir Bellini, solicitando o envio de mensagem telegráfica ao diretor-geral da Rainha das Peças Comércio de Utilidades Doméstica Ltda., cumprimentando-o pelo título de Empresa com mais de 25 Anos de Atividades, conferido pela Associação Comercial e Industrial de Itajaí.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Jandir Bellini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor-geral da Steigleder Têxtil Indústria e Comércio Ltda., cumprimentando-o pelo título de Empresa com mais de 50 Anos de Atividades, conferido pela Associação Comercial e Industrial de Itajaí.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da sra. deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos Conselhos Regionais de Enfermagem e de Serviço Social, cumprimentando-os pela passagem da data comemorativa das categorias.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rogério Mendonça, que solicita o envio de mensagem telegráfica às operadoras de telefonia móvel Tim, Vivo, Claro e Brasil Telecom, solicitando a instalação de serviços de telefonia celular no município de Santa Terezinha.

Em discussão.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, eu quero pedir vênua ao deputado Elizeu Mattos para assinar o seu requerimento. Foi aprovada, hoje, na comissão de Direitos e Cidadania, a realização de uma audiência pública nesta Casa, no dia 28 de junho, para que venham para cá os responsáveis pelos serviços de telefonia fixa e móvel.

Sr. presidente, v.exa. acredita que um dos responsáveis dessas empresas de telefonia móvel teve a coragem de responder ao deputado Elizeu Mattos, ao fazer o seu pedido, o seguinte: "Aloque os recursos, que nós colocamos a antena no município".

É um desrespeito a esta Casa, sr. presidente, uma empresa particular, que ganha muito dinheiro para fazer esse serviço, ter a coragem de responder ao deputado Elizeu Mattos dessa forma! Todos nós, deputados, estamos sendo cobrados para que seja feita a instalação dessas antenas. Existem 90 municípios, em Santa Catarina, que não têm esse tipo de serviço e as empresas particulares estão tratando com desrespeito os deputados desta Casa.

Então, vale a pena fazer este registro, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Gelson Merisio e outros, que requer prioridade para o Projeto de Lei nº 0052/2007, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES -, para atender ao Programa de Modernização do Sistema Integrado de Transporte Coletivo de Joinville (R\$ 40.000.000,00).

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção de autoria do sr. deputado Onofre Santo Agostini, a ser enviada aos presidentes da Comissão Pró Campus UFSC, da CDL, da Associação Comercial e Industrial, do Rotary Club - Sul, do Lions Centenário, do Rotary Club e do Lions Centro; às rádios comunitárias Maria Rosa FM e Coroado; ao jornal *A Semana*; às Lojas Maçônicas Estrela do Planalto e Terceiro Milênio; ao prefeito e ao presidente da Câmara Municipal; ao promotor

de justiça e ao juiz de direito da comarca; aos senadores Raimundo Colombo, Neuto De Conto e Ideli Salvatti; ao presidente da FCDL; ao reitor da UFSC, cumprimentando-os pelo relevante empenho na instalação da extensão da UFSC em Curitibaanos.

A deputada Ana Paula Lima solicita autorização do autor para subscrever o requerimento.

(O autor aquiesce.)

Com a aquiescência do deputado Onofre Santo Agostini, a deputada Ana Paula Lima também passa a ser subscritora desta moção.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação, de autoria da liderança do PP, a ser enviado ao governador do estado, solicitando esclarecimentos acerca da suspensão do repasse de recursos financeiros do BNDES ao Badesc.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia. Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o deputado Joares Ponticelli, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, gostaria de fazer dois registros.

Em primeiro lugar, quero convidar os deputados, os membros da imprensa e os funcionários da Casa para participarem, às 16h30min, da comemoração dos quatro anos do nosso *Informativo*, que é o único que está resistindo há tanto tempo neste Parlamento.

Em segundo lugar, sr. presidente, quero parabenizar a diretoria do BRDE, que veio hoje a esta Casa mostrar aos srs. deputados o trabalho que a diretoria do BRDE está fazendo, e também dizer que esta Casa deve encampar o pedido que a diretoria fez para que o Besc, já que está federalizado, possa buscar o recurso a que tem direito, que os outros bancos federalizados já estão buscando, diretamente do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.

Então, para finalizar, quero deixar registrada a presença, nesta Casa, da diretoria do BRDE. Agradeço por ter vindo aqui mostrar como está aquele banco de desenvolvimento.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Deputado Joares Ponticelli, com a permissão de v.exa., quero fazer um comunicado a todos os catarinenses. Hoje, às 21h, o nosso representante na Taça Brasil estará jogando, que é o nosso querido Figueirense. Quero pedir a todos para que torçam por ele, mesmo os avaianos que não vão lá secar o jogo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Deputado Joares Ponticelli, com a sua permissão, a Presidência precisa dar uma resposta à questão levantada pela deputada Odete de Jesus. O projeto que v.exa. pretendia que fosse colocado em votação, hoje, encontra-se em diligência.

A Presidência agradece a v.exa. o seu interesse e tão logo seja sanado esse problema no âmbito das comissões, o projeto virá a plenário.

Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Deputado Onofre Santo Agostini, eu aceito o convite de v.exa. e como no Rio de Janeiro nós somos adversários, v.exa. é um vascaíno sofredor e eu sou um flamenguista feliz, e tivemos a sorte de passar pelo Botafogo, diferente do time de v.exa., que não teve essa sorte, nós vamos, hoje, em solidariedade a v.exa., torcer pelo Figueirense. Portanto, estaremos lá.

Sr. presidente, ainda acerca da questão da Lei Complementar n. 254, quero dizer que é uma matéria, deputado Kennedy Nunes, que já rendeu acalorados debates nesta Casa. Então, eu vou deixar que isso seja revisto pelos registros deste Parlamento.

Na próxima semana, deputado Kennedy Nunes, eu já requisitei isso à TVAL, todos os deputados da bancada vão inscrever-se e utilizar o horário do partido para reprisar aquela acalorada sessão do dia 15 de dezembro de 2003. Naquela oportunidade, até disse que a data não era boa, a data que estávamos votando já não era uma data muito animadora, praticou-se um verdadeiro estelionato eleitoral a toda a categoria da Segurança Pública de Santa Catarina.

Nós alertamos, a nossa bancada alertou, que era um cheque virtual, que era um cheque sem fundos. Infelizmente, alguns não compreenderam a nossa manifestação. Mas nós deixamos isso muito bem registrado naquela sessão, deputado Pedro Baldissera. V.Exa. há de se lembrar daquele dia, especialmente dos acalorados discursos proferidos aqui por alguns deputados, no dia 15, sobre uma lei que virou um calote eleitoral. Mas na semana que vem vamos trazer e reprisar cada dia um discurso, porque eles falam por si só, meu líder. Pelos registros daquela sessão do dia 15 estão muito claras as posições de cada um. De quem vem aqui e discursa para a platéia, de quem vem aqui vota e faz discurso para ganhar o voto na urna e depois não honra esse voto. É um verdadeiro estelionato eleitoral por toda Santa Catarina e, infelizmente, agora, com o pessoal da Segurança Pública, o que para mim não é novidade nenhuma.

Mas v.exa. trouxe, meu líder deputado Kennedy Nunes, no horário do nosso partido, a notícia da ação popular que a nossa bancada ingressou há poucos dias na Justiça catarinense, sobre a propaganda enganosa patrocinada pelo governo do estado do retorno às aulas. Nessa propaganda, deputados, v.exas. hão de se lembrar que as crianças apareciam chegando às escolas todas uniformizadas, com material escolar novo, zerado, disponibilizado, felizes, escondendo uma realidade muito triste, escondendo, por exemplo, a realidade do Instituto Estadual de Educação, que está há mais de 100 dias com as suas atividades completamente irregulares, com quase 30% de evasão em média, deputado Kennedy Nunes; escondendo a realidade de escolas que tiveram a reforma abandonada, outras que continuam interditadas, e o governo sem dar nenhuma resposta. E aquela milionária propaganda mostrava uma realidade fictícia, que só existe na cabeça deste governo virtual.

Nós questionamos e ontem à noite, deputado Darci de Matos, foi proferida a sentença, da qual eu peço permissão a v.exas. para ler a parte final, até para que ela fique registrada nos anais desta Casa. Vale lembrar que não são palavras da Oposição, mas, sim, palavras de um magistrado na sentença proferida ontem, que peço permissão para ler agora.

Diz o autor da sentença:  
(Passa a ler.)

"Não se pode admitir que a administração cometa tamanho esdrúxulo com seus administrados, estes que pagam tributos e elegem seus administradores para que ao erário público seja dada a aplicação eficaz. A coerência e o respeito com os interesses públicos é o mínimo que se espera de uma administração competente.

Não há como fugir ao acolhimento integral do pleito de liminar, pois que, como se viu, ao menos para a fase processual, há inconstitucionalidade na veiculação publicitária.

Portanto, desde que a campanha publicitária indevida seja custeada pelos cofres públicos - como sói acontecer em casos assim -, sua desconformidade com o matiz constitucional indica a sua suspensão imediata, como forma de estancar a sangria, a saída de numerários com fim proibido, e, portanto, o aumento da lesão.

Ausente o risco de dano inverso, não há óbice à concessão da liminar como requisitada.

Requisitar os documentos mencionados no item 4, letras 'a' até 'd' de fls. 18, fixando o prazo para atendimento em 10 dias.

Citar os demandados para que, contestem, querendo, no prazo e, com as contestações, voltem aos autos para revisão da liminar.

Dar vista dos autos ao Ministério Público e remeter cópia integral à Promotoria da Moralidade Administrativa.

Expedir ofícios e mandados necessários à materialização da presente, inclusive aos órgãos de imprensa, para que suspendam a veiculação até ulterior deliberação do Juízo." [sic]

Deputado Sargento Amauri Soares, não é mais a bancada da Oposição que está dizendo que o governo é incompetente e atira dinheiro pelo ralo ao invés de honrar os seus compromissos. Essas são as palavras de um magistrado da Justiça catarinense, mandando retirar das emissoras de televisão, mandando deixar de ser veiculada uma propaganda cara e mentirosa, cara e enganosa, porque mostrava uma realidade que não existe. E aí, para agravar ainda mais, disse o secretário da educação ao jornal *Hora Santa Catarina*, deste final de semana, sobre o assunto que é uniforme escolar:

(Passa a ler.)

"É melhor cuidar do uniforme

Os alunos da rede pública estadual de ensino fundamental não ganharão uniformes novos neste ano. De acordo com o secretário estadual de Educação, Paulo Bauer, os agasalhos em uso foram distribuídos entre setembro e outubro de 2006 [...]"

Claro, eles foram usados como material de campanha.

(Continua lendo.)

"[...] e devem durar até o final de 2007."

Vão deixar para distribuir uma nova remessa em 2008, porque é ano de eleição e novamente o uniforme vai virar material de campanha no estado.

Mas segue o secretário:

"Os alunos que se matricularam pela primeira vez na rede pública esse ano receberão os uniformes novos no final de julho ou início de agosto. No início de 2008 todos os alunos receberão novas vestimentas.[...]" [sic]

Certamente aí já estará definido o mapa eleitoral, e temos que ter o cuidado para que desta vez eles não coloquem o número dos candidatos nas escolas daquele município. Em um será 15, em outro será... Bom, de 1 a 70, há partido para todo mundo neste ajuntamento que fizeram.

Nós temos que ter cuidado porque o próprio secretário está dizendo que não tem uniforme. Claro, este ano não há eleição! Vão deixar para distribuir uniforme novamente no ano que vem, para somar de novo o uniforme em peça, em material de campanha, e as nossas crianças serem usadas vergonhosamente como cabos eleitorais deste governo que perdeu o juízo.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputado Joares Ponticelli, agradeço pelo aparte e peço desculpas por fazê-lo no seu tempo.

Quero informar, a pedido do presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Segurança Pública, Sintrasp, o companheiro João Batista, aqui presente, que há uma determinação da Acadepol de que os alunos policiais civis, ou seja, que não estão formados ainda em oficiais civis, estão recebam um treinamento relâmpago agora, de cinco minutos, de como fazer BO, para ir para as delegacias, o que indica que a greve existe e essa atitude não é recomendável para a segurança pública.

Quero informar também a todos os companheiros da segurança pública que estão nos ouvindo que ao término desta sessão este parlamentar e outros companheiros retornarão para o Centro Administrativo para bivaquear mais uma vez.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Como estamos vendo, a segurança pública já vai mal, deputado Kennedy Nunes, e agora, segundo a informação trazida pelo deputado Sargento Amauri Soares, com treinamento relâmpago de cinco minutos para serem convocados servidores para prestar segurança pública aos catarinenses, para onde caminha este governo?

Peço aos quase 60 comissionados que nos assistem a mando do governador que o façam retomar o juízo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Elizeu Mattos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, eu iria falar hoje sobre o assunto da audiência pública, o sistema de telefonia pública no Brasil e em nosso estado, audiência essa que aprovamos hoje na comissão de Direitos Fundamentais; iria também relatar a visita de diretores do BRDE a esta Casa, que vieram mostrar o que aquele banco tem para oferecer e colocar-se à disposição dos deputados.

Mas antes de falar da telefonia, quero comentar o assunto que hoje é debate nesta Casa, deputado José Natal.

Eu comecei a trabalhar com 16 anos e aprendi, lá no interior, que se deve dar o passo de acordo com o tamanho das pernas, senão vamos rasgar as calças. Também aprendi que administração pública se faz com serenidade, seriedade e com números. A vontade de todos era que os recursos sobrassem, que tivéssemos recursos sobrando; falo aqui especificamente da reivindicação dos policiais.

Conheço vários policiais, alguns são meus amigos, inclusive meu vizinho em Lages é policial, e conversamos muito, deputado João Henrique Blasi, nosso líder do governo, sobre os ganhos da polícia, que, logicamente, não é o ideal.

Quero deixar bem claro que a nossa Polícia não tem dono, é a polícia de todos os catarinenses, é minha, é de vocês, é de todos nós. Muitas vezes esquecemo-nos de relatar o lado brilhante do trabalho que ela faz. Vemos a Polícia Federal que prendeu "a", prendeu "b", mas a nossa Polícia, todos os dias, está fazendo um trabalho exemplar.

Eu sei que tanto a Polícia como os professores e todo o funcionalismo público necessitam de melhores salários. A Polícia o que faz? Protege-nos! Os policiais dão a vida para nos proteger. O que faz o professor? Ensina as nossas crianças para, no futuro, ganharem o pão. Sei que o salário não é ideal. Não é o melhor salário do mundo, mas nós também temos que frisar e falar dos avanços que já tivemos.

Eu li, sra. presidente, a Lei Complementar n. 254/2003. Quando eu voto uma lei tenho que saber o que estou votando e não votei esta lei porque não estava no plenário. Hoje por acaso estou, e a interpretação desta lei é bem clara. O deputado João Henrique Blasi quando esteve na tribuna já falou e também o deputado Edson Piriquito. Esta é uma lei autorizativa, isto está bem claro quando se lê o item II do art. 12.

Eu tenho certeza de que a vontade do governador Luiz Henrique da Silveira é dobrar o salário do funcionalismo público, que ganha pouco. Agora, temos que ter responsabilidade, não adianta conceder algo que não vai aparecer no contracheque, porque nós temos limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, temos limites de arrecadação.

Vou mais longe, alguns apresentam um número e outros apresentam outro número. O deputado Sargento Amauri Soares apresentou um valor de R\$ 12 milhões que seria o incremento mensal; outros - e eu fiz cálculos - apresentam um valor que chega a R\$ 28 milhões! Daqui a pouco alguém vai a tribuna dizer: vamos demitir os funcionários comissionados porque desta forma resolver-se-ão todos os problemas. Demitir todo mundo, todos os comissionados, representaria, se o valor for R\$ 28 milhões, 10%. Se o valor for R\$ 12 milhões, representaria 1/4 do valor.

Por isso estou aqui não contra o sindicato "a" ou "b", mas só fazendo um relato da responsabilidade de se conceder algo e não poder pagar mais adiante. A vontade do governador é clara e isso já ouvimos várias vezes. Mas até onde podemos chegar? A lei que foi aprovada aqui não é um calote como foi dito. Desculpem-me, mas falta interpretação da lei. Desculpe-me o presidente do PP, deputado Joares Ponticelli, que acabou de falar e disse que a lei é um calote. Ela não é! Ela é autorizativa até o ponto em que se pode chegar dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Faço essa minha fala pedindo também à nossa Polícia bom senso para continuarmos o trabalho, a negociação junto ao governo do estado, porque não é do dia para a noite que se resolve e encontra-se a equação financeira para resolver todos os problemas. Peça o bom senso de não termos greve porque a vontade existe; se não houvesse vontade, deputado João Henrique Blasi, não haveria negociação. E quando o governo se propõe a conversar e a discutir é porque há vontade. Aqui, como economista, tenho que ver até onde podemos chegar, até onde podemos ir.

Também quero, nestes minutos finais, falar da audiência pública cuja realização foi hoje aprovada na comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, para tratar da telefonia fixa e móvel. As empresas de telefonia neste estado resolveram não dar resposta. Nós aprovamos, e todos os dias, na Ordem do Dia, deputado Professor Grandó, requerimentos e moções pedindo o envio de mensagem às empresas de telefonia. Quero saber qual foi a mensagem desta Casa até hoje respondida pelas empresas. Virou a não-resposta.

Sobre o que o deputado Kennedy Nunes relatou aqui, de que liguei para o superintendente de uma empresa pedindo resposta a um requerimento nosso a respeito de telefonia móvel no município de Bom Jardim da Serra, sabem o que o superintendente daquela empresa me falou? "Arrumem o dinheiro que vamos lá e fazemos. Bom Jardim não dá lucro". Mas a que ponto chegaram! Só instalam antena onde dá lucro!

Tenho um telefone de campanha e desde outubro quero desligá-lo só que até hoje não consegui. Todo mês recebo a conta e não consigo desligar o telefone. Se isso acontece conosco, srs. deputados, imaginem com o cidadão comum, lá no interior!

Agora vem um novo plano, um novo modelo e alguém já discutiu esse novo plano da telefonia fixa e disse-me que vai haver um aumento de mais de 200%. Mas espalharam - inclusive vi uma propaganda que agora foi suspensa - que iria beneficiar o consumidor. Por isso pedimos esta audiência pública: para termos explicações.

A Assembléia Legislativa está estudando uma forma para que as empresas não sejam convidadas, mas de alguma maneira convocadas pela Anatel, que tem sido e vai ser parceira nesta audiência pública. Eu sei que se as empresas forem convidadas vamos ter, nessa audiência pública, somente um lado do balcão, porque não vão aparecer. É aquela história: a não-resposta e o não-comprometimento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Darci de Matos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sra. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores que nos acompanham assiduamente pela TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, senhoras e senhores.

Utilizo este espaço para falar de um assunto que, no meu entendimento, é da maior importância para os trabalhadores, para os empresários, para Santa Catarina e para o Brasil. Diz respeito a um projeto de lei aprovado pela comissão de Constituição e Justiça, de autoria do nobre deputado e amigo Antônio Aguiar, que propõe que o governo do estado de Santa Catarina institua a Semana de Conscientização de Acidentes de Trabalho.

Também, deputado Antônio Aguiar, foi aprovada neste plenário uma moção de minha autoria propondo que a Delegacia Regional do Trabalho de Santa Catarina intensifique as campanhas de prevenção de acidentes nas empresas do nosso estado, sobretudo nos segmentos de grau de risco elevado, três e quatro, como é o caso de empresas de metalurgia, de madeira, de atividade agrícola e de mineração.

Deputado Antônio Aguiar, os dados são assustadores. Em nível nacional, acontecem, anualmente, 350 mil acidentes gerais, sendo três mil fatais, deputado Romildo Títon. Isso é um verdadeiro genocídio!

Quando aconteceu o acidente com o avião da TAM em que morreram 90 passageiros, o país falou durante meses, durante anos sobre aquele acidente, que foi realmente uma catástrofe lamentável. Mas nós perdemos, deputado José Natal, no Brasil, por ano, três mil trabalhadores. Suas vidas são ceifadas e, na sua grande maioria, deputado Antônio Aguiar, são trabalhadores humildes, carentes, que estão lá na construção civil, na mineração e em outras atividades de grau de risco três ou quatro, que são de risco elevado.

No mundo nós temos dois milhões de acidentes por ano; morre, no mundo, a cada três minutos, um trabalhador. Estes dados são assustadores! No Brasil nós perdemos um número de trabalhadores mais elevado por ano do que as mortes na guerra do Iraque. Também esses acidentes, essas mortes, essas intoxicações, dão um custo para o país de R\$ 20 bilhões por ano. São somas elevadas, sra. presidente, que poderiam estar sendo aplicadas em outras áreas, principalmente na área social, na educação e na saúde.

Em Santa Catarina, deputado Antônio Aguiar, os dados são também alarmantes. Nós temos, aproximadamente, 20 mil acidentes gerais por ano. E em nosso estado, aproximadamente, 100 trabalhadores perdem a vida cumprindo suas tarefas nas empresas, na agricultura, enfim, nas mais diversas atividades.

Nós não nos podemos acomodar e aceitar esses números assustadores de acidentes gerais, sobretudo com mortes em Santa Catarina. E posso dizer, porque fui delegado do estado de Santa Catarina, que aquela delegacia tem um corpo de auditores, de médicos, de funcionários altamente capacitados e competentes. E aquela delegacia já realiza um trabalho de prevenção. Mas precisamos intensificar na delegacia, através da Fundacentro, através do governo do estado, deputado Antônio Aguiar, as campanhas educativas e preventivas para que possamos reduzir esses elevados números para, a médio e a longo prazos, acabar com esses acidentes, principalmente com os acidentes fatais.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

E concluo, deputado Antônio Aguiar, para ouvi-lo, com muito orgulho neste momento, dizendo que o maior patrimônio dos trabalhadores não é a sua bicicleta e nem a sua casa, o maior patrimônio dos trabalhadores é a sua saúde. Por consequência, o maior patrimônio dos empresários não são suas máquinas, os seus galpões, mas os seus trabalhadores motivados, preparados e com saúde. Esse é o nosso desejo e essa é a nossa proposta!

Por isso me coloco junto ao seu projeto, deputado Antônio Aguiar, para que possamos fazer uma verdadeira cruzada em Santa Catarina no sentido de reduzir drasticamente esse elevado número de acidentes de trabalho que ainda acontece no Brasil e em Santa Catarina.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Gostaria de parabenizá-lo, deputado Darci de Matos, pela sua brilhante intervenção, uma vez que v.exa. foi delegado do Trabalho e tem, sim, na lembrança a responsabilidade que temos com o trabalhador.

Eu, como médico ortopedista e médico do trabalho, atendo muitos acidentes de trabalho e não só com vítimas fatais. E como relatou v.exa., são mais de três mil mortes por ano em acidentes de trabalho. É um número muito grande!

V.Exa., deputado Darci de Matos, teve a capacidade de esclarecer ao trabalhador a importância de termos a prevenção dos acidentes de trabalho. E essa prevenção se faz através da conscientização do nosso trabalhador, através da conscientização dos empresários em dar as condições necessárias para que o trabalhador exerça a sua profissão.

Ficamos, sem dúvida nenhuma, honrados por v.exa. ter lembrado do nosso projeto de lei que cria a Semana de Conscientização de Acidentes de Trabalho, pois ele prevê a instituição de um calendário oficial de eventos do estado de Santa Catarina para a conscientização dos acidentes de trabalho.

(Passa a ler.)

"Parágrafo único - A Semana de Conscientização de Acidentes de Trabalho deverá ser comemorada anualmente na primeira semana do mês maio."

Esta é uma homenagem ao dia 1º de maio, que é o Dia do Trabalhador.

(Continua lendo.)

"Art. 2º - O Poder Executivo da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, do Trabalho e Renda fica encarregada de criar o programa relativo ao evento.

Art. 3º - Constarão na Semana de Conscientização de Acidentes do Trabalho seminários, aulas, palestras, concursos, cartazes e outros tipos de mídia que contribuam para a divulgação dos propósitos estabelecidos por esta lei." [sic]

Ficamos honrados, deputado Darci de Matos, pela sua consciência com o trabalhador. E nem poderia ser diferente, pois como ex-delegado do Trabalho está inserido no espírito da lei, fazendo com que os trabalhadores de Santa Catarina sejam honrados e lembrados.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar.

Obrigado, sra. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Romildo Titon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. presidente, srs. deputados, há pouco tempo nos pronunciamos aqui com relação a uma moção que enviamos ao Congresso Nacional declarando nosso apoio à proposta de emenda constitucional que devolverá aos estados o direito de legislar sobre as questões de anexações e emancipações.

No ano passado também estivemos nesta tribuna trazendo a notícia de que o Supremo declarou inconstitucional a Lei n. 11.361, aprovada nesta Assembléia Legislativa, através da qual havíamos anexado o distrito de Barra do Leão, que era de Campos Novos, ao município de Capinzal. E o Supremo declarou inconstitucional a lei estadual e fez com que aquele distrito retornasse ao município de Campos Novos, depois de pertencer longos anos ao município de Capinzal, causando sérios problemas àquela população.

E este foi um questionamento do Supremo porque a Emenda Constitucional n. 15/96 e a Constituição de 1986 deixaram uma lacuna aberta e até hoje o Congresso Nacional não resolveu essa situação, porque o art. 18 da Constituição, no seu parágrafo 4º diz o seguinte:

(Passa a ler)

"Art. 18 [...]

[...]

§ 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei." [sic]

Acontece que até hoje o Congresso Nacional não fez a lei complementar, inviabilizando os estados de legislar sobre essas questões. Agora, recentemente, no dia 9 de maio, o Congresso Nacional tomou outras decisões idênticas fazendo com que a lei que criou o município baiano de Luiz Eduardo Magalhães fosse também declarada inconstitucional, justamente porque o Congresso Nacional não fez a lei complementar e a emancipação foi votada lá no estado da Bahia. O estado do Rio Grande do Sul e do Paraná já tiveram esse problema com anexações.

E agora, no mesmo dia em que o Supremo votou a anulação da lei do município baiano, também votou a inconstitucionalidade de algumas leis, inclusive mais uma nossa, sra. presidente! Mais uma vez a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina vai ter que recuar numa lei: a que determinou a anexação da comunidade de Vila Arlete, que pertencia ao município de Campos Novos, ao município de Monte Carlo. Com a anulação da nossa lei, aquela comunidade terá que ser devolvida ao município de Campos Novos.

Ainda bem que o Supremo Tribunal Federal, numa decisão coerente tanto para o município baiano quanto para a anexação ocorrida em Santa Catarina, deu um prazo de 24 meses para que eles possam se adequar à nova legislação. Mas a lei já foi declarada inconstitucional.

Imaginem os srs. deputados, se o Congresso Nacional não resolver essa situação, o tamanho da confusão, da ilegalidade e dos problemas que vamos ter não na questão da anexação, que é um problema mais fácil de ser resolvido, mas na questão da emancipação, como no caso do município baiano, que já foi instalado, já tem prefeito e vereadores, tem orçamento, está gastando e investindo, que terá que retroagir e voltar a ser um distrito só por uma irresponsabilidade do Congresso Nacional.

Eu não entendo por que o Congresso Nacional não toma uma atitude e faz o seu dever de casa, elaborando a lei complementar que foi prevista por ele mesmo quando votou a última reforma da Constituição e colocou no art. 18, § 4º, a necessidade da elaboração dessa legislação complementar para que os estados pudessem legislar sobre essas matérias.

Ainda bem, sra. presidente e srs. deputados, que o Supremo Tribunal Federal também tomou uma decisão com relação a isso. Penso que é uma vergonha para o Congresso Nacional ser obrigado, pelo Supremo Tribunal Federal, a elaborar e votar uma lei complementar.

O julgamento do Supremo Tribunal Federal diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Por unanimidade o Tribunal julgou procedente a ação para reconhecer a mora do Congresso Nacional, e, por maioria, estabeleceu o prazo de 18(dezoito) meses para que este adote todas as providências legislativas ao cumprimento da norma constitucional imposta pelo art. 18, §4º, da Constituição Federal." [sic]

Agora o Congresso Nacional terá que votar num prazo de 18 meses. Por isso o Supremo Tribunal Federal deu o prazo de 24 meses para que esses municípios que tiveram as leis anuladas e as comunidades anexadas, se adequassem. Ou seja, porque em 18 meses o Congresso Nacional terá que votar a lei complementar e, posteriormente, os estados terão que se adaptar a ela e resolver definitivamente, as suas leis estaduais.

Há pouco tempo nós assistimos - e isso pesou negativamente - ao Congresso Nacional deixar de votar a reforma política e a fidelidade partidária. O Supremo Tribunal Federal, acatando um pedido feito por um partido, fez o julgamento enumerando as questões das mudanças partidárias que não podem ser feitas por parlamentares. Penso que ficou feio para o Congresso Nacional porque isso poderia ter sido feito antes de o Supremo Tribunal Federal determinar.

E agora, novamente, vemos uma questão que se arrasta há muitos e muitos anos, sobre a qual o Congresso Nacional não tomou nenhuma posição, não elaborou a lei complementar devida, sofrer a intervenção do Supremo porque muitos estados, municípios e comunidades tiveram sérios prejuízos. Mesmo uma anexação pequena, como a da Vila Arlete, acarretou investimento por parte da prefeitura de Monte Carlo para se adequar à nova área anexada. E agora terá que devolver a área a Campos Novos, sofrendo sérios prejuízos; da mesma forma ocorreu com o distrito de Barra do Leão, com relação a Capinzal.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Eu gostaria de parabenizar v.exa. pelo pronunciamento que faz, pois realmente é uma situação que ocorre em nosso estado e nós devemos, sem dúvida nenhuma, dar um maior apoio a essa comunidade para que legalize a sua situação.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar.

Srs. deputados, trago essas questões, como presidente da comissão de Constituição e Justiça desta Casa, para dizer que estamos tomando essas iniciativas para chamar a atenção do Congresso Nacional para que resolva definitivamente essa situação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Eu gostaria de registrar a presença do sr. Eutides Tavares, ex-presidente do PFL, hoje Democratas.

Sinta-se à vontade nesta Casa.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - O próximo orador inscrito é o deputado Décio Góes, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sra. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, nossos telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, público presente que nos visita, na segunda-feira próxima passada, dia 14, nós tivemos, nesta Casa, uma audiência pública sobre a questão da CPMF com as pessoas que são contra essa forma de contribuição. Eu acho importante que esta Casa, como uma Casa democrática, debata com as pessoas que são contra, com as que são a favor, enfim, o debate é importante. E nesse sentido eu quero deixar claro que eu sou a favor de que a vigência da CPMF continue enquanto não for feita a reforma tributária.

Criaram-na para ser provisória, mas ela se tornou imprescindível e agora aqueles que a inventaram querem simplesmente fazê-la desaparecer. Quando era o governo deles, servia, era imprescindível, era boa, mas agora é demais, é exagerada. Criaram todos os impostos e agora falam para a população que querem reduzi-los, que defendem a redução. É a incoerência estabelecida!

Srs. deputados, querem um debate ideológico, um debate de classe. Na verdade, eles querem é enfraquecer o estado, tirar o dinheiro das políticas públicas, acabar com o Bolsa Família, sacrificar mais a saúde pública, porque eles não precisam de posto de saúde, de agente comunitário nas suas casas, não precisam buscar remédio nas instituições, não precisam usar os hospitais públicos.

Mesmo com a reforma tributária, essa experiência da CPMF deve ser levada em consideração porque tira de quem muito movimentada as contas bancárias e redistribui para os pobres. Portanto, é um instrumento de distribuição de renda e eles não gostam de distribuir renda. Esse imposto permite distribuir renda para os pobres, para os municípios e para os estados, na medida em que repassa dinheiro à Saúde, ao SUS, aos programas de agentes comunitários e aos programas de saúde básica; na medida em que distribui dinheiro para a vigilância epistemológica, para a vigilância ambiental; na medida em que parte do dinheiro vai para a Previdência; na medida em que aposentadorias são concedidas; na medida em que o dinheiro vai para o Fundo de Erradicação da Pobreza e daí é distribuído para mais de 12 milhões de famílias através do Bolsa Família. Essa distribuição de renda estimula o consumo e gera empregos. Então, é a maior forma de distribuição de renda que há neste país.

É interessante também porque nem o sonegador consegue sonegar. É mais democrático e mais justo do que o ICMS. Por exemplo, a empregada do deputado Paulinho Bornhausen, ao adquirir um quilo de arroz ou um bem qualquer, pagará o mesmo imposto que o pai dele. Mas no caso da CPMF o pagamento é conforme a movimentação da conta bancária.

Por isso que devemos levar a sério o debate da reforma tributária. Porque, na verdade, neste país não se está querendo discutir essa questão. E é no Congresso Nacional que o nosso país tem de discutir esse assunto, mas é uma equação difícil que não estão querendo enfrentar, pois, na verdade, os municípios querem mais dinheiro, os governadores querem mais dinheiro, o governo, de modo geral, quer mais dinheiro, e quem paga quer pagar menos. Logo, é uma equação difícil! E aí não se quer fazer, escamoteia-se, foge-se. Essa questão está há mais de quatro anos no Congresso Nacional para ser debatida e não se cria um ambiente para tanto.

Assim sendo, é preciso informar à sociedade a real aplicação desses recursos, para que ela não se iluda com argumentos falsos, com argumentos levianos, com argumentos que não constroem a sociedade democrática de oportunidades que nós queremos construir.

Vou apresentar um *slide* aqui sobre a aplicação dos recursos.

(Procede-se à apresentação de *slide*.)

Temos aqui a composição dos recursos. São cerca de R\$ 35 bilhões previstos para 2007. Quanto à arrecadação e à distribuição da CPMF, temos o seguinte:

- Arrecadação com a CPMF: 0,38%
- Distribuição da CPMF:
- 0,16% vão para o Fundo Nacional de Saúde;
- 0,08 vão para o custeio da Previdência Social;
- 0,08% vão para o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; e
- 0,06% vão para a DRU.

Isso forma os 0,38% que são distribuídos para as políticas públicas de saúde, para as políticas públicas da Previdência Social (aposentadoria); para as políticas públicas da erradicação da pobreza (Fundo Social) e para as políticas públicas relativas à saúde, como a vigilância epidemiológica, a vigilância ambiental, a questão do programa básico de saúde e a Funasa.

Então, sou a favor de que enquanto não chegar uma reforma tributária, mantenha-se a CPMF e concentremos esforços no sentido de discutir essa questão. Temos que parar de fugir do debate sobre esse fundo que é tão importante para o país.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Obrigado, nobre deputado.

Quero relembrar a v.exa. que a grande questão da CPMF levantada neste país, hoje, é que ela foi criada para uma finalidade: a saúde. E hoje este país arrecada mais de R\$ 35 bilhões por ano e nada menos do que R\$ 8,5 milhões são repassados à saúde. Pergunto, então, a v.exa.: por que o governo federal usou recursos da CPMF para pagar dívidas? Por que o governo federal, dando fundamentação ao que coloca v.exa., não dá maiores recursos à área da saúde e a tantas outras áreas?

Com relação à questão do programa Primeiro Emprego criado pelo governo federal, quero dizer que no sul do Brasil não há ninguém que tenha acesso a ele porque a renda máxima da família não pode ultrapassar R\$ 90,00. Então, foi um programa feito para o norte e para o nordeste do Brasil! Naquelas regiões ele é válido porque lá eles necessitam.

Então, eu sou contra a cobrança da CPMF enquanto ela não for destinada, na sua totalidade, para o fim específico ao qual foi criada: a saúde. Se for para ratear do jeito que está aí, com a concordância da sociedade brasileira até terá o meu aval, mas o deputado Paulinho Bornhausen está no caminho certo.

Agora, quero dizer que o governo do PSDB, de Fernando Henrique Cardoso, diga-se de passagem, também não cumpriu o que determina a lei que criou a CPMF. Não é só o governo Lula, não! Mas o mais grave é que o governo de v.exa. usou o dinheiro da CPMF para pagar dívidas do país e não para aplicar naquilo que realmente deveria ter aplicado. E isso é um escândalo!

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - É importante ressaltar para a população, para o nosso telespectador que não se deixe enganar, pois essa distribuição dos recursos é bem anterior, é do tempo que eles participavam do governo federal; eles que inventaram essa fórmula.

As argumentações contrárias partem daqueles que não foram prefeito porque eles não sentiram na carne a eficácia dos programas sociais nas suas cidades, não sentiram na carne o quanto representa para as pessoas o Bolsa Família; não viram o quão é importante o agente saúde batendo nas casas das pessoas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, sra. deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, primeiramente, quero cumprimentar o sr. Célio de Deus Correa, que é presidente da Associação de Moradores da Rua Silvano Cândido da Silva, na cidade de Blumenau, e dizer-lhe que, infelizmente, as obras daquela rua ainda não foram concluídas por falta de verbas do governo do estado. Assim como o senhor está na Assembleia Legislativa, outros estão lutando para que o governador cumpra a Lei n. 254, que é uma reivindicação antiga dos policiais do estado de Santa Catarina.

Lamentavelmente, sr. presidente, srs. deputados, deputado Professor Grand e público que nos está acompanhando pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, tenho a notícia de que o governo do estado está entrando com um pedido de reintegração de posse do Centro Administrativo, solicitando que os policiais sejam retirados de lá com suas faixas, sem poder, inclusive, usar o banheiro. É dessa forma que o governo do estado trata a sua gente, os seus funcionários, assim como os professores do Instituto Estadual de Educação, que foram perseguidos, deputado Elizeu Mattos.

Eles estão há 30 dias no "gancho" porque foram pedir ao governo que o diretor eleito pela comunidade escolar fosse aceito pelo secretário da Educação. Infelizmente, não foram muito bem interpretados e, apesar de um processo de negociação com o secretário da Educação e com alguns parlamentares desta Casa ter-se iniciado, foram afastados por 30 dias. É assim que estão tratando os nossos professores, é assim que estão tratando os nossos policiais.

Mas ocupei a tribuna, srs. parlamentares, para falar sobre o dia 18 de maio, próxima sexta-feira, que é um dia marcado como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infanto-Juvenil. Protagonismo juvenil e combate à impunidade serão os focos a decidir.

Ontem, fizemos um grande debate aqui sobre a questão da redução da maioria penal. Eu já declarei que sou contra a redução da maioria penal, mas quero que v.exas. façam uma reflexão sobre o que está acontecendo com as crianças e com os adolescentes do estado de Santa Catarina e do nosso país.

Esta data foi marcada com o seguinte lema: "Esquecer é permitir, lembrar é combater". Por isso ela é lembrada todos os anos a partir de 2002. O dia faz alusão a um crime ocorrido no Espírito Santo, há 27 anos, quando Araceli Gabreira Sanches, então com oito anos de idade, foi violentada e assassinada. Todas as organizações e este Parlamento irão lembrar-se desta data tão marcante, que é o Dia de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infanto-Juvenil.

Para marcar a passagem da data, órgãos de defesa dos direitos da criança e do adolescente mobilizaram-se em todo o estado. Panfletos com dados estatísticos serão distribuídos nos centros urbanos de diversos municípios do estado de Santa Catarina. O objetivo é chamar a atenção da população e de autoridades para os números de agressões a crianças e adolescentes no estado de Santa Catarina. Adianto aos srs. deputados, porém, que esses dados não serão nada positivos.

Informações da Associação Catarinense dos Conselhos Tutelares do estado confirmam que cresce a cada dia o número de casos de violência sexual contra meninos e meninas no estado de Santa Catarina. São crianças e adolescentes expostos aos mais diferentes crimes. Inclusive, srs. deputados, segundo Paulo Kons, presidente da Associação Catarinense dos Conselhos Tutelares, a exploração sexual mercantil, em que crianças e adolescentes são levados a vender o próprio corpo, supera o número de casos intrafamiliares.

Em vários municípios, como a minha cidade, Blumenau, como Balneário Camboriú e Itajaí, e nos municípios mais distantes do estado de Santa Catarina acontecem verdadeiras redes de exploração sexual infanto-juvenil, que atuam sob o véu da impunidade, deputado Sargento Amauri Soares! E querem reduzir a maioria penal.

Os adultos não são punidos explorando crianças e adolescentes sexualmente e essas redes de exploração sexual infanto-juvenil estariam congregadas com agentes de vários segmentos da sociedade civil organizada. O objetivo, srs. deputados, é a manutenção desse sistema de impunidade.

Não estamos falando de crimes contra o patrimônio público ou contra o patrimônio privado. Estamos falando de crimes contra a vida humana. Verdadeiros atos hediondos estão acontecendo. Hoje, o estado tem 297 conselhos tutelares distribuídos nos 293 municípios. Esta informação que trago aos srs. deputados seria positiva se as estruturas estivessem funcionando como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente. Mas lamento afirmar que esta não é a nossa realidade. Grande parte desses conselhos trabalha sem nenhuma infra-estrutura. Pelo menos em 50 municípios eles não possuem nenhuma linha telefônica disponível e em mais de 100 deles não há um veículo próprio para as diligências de proteção à infância.

O nosso desafio, no dia 18 de maio, é descobrir como mudar esta realidade. Sabemos que tratar a exploração sexual apenas do ponto de vista policial não resolve o problema, pois o fenômeno ultrapassa tais limites, posto que é alvo de implicações econômicas, políticas e sociais. Por conta disso, as ações de enfrentamento requerem esforços conjugados na forma de políticas públicas e ações privadas de médio e longo prazos.

Sugiro a mobilização e a articulação da sociedade no sentido de investir em campanhas sociais em nível estadual, regional e municipal, além de incentivar os trabalhadores nas empresas ou na comunidade em que atuam para participar das ações de enfrentamento desse movimento contra a exploração sexual infanto-juvenil.

Quando a vítima é uma criança ou um adolescente, combater a impunidade é garantir a proteção às nossas crianças e aos nossos adolescentes.

Então, este dia 18 de maio, a próxima sexta-feira, é um dia de reflexão, inclusive deste Parlamento, de homens e de mulheres, para que isso não aconteça com as nossas crianças e com os nossos adolescentes.

Temos que tratar as nossas crianças e os nossos adolescentes, deputado Décio Góes, como se fossem os nossos filhos, porque não desejamos isso a eles. Então, temos que cuidar de todas as crianças e de todos os adolescentes do estado de Santa Catarina.

Esta é a nossa missão, este é o nosso compromisso e temos que nos unir as mais diversas frentes para que isso não manche mais o nosso estado e também a honra das nossas famílias. Para isso, temos que agir agora!

Muito obrigada!  
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Assumo a Presidência para permitir que o deputado Valmir Comin possa fazer uso da palavra.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sra. presidente e srs. deputados, faço uso da tribuna, na tarde de hoje, para fazer aqui uma menção especial e recordar alguns momentos importantes do nosso glorioso Tigre, meu amigo deputado Décio Góes.

(Passa a ler.)

"Conhecido como Comerciarí Esporte Clube, foi fundado em 13 de maio de 1947, na Praça Nereu Ramos, por um grupo de rapazes, na maioria com 18 anos, moradores do centro da cidade. Essa era a primeira vez que o centro da cidade possuía um time de futebol.

No dia 15 de maio do mesmo ano aconteceu a primeira partida do recém fundado clube. O adversário foi o já tradicional São Paulo Futebol Clube, da Vila Operária, deputado Décio Góes, v.exa. que já foi prefeito e conhecedor disso, e o jogo aconteceu no estádio do Ouro Preto. O placar não poderia ter sido outro e a jovem equipe foi derrotada por 4x0. Lédio Búrigo, um dos fundadores, atuou como lateral direito, o nosso amigo da casa nova.

A primeira bola do time foi comprada por 17 contos e 500 réis e o primeiro terno era listrado de azul e branco, parecido com o do Avaí, adquirido após uma coleta no comércio. No dia 8 de junho, as duas equipes voltariam a se defrontar no mesmo local para um revanche. O time do São Paulo voltou a aplicar outra goleada, 4x1, sendo que o quarto-zagueiro Carlitos foi o autor do primeiro gol do time do centro. A primeira vitória só aconteceu na terceira partida, confrontando com o mesmo time, o São Paulo Futebol Clube, e o placar foi de 3x2 para o Comerciarí. A primeira viagem foi para Siderópolis, minha terra natal, onde existia o saudoso time Treviso (Treviso e Itaúna, eram os gloriosos times daquela época), que ia enfrentar o Grêmio Esportivo Macedo Soares. A equipe azul conquistou um honroso empate fora de casa, analisado por todos como uma grande vitória.

O primeiro troféu do Comerciarí foi conquistado em Siderópolis, em 8 de fevereiro de 1948.

O time era considerado a zebra do torneio, pois era o caçula da região. Em 1949 aconteceu a primeira grande conquista do time do centro. A equipe azul e branca derrotou o Atlético Operário em duas oportunidades, por 3x1 e 6x1, conquistando assim o seu primeiro título da LARM (Liga Atlético da Região Mineira). Em 1949, repetindo a mesma base, tornou-se novamente campeão, derrotando de novo o Atlético Operário. Nesse ano o título foi decidido também nos tribunais da Federação Catarinense de Futebol. O primeiro tricampeonato foi conquistado em 1951, ano em que o meu pai comprou o primeiro *jeep*. Com uma campanha invejável, o Comerciarí venceu 20 partidas das 28 disputadas, empatou 4 e perdeu 4.

Em 1955, o clube inaugurava o Estádio Heriberto Hülse. No início, o gramado foi projetado ao contrário do que é hoje, sendo uma das goleiras voltadas para o portão principal. O Comerciarí voltaria a conquistar o campeonato da Liga Atlético da Região Mineira nos anos de 57, 58 e 60.

A principal façanha do time do centro foi a conquista do primeiro título estadual, que aconteceu no ano de 1968. Em 1970, atingido por uma séria crise financeira, o Comerciarí Esporte Clube foi obrigado a encerrar as atividades do departamento de futebol profissional, só retornando a disputar o campeonato catarinense em 1977, sete anos depois.

Em 13 de março de 1978 aconteceria a mudança do nome, de Comerciarí Futebol Clube para Criciúma Esporte Clube. O time mantinha as cores azul e branco em seu uniforme, o que causava dificuldades para conquistar os torcedores dos extintos clubes da cidade, como o Metropol e o Atlético Operário, deputado Décio Góes. Em 1989 o time volta a ser campeão e conquista o tricampeonato em 1991 e conquistaria o seu principal título em toda a sua história: a Copa do Brasil em 1991 contra o Grêmio Porto Alegre, também azul e branco, o que deu ao Tigre o tão sonhado campeonato e a vaga para disputar a Taça Libertadores da América em 1992.

Entre as conquistas estaduais temos: campeão catarinense nove vezes - 1968 (como Comerciarí E.C.), 1986, 1989, 1990, 1991, 1993, 1995, 1998 e 2005; Copa Santa Catarina uma, em 1993; Copa do Brasil, em 1991; Campeonato brasileiro série B, 2002; Campeonato brasileiro série C, 2006. Participou ainda da Libertadores das Américas, ficando na quinta colocação."

Recentemente tivemos o prazer de disputar, em nosso território, em nosso campo, com o grandioso time da Chapecoense, naquele que foi um jogo acirrado, disputado, de alto nível, o Campeonato Catarinense de Futebol. Com o empate de 2x2 a Chapecoense, merecidamente, diga-se de passagem, conquistou o título de campeão, ficando o nosso Tigre como o honroso segundo lugar.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Eu quero parabenizá-lo pela lembrança porque no dia 13 de maio o nosso Tigre fez aniversário. E falar das coisas da nossa gente, das coisas que dão alegria ao nosso espírito, é muito gostoso, principalmente quando nos fazem lembrar, inclusive, dos nossos familiares. Meu pai participou ativamente dessa história; meu tio Antônio também; meu tio Hécio foi presidente. Tudo isso me fez participar desta história com muita alegria e orgulho porque o Tigre tem nos dado muito orgulho por este Brasil afora. Aonde vamos, ele é conhecido, deixa uma marca que divulga Criciúma. Hoje o Tigre é de toda a região, de todo o estado de Santa Catarina.

Parabéns, deputado Valmir Comin, por essa boa lembrança que trouxe a essa tribuna.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Fiz questão de levantar esse assunto porque acho que realmente o futebol é um mecanismo que congrega todos os povos, todas as nações, todas as raças, todas as religiões e quando um time catarinense do porte do Criciúma, do Avaí, do Figueirense, do Joinville, da Chapecoense se destaca, isso motiva a população, rejuvenesce o espírito, aumenta a garra e a participação, aguçando o patriotismo.



Nessa linha precisamos, cada vez mais, fortalecer o esporte em Santa Catarina e no Brasil. Por isso a nossa saudação ao glorioso Tigre.

Era o que tínhamos a dizer, sr. presidente e srs. deputados.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o próximo orador, deputado Professor Grandó, por cinco minutos, pois não há mais tempo regimental.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sra. presidente e srs. deputados, quero dizer que o papel desta Casa, como Poder Legislativo, tem sido, na sua grandeza máxima, o de mediador entre os interesses que estão conflitando. No caso do Instituto Estadual de Educação, conseguimos fazer com que as partes - professores, pais de alunos e alunos - pudessem conversar com a secretaria da Educação.

Se o diálogo, se a mediação não foi exitosa, pelo menos cumprimos o nosso dever. Da mesma forma, sra. presidente, entendemos que sempre que houver um conflito, o papel desta Casa é ser mediadora.

Por isso estamos sendo mediador de um grande encontro estadual na comissão do Meio Ambiente e Turismo, para o qual estamos chamando todos os prefeitos para que possamos ter um marco zero sobre a questão do saneamento no estado. Na ocasião estarão presentes todas as autoridades estaduais: a secretaria de estado do Desenvolvimento Sustentável e a Casan; e todos os financiadores: Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, BRDE e Finasa, no sentido de que os prefeitos adotem a lei que há quatro meses foi aprovada e sancionada referente ao saneamento, ou seja, a lei federal, além da própria lei estadual existente desde o ano passado.

De posse dessas leis vamos mediar para que as partes solucionem um dos mais graves problemas deste estado. Nós não possuímos sequer 10% da população catarinense com acesso ao saneamento básico, ao tratamento de esgoto.

Quando assumi o mandato de deputado estadual nesta legislatura, no primeiro dia disse que uma das minhas bandeiras de luta seria o saneamento, porque tive a honra de ser prefeito da capital de todos os catarinenses e de conquistar o título da capital com melhor qualidade de vida, pois investi em saneamento. São obras enterradas, sim, mas em cada real investido em saneamento básico, economizamos R\$ 5,00 em saúde e melhoramos a qualidade de vida da população.

Esse é o papel que temos que exercer e não nos omitir porque agora existem condições para que as partes resolvam esse problema. E quando falo das partes, falo do governo do estado e dos municípios.

Notamos que as associações de municípios estão preocupadas porque foi dito nesta Casa, hoje, no início da sessão, que estão faltando projetos, porque recursos existem. Ótimo! Quanto a elaborar projetos, há muito tempo digo, como administrador que fui, que todo Poder Executivo tem que ter um banco de projetos, e não só para a área de saneamento! É preciso mobilizar toda a sociedade para fazer esses projetos porque o funcionário público só vai liberar os recursos se houver projeto, senão a responsabilidade é dele.

Então, hoje começa a se entender que é possível, através das associações de municípios, elaborar esses projetos para as cidades menores e mais carentes. Geralmente, cidades até 30 mil habitantes estão ligadas à Funasa. Há uma rede especial no PAC para um financiamento de R\$ 40 milhões para o estado.

Então, quero parabenizar a comissão de Meio Ambiente, através do nosso presidente, deputado Décio Góes, e dos deputados José Natal e Renato Hinnig, que hoje discuti a convocação de um grande encontro na segunda quinzena do mês de julho, quando poderemos utilizar as instalações desta Casa, fazer o marco zero e toda uma campanha visando ampliar o percentual de saneamento deste estado. Ai sim estaremos protegendo o meio ambiente porque se o esgoto não estiver sendo feito da forma correta, com mecanismos de desenvolvimento limpo, irá emitir metano para a atmosfera, que é 21 vezes mais poluente do que o dióxido de carbono.

Não podemos mais construir estações de tratamento de esgoto a exemplo da que existe no aterro da baía sul, em Florianópolis. Naquela época não se falava no efeito estufa; hoje nós temos que gastar mais, mas fazer de forma correta. E o estado poderá ser exemplo para o Brasil, utilizando a questão das bacias hidrográficas e analisando a balneabilidade das nossas praias, porque nós sempre dizemos: a galinha dos ovos de ouro do desenvolvimento do turismo está relacionada à comissão de Turismo e Meio Ambiente.

Então, esta Casa, mais uma vez, vai exercer o papel de mediadora, como tem sido...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado.

Não havendo mais tempo regimental, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 040ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Dagomar Carneiro - Décio Góes - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - João Henrique Blasi - José Natal - Julio Garcia - Manoel Mota - Marcos Vieira - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Professor Grandó - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck.

## SUMÁRIO

### Breves Comunicações

**DEPUTADO GENÉSIO GOULART** - Fala do credenciamento em oncologia de 11 hospitais de Santa Catarina.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** (aparte) - Reporta-se ao credenciamento do hospital de Porto União para tratamento de pacientes portadores de câncer.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** (aparte) - Elogia o estado pela criação da Oncorrede.

**DEPUTADO JOSÉ NATAL** (aparte) - Afirma que o governo está trabalhando para acabar com a "ambulancioterapia".

**DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI** - Refere-se à instalação de um *campus* da UFSC em Curitibaanos.

**DEPUTADO JAILSON LIMA** (aparte) - Manifesta-se sobre a interiorização da UFSC, a criação de Cefets e a aplicação da CPMF no governo Lula.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** (aparte) - Refere-se ao Cefet de Canoinhas.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Aborda a paralisação da Segurança Pública em Santa Catarina.

**DEPUTADA ODETE DE JESUS** - Refere-se ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infanto-Juvenil; reporta-se à Cartilha dos Direitos do Paciente.

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** - Discorre sobre a crise do setor moveleiro de Santa Catarina.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** (aparte) - Solidariza-se e coloca-se à disposição para enfrentar a crise do setor moveleiro catarinense.

**DEPUTADO RENATO HINNIG** (aparte) - Informa que a secretaria da Fazenda informatizou a devolução de créditos de exportação às empresas.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** - Reporta-se às declarações do presidente Lula sobre greve no setor público; alerta sobre os perigos de acidentes no trecho da BR-101 que está sendo duplicado; coloca que a descentralização ajudaria a resolver os problemas de acúmulo de processos do Poder Judiciário.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI** - Manifesta-se quanto ao movimento reivindicatório dos servidores da Segurança Pública; discorre sobre a Oncorrede.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** (aparte) - Esclarece polêmica acerca de procedimento médico ocorrido no Hospital Celso Ramos.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** - Analisa a atual situação da macroeconomia brasileira e seus reflexos em Santa Catarina.

**DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO** (pela ordem) - Anuncia a presença de diversas autoridades de Witmarsun e Dona Ema.

**DEPUTADO JAILSON LIMA** (aparte) - Coloca sua opinião quanto ao incidente no Hospital Celso Ramos.

**DEPUTADA ODETE DE JESUS** (aparte) - Explica por que não concedeu aparte ao deputado Antônio Aguiar.

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** (aparte) - Informa que o TCE afirma que o estado gastou somente 10,15% em saúde.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** (pela ordem) - Contesta a deputada Ana Paula Lima no caso do incidente no Hospital Celso Ramos.

**DEPUTADO PROFESSOR GRANDO** - Informa que os principais bancos têm recursos para financiar projetos municipais; elogia a criação da Oncorrede e os avanços da saúde pública; reporta-se ao trânsito de Fpolis e à emissão de gases poluentes.

Explicação Pessoal

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Refere-se à resposta da direção do Hospital Celso Ramos sobre o incidente procedimental; manifesta-se sobre as próximas eleições para os diretórios do PSDB.

**DEPUTADA ODETE DE JESUS** (aparte) - Opina sobre o incidente no Hospital Celso Ramos.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** (aparte) - Dá como esclarecido o incidente envolvendo o Hospital Celso Ramos.

**DEPUTADO RENO CARAMORI** - Discorre sobre a inauguração de terminal multimodal de cargas utilizado pela Klabin para exportar papel.

**DEPUTADO JAILSON LIMA** - Posiciona-se no caso do incidente ocorrido no Hospital Celso Ramos.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** (aparte) - Convida para duas audiências públicas no sul do estado.

**DEPUTADO SARGENTO SOARES** (aparte) - Expressa sua contrariedade com a atitude do diretor do Deap em relação à organização do movimento dos servidores da Segurança Pública.

**DEPUTADO PROFESSOR GRANDO** (aparte) - Manifesta sua posição diante da correspondência do diretor do Deap.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** (aparte) - Lamenta a truculência do governo em relação aos servidores da Segurança Pública.

**DEPUTADO JOSÉ NATAL** - Procede à leitura do art. 15 do Estatuto do Idoso; registra o aniversário de Biguaçu; conclama os parlamentares a se unirem em torno de propostas para resolver os problemas catarinenses.

**DEPUTADO PEDRO BALDISSERA** - Critica o governo do estado por acumular déficit orçamentário há quatro anos.

**DEPUTADO JOSÉ NATAL** (aparte) - Fala que o governo estadual honra o que é repassado pelo Fundo Social.

**DEPUTADO JOSÉ NATAL** (pela ordem) - Registra a presença do ex-vereador Nilson Stravinsky, de Fraiburgo.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** (pela ordem) - Reporta-se ao Hospital São Francisco de Assis, de Santo Amaro da Imperatriz.

**DEPUTADO EDSON PIRIQUITO** - Ataca o PT e defende o governo do estado.

**DEPUTADO PEDRO BALDISSERA** (pela ordem) - Convida o deputado Edson Piriquito para assistir à missa.

**DEPUTADO EDSON PIRIQUITO** (pela ordem) - Não aceita o convite para a missa.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** - Faz a defesa do PT dos ataques do deputado Edson Piriquito.

**DEPUTADO PEDRO BALDISSERA** (aparte) - Diz que tem compromisso com o seu eleitorado na mudança das consciências.

**DEPUTADO EDSON PIRIQUITO** (pela ordem) - Coloca que fará o contraponto ao deputado Pedro Baldissera na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que faça a distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Genésio Goulart, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, hoje estou usando esta tribuna exatamente para fazer o meu agradecimento e parabenizar muitas pessoas influentes.

Deputado Antônio Aguiar, v.exa. que é médico sabe da importância da contribuição do nosso governador Luiz Henrique da Silveira, do secretário de estado da Saúde, deputado Dado Cherem, da diretora-geral, dra. Carmen Zanotto, do ministro da Saúde, dr. Antônio Fernando Correia de Campos, pelo acontecimento, na sexta-feira, do credenciamento dos hospitais de Santa Catarina em oncologia, o que vai facilitar aquelas pessoas carentes, necessitadas, pessoas doentes que necessitam de tratamento em quimio e radioterapia. Foram 11 hospitais credenciados em Santa Catarina.

Quero agradecer também aos nobres deputados que, tenho certeza, batalharam bastante e por isso, graças a Deus, tivemos essa conquista. São 11 hospitais credenciados graças à participação e ao envolvimento do nosso governador Luiz Henrique da Silveira, que tinha o compromisso de batalhar por esse credenciamento desde o seu primeiro mandato. Nessa parceria com o ministério da Saúde, com o empenho da diretora-geral Carmen Zanotto e do nosso secretário Dado Cherem, tivemos esta conquista. Todos nós, com certeza, batalhamos muito para que isso acontecesse.

Então, estou aqui para agradecer de coração a todos os nossos colegas deputados e deputadas, que batalharam bastante nos quatro anos do primeiro mandato do nosso governador Luiz Henrique, que assumiu esse compromisso. É claro que demorou um pouco por causa da burocracia, mas aquilo que ele promete sempre cumpre. Demorou um pouco, mas felizmente está acontecendo. Isso vai facilitar bastante para as pessoas necessitadas, aquelas que dependem de quimioterapia e radioterapia e que precisam sair do interior do nosso estado para vir até Florianópolis, inclusive lá da região da Amurel, a região que represento.

Hoje, saindo às 5h de Tubarão, passei por três ambulâncias trazendo os doentes, os pacientes aqui para Florianópolis. Isso, realmente, é uma coisa que temos que levar em consideração porque são pessoas necessitadas. Não é justo que pessoas doentes saiam de casa às 5h, passem o dia todo aqui em Florianópolis e só retornem à noite. Essa era uma preocupação nossa, mas, felizmente, está se resolvendo.

Temos que agradecer de coração ao nosso governador Luiz Henrique da Silveira pelo seu empenho, pela sua batalha. Da mesma forma, mais uma vez, ao secretário Dado Cherem e a secretária adjunta Carmen Zanotto, que muito se empenharam para que esse credenciamento viesse a acontecer. Felizmente aconteceu porque todos nós sabemos a importância que isso tem para as pessoas necessitadas de Santa Catarina, deputado Antônio Aguiar.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Quero parabenizar v.exa. por se reportar a esse credenciamento porque em nosso planalto norte, região que represento, temos o hospital de Porto União no qual a oncologia também foi credenciada. E esse credenciamento é importante porque a saúde como um todo não é só responsabilidade do estado, mas do governo federal. E nessa união entre o governo estadual e o governo federal para melhorar a nossa saúde, queremos, sim, que as verbas do governo federal aportem nesses hospitais para que os procedimentos possam ser feitos e pagos através do SUS.

Aliás, falando em SUS, nós temos segunda-feira, às 9h, uma audiência pública sobre o reajuste da tabela do SUS. Queremos fazer com que a nossa saúde melhore e isso só vai acontecer se fizermos esse reajuste. Acreditamos que os hospitais, os laboratórios e os profissionais liberais serão os grandes beneficiados, uma vez que essa defasagem, diga-se de passagem, não vem de agora e sim da época do presidente Fernando Henrique Cardoso, que deu um grande calote na saúde. Nós queremos, no mínimo, recuperar o que aconteceu naquele governo, no qual a saúde foi realmente deixada de lado. Nós queremos que não só Santa Catarina, mas o Brasil tenha a oportunidade de melhorar a sua saúde. E nós temos dinheiro sim, porque só 40% do dinheiro recolhido com a CPMF estão sendo usados na saúde. E os outros 60% estão indo para onde? Queremos que esse dinheiro da CPMF seja aplicado na saúde e dessa forma melhorar o sistema como um todo.

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Muito obrigado pelas suas palavras, deputado Antônio Aguiar, essa contribuição é muito importante. Meus parabéns!

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Deputado Genésio Goulart, gostaria de agradecer o seu aparte e dizer que esse seu testemunho é muito importante.

Quero também fazer aqui um elogio à criatividade da secretaria estadual em propor a Oncorrede em Santa Catarina, que no último dia 11 de maio foi aprovada na reunião do ministério da Saúde com o Inca - Instituto Nacional do Câncer.

A Oncorrede diferia da portaria nacional, mas o ministério da Saúde teve a sensibilidade de entender as peculiaridades do nosso estado e aprovou esse projeto que vai atender várias cidades, entre elas Tubarão, que poderá ter também a prestação desses serviços. Foi uma luta muito importante e a bancada federal do Partido dos Trabalhadores ajudou a bancada catarinense que também esteve envolvida para que houvesse essa compreensão. E isso é muito bom porque agora sabemos os benefícios que esse serviço trará para toda a região sul.

Parabéns a todos que participaram dessa luta!

O S. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Muito obrigado, deputado, e parabéns pelas suas palavras, pela sua contribuição.

Realmente o nosso estado trouxe uma alternativa maior para as pessoas necessitadas, graças à parceria dos queridos deputados e do governo federal, que teve essa grande participação com o governo do estado.

Foram contempladas 11 regiões: Florianópolis, Hospital Joana de Gusmão; Blumenau, Hospital Santa Isabel; Chapecó, Hospital de Chapecó; Joinville; Jaraguá do Sul; Hospital de São José, de Criciúma; Lages, Itajaí, Joaçaba, Porto União e Tubarão.

Também quero aqui agradecer ao povo de Tubarão e da região da Amurel, que no ano passado, juntamente com a direção dos hospitais, conseguiu fazer um abaixo-assinado com mais de 60 mil assinaturas.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Parabéns a v.exa. pelo pronunciamento.

Quero dizer que ontem a Oposição mostrou nesta Casa um jornal com quatro ou cinco ambulâncias nos hospitais e alguns casos que acontecem. Mas esse é um projeto do governo que quer realmente acabar com a famosa "ambulacioterapia". É lógico que em quatro anos de mandato não dá para fazer tudo o que não foi feito em 30 ou 40 anos. Então, este é um plano de governo de Luiz Henrique da Silveira e do vice-governador Leonel Pavan.

V.Exa. acaba de mostrar que quem quer, vai atrás e faz! Foi isso que este governo fez e estará fazendo.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Com certeza, deputado, muitas outras coisas boas irão acontecer porque o governador tem vontade, tem criatividade e, como sempre tenho dito, faz com amor, faz porque gosta, porque tem responsabilidade. Assim, não tem como dar errado. Esse negócio de ficar fazendo discriminação, nós sabemos que é coisa passageira, é coisa da Oposição. Mas o que importa são as conquistas que nós estamos tendo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O próximo orador inscrito é o deputado Onofre Santo Agostini, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente, ilustre sra. deputada, srs. deputados, profissionais da imprensa, eu até tive a impressão de que o nosso ilustre presidente quis discriminar esse deputado porque não é torcedor do Figueirense, que ontem deu um *show* de bola. Mas depois entendi que não.

A deputada Ana Paula Lima ficou meio preocupada porque o Figueirense ganhou do seu Botafogo, merecidamente diga-se de passagem.

(Passa a ler.)

"Interiorização ocorrerá com unidades no Sul, no Norte e no Meio-Oeste

UFSC define a localização de dois *campi*

A cidade de Curitiba, no Meio-Oeste, receberá um novo *campus* da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A expectativa do reitor Lúcio Botelho é que, até 2010, este e outros dois *campi*, localizados na região Sul e Norte do Estado, estejam em funcionamento.

No Sul, já está definido que será em Araranguá. No Norte, ainda há dúvida entre Araquari e Jaraguá do Sul.

A definição por Curitiba ocorreu durante audiência pública realizada no município, onde cerca de 800 pessoas, entre autoridades municipais, empresários, agentes comunitários e representantes políticos, participaram da escolha.

Foi exatamente esta mobilização popular que contribuiu para a escolha que, segundo Lúcio Botelho, também levou em consideração o baixo índice de desenvolvimento humano e a localização geográfica.

A próxima etapa do processo de implantação do *campus* será uma reunião com Fernando Haddad, ministro da Educação, na próxima semana, para a apresentação de detalhes do projeto. Na sequência, um grupo técnico se deslocará até o município para escolher o terreno doado pela prefeitura municipal ou pela iniciativa privada.

O Plano de Educação garante a destinação de recursos. Os recursos destinados à instalação dos três *campi* são provenientes de emendas de parlamentares e do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que prevê, para este ano, a aplicação de R\$ 1 bilhão na facilitação do acesso à educação no país.[...][sic]"

Eu fiz questão de ler esta matéria, sr. presidente, para que v.exa. vejam que quando a comunidade se une, deixa de lado os interesses políticos, tudo dá certo. E aqui quero fazer justiça a toda a sociedade de Curitiba e aos municípios circunvizinhos. Lá estiveram: Ponte Alta, Ponte Alta do Norte, São Cristóvão, Frei Rogério, Santa Cecília, Lebon Régis e Brunópolis, solidariamente, prestando esse apoio a Curitiba, à nossa região.

Houve também uma ação decisiva do prefeito municipal Vanderlei Agostini; o prefeito foi importante porque não titubeou. Na hora em que o reitor disse que necessitava de dez alqueires de terra bem localizados, o prefeito respondeu: "Dez, 20, 30 ou quantos forem necessários!"

Além disso, os empresários também participaram e disseram: "Se a prefeitura não tiver condições suficientes de comprar, de adquirir uma área de terra, nós, empresários, faremos aqui 'uma vaquinha' e colocaremos o terreno à disposição do ministério da Educação", para a construção dessa obra que é, sem dúvida nenhuma, deputado Professor Grandó, v.exa. que lá participou da Expocentro e viu a necessidade de fazer aquela nossa terra começar a crescer, o resgate da dívida que o poder público tem conosco.

Nossa terra já foi palco de grandes eventos políticos, sociais e econômicos, deputado Jailson Lima. Nós tivemos a maior riqueza de todo o estado de Santa Catarina: os famosos pinheirais, que foram derrubados em nosso detrimento e em favor de outras regiões. As outras regiões cresceram graças à riqueza da nossa região. Claro que sim! O Vale do Itajaí e Florianópolis cresceram porque o ICMS gerado naquela região forneceu riqueza para crescerem.

Nós já chegamos a ser, deputado Jailson Lima, o sétimo arrecadador de impostos; nós já chegamos ser o sétimo arrecadador porque a nossa riqueza, o ICMS dos nossos pinheirais, foi investido em outras regiões. Agora não! Agora chegou a nossa vez de receber os benefícios.

Eu já disse à minha prezada amiga, deputada Ana Paula Lima, que às vezes eu subo à tribuna para fazer críticas ao governo federal. Até hoje continuo com a minha opinião de que a política econômica do governo federal está equivocada. Em minha opinião, está equivocada! Quem sou eu, não sou um conhecedor de economia, mas qualquer um entende que a política econômica do governo federal está equivocada.

No entanto, reconheço as coisas boas que o governo federal faz, reconheço sim! Uma delas é esta aqui: uma obra importante para Santa Catarina, a interiorização da UFSC. Vejam bem, o Rio Grande do Sul tem seis universidades federais e nós só temos uma! Agora estão tentando, e se Deus quiser vamos conseguir, instalar três, deputado Jailson Lima. Isso, sem dúvida nenhuma, vai beneficiar toda a nossa região. Até Rio do Sul vai ser beneficiado, sem dúvida nenhuma!

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Pois não!

O Sr. Deputado Jailson Lima - Deputado Onofre Santo Agostini, fico contente de ver que nesta manhã foram abordados dois pilares importantes da cidadania. O primeiro, pelo deputado Genésio Goulart, presidente da comissão de Saúde, que falou da Oncorrede, que trata da implantação de uma série de serviços de oncologia no estado, diante de uma visão de parceria com o ministério da Saúde que, diga-se de passagem, sustenta toda a estrutura; e o segundo por v.exa., quando aborda questão vinculada à educação. E vemos que não são apenas as universidades federais que estão sendo implantadas e desenvolvidas pelo nosso governo Lula, um metalúrgico que não teve a possibilidade de frequentar os bancos escolares na sua infância, mas também as escolas técnicas, os Cefets, sendo um deles na cidade do nosso deputado Antônio Aguiar, Canoinhas.

Eu sou uma das figuras que questionam também a CPMF e acho que deve haver um planejamento, deputado Antônio Aguiar, de parceladamente, ir reduzindo essa contribuição. Mas nós sabemos que hoje o sistema da Oncorrede também está sendo tentado pela CPMF, porque 41% vão para o Fundo Nacional de Saúde, 21%, para a Previdência Social e em torno de 21%, para o Programa de Erradicação da Fome.

Por tanto, são sistemas de inclusão social e é este governo federal que brilhantemente tem visto que um estado e uma nação não se podem desenvolver sem sistemas complementares de saúde, de educação, como está sendo colocado por v.exa. nesta manhã.

Parabéns pelo pronunciamento, deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Concorde, deputado Jailson Lima, e como diz o nosso caboclo, deputado Antônio Aguiar, v.exa. que é do planalto norte, mas muito assemelhado à nossa região, as coisas começam pelo começo. E a educação é, sem sombra de dúvida, o grande começo do desenvolvimento de uma nação.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Quero parabenizar a sua região, Curitiba, pelo grande evento, porque nós, em Canoinhas, fomos agraciados com um Cefet e agradecemos ao governo federal. Mas gostaríamos de dizer que também queremos ter um *campus* universitário. Canoinhas era também uma região deprimida como v.exa. citou aqui. A educação em Canoinhas se faz presente através da Universidade do Contestado, mas ela é particular e os alunos têm dificuldade de pagar a mensalidade.

Por isso nós parabenizamos v.exa., deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Até que enfim os governos federal, estadual e municipal começaram a ter a consciência de que é dever do estado a saúde, a segurança e a educação.

É por aí, o resto deixa que a sociedade faz melhor do que o governo. Se ele cuidar da saúde, da educação e da segurança, o Brasil vai cada vez mais se desenvolver.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Inscrição para falar o sr. deputado Sargento Amour Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, demais pessoas que nos acompanham nesta sessão, companheiros e companheiras aqui presentes, sejam muito bem-vindos. Infelizmente, não tenho tempo de passar a mensagem que o companheiro disse de que um dia viria aqui para acompanhar o nosso trabalho e conferir para ver se estamos fazendo direito.

Hoje, 17 de maio, é o segundo dia da paralisação da Segurança Pública de Santa Catarina. Nós fomos empurrados para essa situação, embora não nos tivéssemos planejado e nem colocado como hipótese essa situação até o final da tarde do dia 15 de maio. Sinceramente, eu pensava que o governo estivesse mais preparado para dar uma resposta ou um encaminhamento a fim de direcionar ou redirecionar esforços e recursos no sentido de garantir a continuidade do diálogo, da linha de diálogo que nós sempre tivemos nos últimos quatro anos.

É unanimidade dentro da base da Segurança Pública - e penso que lá os próprios setores da cúpula entendem isso - que da nossa parte já concedemos todos os prazos possíveis, já fizemos todos os esforços possíveis, inclusive fomos considerado conivente com o governo por não termos apertado a situação antes.

É preciso dizer, não obstante tudo o que se disse, que nunca negamos que já recebemos, através da Lei Complementar n. 254, uma parte considerável, ou seja, 20% em índices e mais R\$ 290,00 de abono, perfazendo, mais ou menos, a metade ou um pouco mais da metade do que prevê a citada lei. Nós nunca negamos, sempre afirmamos isso de forma muito clara, mas é fato também que não há um praça, não há um servidor da Segurança Pública que não concorde que a integralização está atrasada desde o dia 31 de dezembro último.

Agora, nós temos a situação dada e a grande massa de praças, policiais civis, agentes prisionais e monitores entende que não temos mais nada a fazer a não ser manter aquela posição que foi deliberada às 19h, no último dia 15. Nós não temos outra coisa a fazer, inclusive, na defesa da nossa dignidade de profissional. Eu diria até que, no meu caso, na defesa da minha dignidade como pessoa e como parlamentar que tem uma história, uma trajetória.

Mas não vou dizer a essas galerias que traí o meu povo. O movimento está-se fortalecendo a cada hora. Nós tivemos uma conversa ontem à noite, em nosso gabinete, com três secretários de estado, mas a posição continua a mesma.

Por medida judicial, de iniciativa do governo, nós tivemos que sair da frente do Centro Administrativo. Por isso também guardamos mágoas, mas o nosso movimento - e essa é a deliberação - está-se fortalecendo desde que saímos da frente do Centro Administrativo ontem à noite.

(Manifestações das galerias)

Da base até a cúpula todos nós sabemos que é justo, legal e necessário integralizar o pagamento da Lei Complementar n. 254.

Portanto, a Segurança Pública é unânime quanto aos objetivos. Nós, praças, funcionários da Polícia Civil e agentes prisionais e monitores, temos uma tática diferente, neste momento, por enquanto. E a nossa tática é que cada guerreiro cumpra com o seu dever. Temos certeza de que o farão na medida em que nós pedirmos que o façam.

É preciso deixar claro - e eu volto a este assunto - que não é verdade que faltam de R\$ 28 milhões a R\$ 30 milhões para integralizar o que falta da Lei Complementar n. 254 à Segurança Pública. Nós não sabemos de onde apareceu esse número. Com menos da metade disso, o governo termina pagar tudo o que deve da lei salarial. Menos da metade disso que foi divulgado. E se nos disserem que há possibilidade de dividir esse valor citado por cinco, deputado Elizeu Mattos, nós negociamos o fim desse movimento. Nós chamamos as categorias para fazer uma assembleia e discutir. Dividir por cinco não paga tudo, mas se dividir por dois paga? Então, se ele dividir por cinco, nós vamos negociar a incorporação do abono de R\$ 290,00, sendo que o governo já passou da metade do pagamento da Lei n. 254 se fizer isso, se concomitantemente nós pudermos discutir a integralização.

Esta é a nossa tática. Foi isso que levamos para a mesa de negociação! Nós não levamos faca, não levamos pedra e não colocamos a guilhotina no pescoço de ninguém! Por isso ficamos espantados pelo fato de terem contado essa história de R\$ 28 milhões. Isso não é verdade, não existe esse número, nunca existiu esse número!

Pediram-me para dar um recado ao delegado-geral Maurício Eskudlark, que andou pelo estado conversando com policiais civis e militares no último pleito, que se comprometeu a fortalecer a Segurança Pública. Eu conversei com ele várias vezes durante o processo, tenho um grande respeito por ele e considero-o meu amigo. Mas ele deve saber, como delegado de polícia, que só o juiz pode decidir se uma greve é legal ou ilegal.

Então, medida administrativa não pode estar acima de um direito constitucional, mesmo que o governo federal, que o presidente Lula esteja dizendo que agora não pode mais. O presidente Lula também não pode decidir acima da Constituição e antecipar o resultado. É incrível como está todo mundo dizendo a mesma coisa!

A nossa tática é, resumidamente, solidariedade prática, na prática aos policiais civis e agentes prisionais que estão em greve, e solidariedade na prática é na prática.

Viatura com licenciamento vencido, com falta de equipamento obrigatório, com pneu careca não deve trabalhar! O nosso pessoal tem amarrado arame para ir trabalhar e quando estraga uma viatura e ela capota em acidente acaba respondendo processo por conta disso. E nós sempre denunciemos isso, não é só agora.

Cada praça visto fardado nas ruas estará trabalhando contra a nossa vitória. Temos que procurar unificar praças, policiais civis, agentes prisionais e monitores a atividades comuns, que podem ser panfletagem ou outras atividades adequadas à situação.

Para concluir, quero convocar todos os praças da Grande Florianópolis para fazer uma grande panfletagem amanhã, cem mil panfletos, na frente do terminal do centro, na capital. E que os companheiros organizem pelo estado afora atividades nessa direção.

Nós estamos, a cada minuto, esperando uma data, um número, um cronograma para sentar, para que a Segurança Pública volte à normalidade em Santa Catarina. Muito obrigado pela atenção!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, imprensa falada, escrita e televisada, amigos que nos assistem, quero informar a todos que amanhã nós vamos comemorar o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Por isso quero reforçar o convite para que participem hoje, às 14h, no Auditório Antonieta de Barros, da nossa audiência pública solicitada pelo Ministério Público, através da dra. Helen Cristyne Corrêa Sanchez, promotora de justiça estadual. É importante que os nobres deputados compareçam a essa audiência, no sentido de contribuir com os seus pronunciamentos, com os seus debates e com as suas opiniões, que serão de muita importância.

Mas, sr. presidente, o que me chamou muito a atenção aqui foi o pronunciamento do deputado Onofre Santo Agostini, um deputado muito experiente desta Casa, que falou sobre os três pilares para o bom desenvolvimento do estado: educação, saúde e segurança. Eu vou deter-me ao assunto saúde.

Eu sou autora de uma lei, a que criou a Cartilha dos Direitos do Paciente, que foi aprovada nesta Casa em 2005, que é a Lei n. 13.324. E eu até gostaria de salientar que qualquer cidadão tem direito de denunciar se esta lei não estiver sendo aplicada! Eu vou voltar a citar todos os artigos dessa lei que terá de estar afixada na entrada de todos os hospitais. Eu vou cobrar também do Ministério Público a sua fiscalização!

Nós estamos aqui, sr. presidente, para cobrar as leis! Nós temos muitas leis que estão engavetadas e não queremos fazer o papel de palhaços nesta Casa! Nós queremos que essas leis sejam cumpridas!

Eu vou citar alguns dos artigos para que todos saibam que todo paciente tem direito a atendimento humano, atencioso, respeitoso por parte de todos os profissionais de saúde. Também o paciente tem direito a um local digno e adequado para o seu atendimento.

(Passa a ler.)

"2 - O paciente tem direito a ser identificado pelo nome e sobrenome, não deve ser tratado pelo nome da doença ou do agravo à saúde, ou ainda de forma genérica ou quaisquer outras formas impróprias, desrespeitosas ou preconceituosas.

3 - O paciente tem direito ao auxílio imediato e oportuno para a melhoria do seu conforto e bem-estar, por parte do funcionário que está fazendo o atendimento.

4 - O paciente tem direito a identificar o profissional por crachá, com o nome completo, função e cargo.

5 - O paciente tem direito a consultas marcadas, antecipadamente, de forma que o tempo de esperar não ultrapasse a trinta minutos."

Isso aqui não está sendo cumprido! Existem pessoas que ficam na fila uma tarde inteira esperando! Eu já estou recebendo denúncias!

(Continua lendo.)

"6 - O paciente tem direito de exigir que todo o material utilizado seja rigorosamente esterilizado, ou descartável e manipulado segundo normas de higiene e prevenção."

Eu não pude falar sobre o que a deputada Ana Paula Lima comentou naquele dia, pois o seu espaço era muito curto e eu não queria também ocupar o seu tempo. Mas aquela situação que ela contou do médico ter colocado uma luva ao invés de uma sonda, é um grande desrespeito com o ser humano! Esse profissional deveria ter a sua carteira cassada! É um desrespeito porque se existe o material descartável, ele tem de usar!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Deputado, eu sinto muito, v.exa. é médico, tem muita experiência em medicina, mas eu não posso conceder-lhe um aparte.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar (Intervindo) - É grande a falta de conhecimento de v.exas. sobre o que aconteceu. Fizeram um circo...

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Eu não lhe concedi um aparte, deputado! Por favor, respeite o meu horário. V.Exa. pode inscrever-se e depois se pronunciar sobre o assunto.

Eu repito que é uma falta de consideração, ele foi desumano com o paciente! Se existe o material descartável, deve ser usado. Ele está banalizando a própria saúde, os próprios profissionais da área da saúde!

(Continua lendo.)

"7 - O paciente tem direito de receber explicações claras sobre o exame a que vai ser submetido e para qual finalidade irá ser coletado o material para exame de laboratório.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Deputado Antônio Aguiar desculpe-me, v.exa. é médico, tem experiência na Medicina, mas quero dar continuidade...

O Sr. Deputado Antônio Aguiar (Intervindo) - Mas é uma grande falta de conhecimento de v.exas. a respeito do que aconteceu. Fizeram um circo...

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Não lhe concedi o aparte! Por favor, respeite o meu horário. V.Exa. pode se inscrever e depois se pronunciar.

Repito que é uma falta de consideração, é desumano, existe um material descartável que deve ser usado. Estão banalizando a saúde e os profissionais da área.

(Continua lendo.)

"8 - O paciente tem direito a informações claras, simples e compreensivas, adaptadas à sua condição cultural, sobre as ações diagnosticadas e terapêuticas, e o que pode decorrer delas, a duração do tratamento, a localização de sua patologia, se existe a necessidade de anestesia, qual o instrumental a ser utilizado e quais as regiões do corpo serão afetadas pelos procedimentos.

9 - O paciente tem direito a ser esclarecido se o tratamento ou diagnóstico é experimental ou faz parte de pesquisa, e se os benefícios a serem obtidos são proporcionais aos riscos e se existe probabilidade de alteração das condições de dor, sofrimento e desenvolvimento da sua patologia." [...]sic

Ainda voltarei a falar dos outros itens numa próxima oportunidade. Parei no item nove.

Quero também fazer o possível para participar da audiência pública, segunda-feira, em que será discutida a tabela do reajuste do SUS. Farei o possível para estar presente. Também quero chamar a atenção da população catarinense sobre a tabela da Unimed, que deverá sofrer reajuste, porque os médicos que atendem por aquele plano de saúde não querem mais atender ninguém. Nós descontamos em folha uma quantia muito generosa e quando precisamos da Unimed os médicos não querem atender pelo convênio, só particular.

Sr. presidente, vou me mobilizar e pegar a assinatura dos srs. líderes porque temos que verificar essa situação. Isso é um abuso, é um desrespeito com as pessoas que descontam para a Unimed.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, tive a oportunidade ontem, em Brasília, de representar esta Casa em nome do deputado Julio Garcia, numa audiência pública que foi organizada pela Frente Parlamentar no Congresso Nacional, com representantes de todos os partidos, para tratar do assunto: setor moveleiro e exportação.

Essa Frente Parlamentar, juntamente com representantes do ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio, constituída, já há alguns meses, realizou audiências com o setor calçadista, com o setor coureiro, com o setor moveleiro, ontem, e a próxima será com o setor têxtil.

Por que estou dizendo isso? Esses segmentos da economia brasileira estão passando muita dificuldade na exportação de seus produtos. Tanta é a dificuldade, srs. deputados, que empresas do setor moveleiro já fecharam suas portas. Em meu município, São Bento do Sul, em menos de um ano, somente nele, mais de 2.400 postos de trabalho foram extintos. E o setor moveleiro - que compreende principalmente os estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e um pouco de Minas Gerais - no dia de ontem teve a oportunidade de se manifestar, através de suas entidades representativas, dos sindicatos, da Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário, a Abimóvel, e de outras entidades que representam aquele setor, a respeito do que está ocorrendo, não nos últimos meses, mas do vem se arrastando por mais de dois anos. Audiências já foram feitas, foram realizados encontros, manifestações e, infelizmente, de concreto pouco ou quase nada se efetivou.

E acredito que essa iniciativa do Parlamento brasileiro, do Congresso Nacional, mais precisamente da Câmara dos Deputados, com a participação das entidades que representam esses setores é extremamente importante. Porque esses setores - o moveleiro, o calçadista, o coureiro e o têxtil - são os que mais geram postos de trabalho, os que mais empregam mão-de-obra no Brasil, apesar de não representar o maior percentual de exportação. O que mais mostra a nossa balança comercial, o nosso superávit são as *commodities*. Essas *commodities*, na verdade, são oriundas da agroindústria, mas representam um pouco mais de 7% do emprego, ao passo que o manufaturado é que emprega a mão-de-obra, é que agrega valor, gera imposto.

É evidente que temos hoje uma situação delicada e agonizante dessas empresas que não têm mais como sobreviver: é o problema da carga tributária; é o problema da taxa de juros; dos créditos do governo federal e do governo do estado, com relação ao ICMS. E o que me chamou a atenção no dia de ontem foi que empresários do Rio Grande do Sul estão recebendo em dia seus créditos de ICMS, deputado Nilson Gonçalves! E nós, em Santa Catarina, não estamos.

Na minha região, o planalto norte, de Campo Alegre a Porto União, só lá, são mais de R\$ 50 milhões em crédito de ICMS, pelo menos isso; do governo federal não é diferente, nós temos também aproximadamente R\$ 50 milhões apenas nessa microrregião.

Então, o que quero dizer é que não dá para fazer grandes renovações, inovações, como a desonerização da folha de pagamento, como a padronização de impostos, do IPI e outras iniciativas que poderíamos fazer, mas que dependem de uma ação governamental. Podemos, pelo menos, dar atenção aquilo que é de direito, como incentivo à exportação. Há mais de uma década que os governos incentivaram a exportação, o que é muito bom! Mas lamentavelmente não adianta incentivar se não repassa o que é de direito, que são os impostos desonerados para exportar.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não! Concedo-lhe o aparte, deputado.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Deputado, gostaria de corroborar as suas palavras e dizer que é bastante oportuno o assunto que v.exa. traz à tribuna. Eu também sou do norte e conheço bem de perto todos esses problemas que v.exa. está citando, principalmente da indústria moveleira. Acho que fazia muito tempo que não passava por um momento tão difícil como está passando agora, principalmente em decorrência da desvalorização do dólar, pois as exportações ficaram bastante comprometidas com relação a isso.

E agora v.exa. está citando que inclusive o crédito a que teriam direito, outro estado, o Rio Grande do Sul, recebe normalmente. E nós, além do castigo de termos uma realidade que não gostaríamos de ver a indústria moveleira vivendo, ainda temos a situação de não receber o crédito do ICMS. É realmente triste!

Quero parabenizá-lo pela suas palavras e solidarizar-me nesse difícil momento por que passa esse segmento. Também quero colocar-me à disposição, deputado. Se pudermos fazer algum movimento, alguma coisa que possa viabilizar ou melhorar essas condições, estou à disposição de v.exa. e do segmento.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Agradeço o seu aparte, deputado Nilson Gonçalves, e ao mesmo tempo posso dizer a v.exa. que teremos mais uma audiência pública em Brasília e v.exa. é bem-vindo para se incorporar e solidarizar-se conosco nessa empreitada difícil, mas não impossível.

Penso que como o norte catarinense, Joinville também é um município industrializado e que exporta muito, outros produtos, é evidente, mas que podem repercutir diante desse quadro que estamos encontrando por conta dessa queda do dólar e, como já disse, de outros fatores.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Deputado Silvio Dreveck, a respeito dessa questão dos créditos de exportação, quero trazer a v.exa. a informação que a secretária da Fazenda, no último dia 7 de maio, implantou uma nova sistemática na questão de transferência de crédito de forma automatizada, em que a própria empresa se habilita no *site* da secretária da Fazenda. Assim que ela entra com as informações no *site*, essa informação vai diretamente ao fiscal responsável para verificação. Se os créditos estiverem corretos, automaticamente são homologados e a partir daí a empresa está autorizada a transferir, a encontrar alguém que esteja disposto a assumir esse crédito de transferência. Então há uma negociação direta entre as empresas. Isso certamente vai contribuir para desafogar esse represamento de crédito tributário de exportação.

Além do mais, hoje todas as empresas que têm crédito de exportação até o valor de R\$ 30 mil, automaticamente estão liberadas. Essa é uma preocupação do governo e está sendo feito um grande esforço para diminuir a angústia dos exportadores que estão passando por uma crise bastante grande.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Agradeço o aparte de v.exa., deputado Renato Hinnig, fico feliz em poder levar essa notícia para o nosso empresariado, para as nossas empresas, para os nossos colaboradores. E tomara que isso se torne eficaz. Agradeço seu aparte.

Ainda gostaria de fazer rapidamente um registro: ontem o nosso jornal do partido completou quatro anos de atividade. Parabéns toda a nossa equipe, que certamente está dando uma grande contribuição para o processo democrático.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Manoel Mota, eminente líder do PMDB, por até 17 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados.

Gostaria de responder a algumas questões que às vezes são levantadas aqui na Assembléia, e quero referir-me ao que disse s.exa., o presidente da República, sobre as greves: "Lula diz que greve de servidor paralisado, sem desconto, são férias".

Então ele concorda com greve nas indústrias, mas não concorda com greve de servidor público porque diz que quem perde é a população. A deputada Ana Paula Lima fez algumas colocações, mas gostaria de responder que o seu presidente é contrário ao que v.exa. colocou aqui. Ele diz que greve de servidor público significa férias e não pode ser paga. Tem que considerar como férias, e não concorda com a greve de servidor público, porque quem perde não é o governo, quem perde é a população, isso é verdade.

Também quero ater-me a alguns problemas que aconteceram na minha região. Antes, porém, cumprimento os visitantes da Segurança Pública, que prestam relevantes serviços ao nosso estado e que estão presentes buscando fazer cumprir uma lei que foi aprovada nesta Casa. Evidentemente que parte dela já foi cumprida, e isso é muito importante, mas outra ainda não. Eles estão tentando buscar os seus direitos, o que nós respeitamos.

Mas gostaria de fazer referência ao que aconteceu neste final de semana na região sul do estado. Todos sabem da luta implementada por este parlamentar, por outros movimentos de parlamentares, e outros segmentos, como vereadores, prefeitos, associações comerciais e CDLs em prol da duplicação da BR-101 sul.

O Poder Judiciário e o Ministério Público haviam, inclusive, assinado um documento sobre a questão do movimento da BR-101. Nós tínhamos a convicção de que quando conquistássemos a duplicação da BR-101, que conquistamos, teríamos muitos problemas e isso vem acontecendo a cada instante.

Neste final de semana um pessoal de segurança foi contratado para prestar serviço em um baile realizado na localidade de Ermo. Eles prestaram o serviço, trabalharam e no retorno foram vítimas de uma colisão nas imediações de Sanga da Tocca, na BR-101. Houve quatro mortos naquele acidente.

É cada vez mais lamentável a situação da BR-101, porque duplicada ela tem menos sinalização, muitos desvios, e é preciso um cuidado especial. Mas infelizmente não foi apenas isso, cinco estudantes de Imbituba que se dirigiam para a universidade também perderam a vida antes de Laguna. A nossa BR-101, a cada instante, continua sendo a estrada da morte. Evidentemente que fica difícil porque apesar de todo o relevante trabalho da Polícia Federal, fiscalizando constantemente e multando, os acidentes continuam acontecendo a cada instante. Por isso a nossa preocupação cada vez maior.

Quero chamar a atenção do usuário para que cuide e ande sempre devagar porque há muitos buracos, muitos desvios e muitas mudanças, uma vez que já estão colocando asfalto em alguns pontos. Assim, a cada instante há uma mudança de entrada, há um desvio; tudo isso com chuva e à noite, cria ainda mais dificuldades para enxergar a estrada e os acidentes vão acontecendo, o que lamentamos profundamente!

Srs. deputados, lutamos e vibramos pela conquista da duplicação, mas não acredito que ela fique pronta em 2009, talvez vá até 2010 e até lá vamos ter muitos acidentes, muitas mortes. É preciso, portanto, chamar a atenção de toda a população, do usuário que trafega na BR-101 no sul do país, porque a estrada vai de Santa Catarina ao Rio Grande do Sul; ela é, na verdade, o corredor do Mercosul.

Por essa razão é que nós, preocupados cada vez mais com o andamento da BR-101, estamos chamando a atenção de todos os usuários para que se cuidem, que andem devagar, que respeitem a sinalização para que outras tragédias tão terríveis como essa não aconteçam.

Eu quero falar um pouquinho sobre uma figura conceidíssima, o dr. Volnei Carlin, de Florianópolis, doutor em Direito, que disse que nós teríamos um avanço muito grande no momento em que a Justiça fosse descentralizada. Quer dizer, é aquilo que o governo fez quando teve a visão de fazer a descentralização para alcançar o grande objetivo de estar mais perto do cidadão.

Então, evidentemente, a Justiça também está começando a entender que a descentralização será importante para o Poder Judiciário diminuir todos esses processos que, pois por mais que trabalhem, não dão conta de eliminar. Apesar do trabalho extraordinário que o Poder Judiciário vem fazendo, os processos continuam avolumando-se. Mas um mestre nessa área coloca com muita precisão que a descentralização do Poder Judiciário seria muito importante também para esse setor.

Sabemos e temos convicção de que a descentralização do governo está no caminho certo. E a partir do momento em que os secretários assumiram - e agora vão assumir os gerentes -, o governo começa a caminhar não a passos estreitos, mas a passos largos rumo ao desenvolvimento, ao progresso, pois este é o objetivo do Plano 15 do governador Luiz Henrique da Silveira, ou seja, a descentralização.

Então, nós vamos trabalhar para alcançar todos os objetivos. E sabemos que ainda falta muito para cumprirmos, mas haveremos de andar nessa estrada a passos largos para alcançar as metas deste governo que tem essa nova postura de administrar o nosso estado valorizando o ser humano, o cidadão catarinense em todos os segmentos, valorizando também a sociedade e o servidor público como um todo, porque o sucesso do governo passa pela valorização de todos os setores para conseguir os seus objetivos e o seu sucesso.

Por isso estamos aqui, neste momento, para fazer este registro e dizer que a nossa luta e o nosso trabalho vai continuar com muita força, com muita responsabilidade e com muita lealdade a Santa Catarina, ao sul e a nossa região.

Srs. deputados, a minha vida é norteada dia após dia pelo trabalho, pela responsabilidade e pela lealdade a Santa Catarina, visando implementar os bons projetos que levem desenvolvimento a nossa região.

O nosso tempo será dividido com o eminente deputado João Henrique Blasi, que tem feito um trabalho extraordinário aqui no Parlamento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continuando o horário pertencente ao PMDB, com a palavra o deputado João Henrique Blasi, por até seis minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, na sessão de ontem ocupei esta tribuna para fazer algumas considerações a respeito do movimento reivindicatório dos servidores da Segurança Pública de Santa Catarina. E quero destacar três pontos que se constituem em uma síntese do meu pensamento a respeito dessa questão.

Primeiro, expressei naquela oportunidade, e faço questão de agora reafirmar, o meu apreço pessoal como cidadão - e por ter sido secretário da Segurança Pública - em defesa de todos quantos labutam na difícil atividade de manter a segurança pública em Santa Catarina. Segundo, reconhecer o direito que lhes assiste de reivindicar melhorias salariais. E terceiro, reafirmar os números que ontem trouxe ao conhecimento dos srs. deputados de Santa Catarina, que mostram, como também há pouco disse o eminente deputado Sargento Amauri Soares, que parte considerável da Lei Complementar n. 254/2003, foi cumprida.

E nós continuamos batalhando para que o cumprimento avance de maneira significativa. Tanto que ontem, ao final da nossa sessão, fui procurado pelo deputado Sargento Amauri Soares, legítimo representante desse segmento, e oportuneizei a s.exa. um contato que acabou acontecendo aqui na Assembléia Legislativa, inclusive por deferência no gabinete do deputado Sargento Amauri Soares, com a presença de nada mais nada menos do que o secretário de Coordenação e Articulação, do secretário da Administração e do secretário da Segurança Pública, que estiveram com o deputado Sargento Amauri Soares prestando esclarecimentos. Na oportunidade reafirmaram que os números estão sendo verificados, estão sendo checados com a boa vontade e a seriedade que o governo sempre teve para tratar dessa questão.

Mas quero também, nesta oportunidade, ocupar-me de um assunto que foi ventilado por outros srs. deputados aqui desta tribuna e também me regozijar com a decisão havida, de parceria entre o governo do estado de Santa Catarina e o governo federal, para nós ampliarmos a Oncorrede no estado de Santa Catarina. É, efetivamente, mais uma demonstração clara da política da descentralização e da desconcentração da máquina pública, fazendo com que em diversas cidades ou pontos de Santa Catarina possa ser disponibilizado esse atendimento especializado e fundamental na área da oncologia.

Por essa parceria imprescindível, quero cumprimentar o governo federal, que se associou ao governo do estado para podermos juntos dar a população esse atendimento. Atendimento dado a uma pessoa que vive uma situação fragilizada, deputado Antônio Aguiar, e que para se locomover lá de sua longínqua Canoinhas para Florianópolis, já é uma dificuldade. Então, no momento em que esse serviço é disponibilizado lá na ponta, ganha-se em qualidade de vida e ganha-se também em excelência nessa política pública que é realmente muito importante. E essa decisão também vem ao encontro do reforço e do reconhecimento pelo governo da imprescindibilidade do papel desempenhado pelo Cepon - Centro de Pesquisas Oncológicas em Santa Catarina -, que é o responsável pela política pública em nosso estado na área da oncologia.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não, ouço a esse propósito o deputado Antônio Aguiar.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Eu gostaria, neste momento, de restabelecer a verdade a respeito de um fato acontecido na terça-feira, nesta Casa, relativo à Saúde.

Srs. deputados, na verdade, houve uma encenação por parte das deputadas Ana Paula Lima e Odete de Jesus neste plenário, sobre o uso de uma luva em uma cirurgia realizada no Hospital Celso Ramos. Primeiro, porque o paciente não tinha colostomia, ou seja, não era esse o caso. O paciente foi atendido no Hospital Celso Ramos com o diagnóstico de abdômen agudo e depois de feito esse diagnóstico, o paciente foi operado. Ele tinha um abscesso abdominal, uma apendicite supurada e precisava drenar aquele processo infeccioso, quer dizer, drenar a sua secreção. E esse não é caso de bolsa de colostomia, mas de drenagem. E para que ficasse mais perfeita, colocaram, sim, uma luva para dar suporte à secreção purulenta que sai do abdômen do paciente. Essa é a verdade!

Então, a deputada Odete de Jesus pediu a saída do diretor do Hospital Celso Ramos! Ora, isso é uma incoerência. Acho que a deputada acusou, julgou e sentenciou sem ter conhecimento de causa. Por quê? Porque o dr. Getúlio Rodrigues Filho, que é o diretor, é uma pessoa de bem! É um médico anestesista, um especialista que está contribuindo com a sociedade, fazendo o seu trabalho com a maior correção possível! E nós chegamos aqui e simplesmente pedimos a saída do diretor por um fato inverídico, um fato que não é verdadeiro?!

Então, nós queremos aqui restabelecer a verdade! E hoje o paciente está passando muito bem e está prestes a receber alta. Isso significa competência do hospital e dos nossos médicos.

Parabéns, aos médicos do Hospital Celso Ramos! Continuem brigando pela nossa saúde!

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Agradeço, deputado Antônio Aguiar, a intervenção de v.exa., que fala com o conhecimento de causa de médico que é e traz um esclarecimento de um fato importante para um assunto que mereceu grande destaque na mídia e natural repercussão aqui na Assembléia Legislativa. E é sempre importante que haja a possibilidade do contraponto e de franquear o direito de defesa, para que pessoas não sejam injustamente acusadas e não haja, como dizia, deputado Antônio Aguiar, a possibilidade de se ferir reputações por entendimentos inadequados ou por vinculação de fatos que não correspondem exatamente à expressão da verdade.

Conheço pouco o dr. Getúlio Rodrigues Filho, diretor do Hospital Celso Ramos, que não tem vinculação política com ninguém. É um profissional da área, que vive o cotidiano do hospital de manhã cedo até a noite, e, portanto, merecedor de respeito e consideração.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra o deputado Décio Góes, por até dez minutos.

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dagomar Carneiro.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Sr. presidente e srs. deputados, quero anunciar com muita satisfação a presença na Assembléia Legislativa do presidente da Câmara Municipal de Witmarsum, vereador Moacir Possamai; do vereador Horst Sandner; do presidente do PDT de Witmarsum, Darci Spancerski, e do presidente do PDT de Dona Ema. Sejam todos bem-vindos a esta Casa.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente e srs. deputados...

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Pois não!

O Sr. Deputado Jailson Lima - Deputado Décio Góes, para restabelecer a verdade, com todo o apreço que tenho pelo deputado Antônio Aguiar, que também é médico, somos dois profissionais da área da saúde, mas o que estava colocado ali realmente era uma luva e num processo de drenagem de abdômen agudo. E num procedimento correto, teria que ter sido colocado um dreno de Penrose. A própria família foi quem fotografou. A luva serve numa situação extrema, mas não é procedimento adequado colocar uma luva no abdômen como um método de drenagem abdominal. E tecnicamente v.exa. sabe disso porque também é cirurgião! Serve a luva? Sim! Mas pelo amor de Deus, tem que haver um dreninho lá para esses pacientes e a deputada Ana Paula Lima estava com toda a razão.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Pois não!

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Obrigada, deputado Décio Góes, futuro prefeito de Criciúma. Só quero esclarecer o ocorrido no momento em que o brilhante colega, deputado Antônio Aguiar, por quem tenho um grande apreço e um grande respeito, pediu-me um aparte. Como eu queria concluir o meu pronunciamento, já que a minha lei em seu todo não está sendo cumprida, educada e gentilmente disse a s.exa. que queria usar o meu horário, que o meu tempo era curto.

Quero desculpar-me e dizer a s.exa. que tenho um grande apreço pela sua experiência como médico.

Quero dizer também que se eu pedi a exoneração do diretor, que nem sei quem é, não o conheço, foi como uma cidadã e não como uma deputada, pois posso precisar do hospital e minha família também. Mas se a pessoa não tem competência para coordenar, para dirigir, para cuidar e para investigar tem que dar espaço para outra pessoa.

É isso que quero que fique claro, deputado Décio Góes.

A Sra. Deputada Ana Paula - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Fui citada e agradeço o seu aparte, mas a verdade tem que ser restabelecida porque nessa semana - e não vai me dizer que não é verdade, deputado Antônio Aguiar - um paciente estava com uma luva na barriga! Eu sou da área da saúde também.

Os jornais estavam dizendo que era uma bolsa de colostomia, mas não! Era pior ainda, era um dreno de Penrose, um material baratíssimo! Mas nem isso tinha no hospital e tiveram que colocar uma luva.

Quero saber se o deputado Antônio Aguiar, que é médico lá em Canoinhas, nas cirurgias que ele faz, ao invés do dreno de Penrose coloca luva em seus pacientes, porque se ele faz isso, deveria defender a tese de que não é mais dreno que se usa, mas uma luva, para fazer economia.

Mas quero aqui, deputado Décio Góes, dar os parabéns para a equipe médica e para os profissionais de saúde do Hospital Celso Ramos que, na criatividade, pela falta de material, colocaram uma luva no paciente. E só faltava a luva inchar para ficar mais bonito ainda na fotografia.

Além disso, deputado Décio Góes, isso aqui não é mentira, e depois eu vou oferecer para o deputado Antônio Aguiar o relatório do parecer prévio sobre as contas prestadas pelo governador do estado. O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina em seu relatório, na página 220, diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Observa-se que o estado de Santa Catarina com base nos dados apresentados, levando-se em consideração a despesa liquidada, deduzida dos Restos a Pagar cancelados em 2005, relativos a 2004, aplicou em ações e serviços públicos de saúde R\$ 557.203.715,74 (quinhentos e cinquenta e sete milhões duzentos e três mil setecentos e quinze reais e setenta e quatro centavos), correspondendo ao percentual de 10,15%".

Ele aplicou 10% na área da saúde e a Constituição manda aplicar 12%. Por isso é que falta material em nossos hospitais; é por isso que o mamógrafo na cidade de Blumenau não está sendo instalado, porque faltam investimentos na área da saúde. Isso quem está dizendo é o Tribunal de Contas.

Então, deputado Antônio Aguiar, temos que parabenizar os médicos do Hospital Celso Ramos. Mas falta material hospitalar e usa-se luva em último caso, porque não estamos no meio da floresta.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Peço desculpas, deputado Antônio Aguiar, já que o PMDB falou agora, porque quero fazer a minha explanação e assim que for possível, conceder-lhe-ei o aparte.

(Passa a ler.)

Estamos vivendo um momento de crise na educação, na saúde e na segurança pública, como foi aqui relatado, de um governo parado. Estamos vendo companheiros reivindicando promessas que já foram feitas, enquanto isso há uma euforia nos jornais, nas TVs, na mídia de modo geral, sobre a situação da economia brasileira.

(Passa a ler.)

"Hoje pela manhã, mais uma agência de classificação de risco, dessa vez a Standard & Poor's, S&P, uma das mais importantes, elevou as notas do Brasil, aproximando o país da primeira divisão, que é o chamado Grupo de Grau de Investimento.

Na verdade, a nota da S&P para a dívida brasileira em moeda local já é grau de investimento (BBB). Isso quer dizer que é quase nada o risco de calote para quem compra títulos brasileiros em reais no mercado brasileiro.

A nota para a dívida de longo prazo também recebe boa avaliação. As melhores notas decorrem da boa situação macroeconômica, da redução das vulnerabilidades, isto é, do risco do país ser afetado por eventuais crises internacionais. Decorre também do compromisso do governo com a autonomia do Banco Central e com a manutenção da austeridade fiscal, ambos confirmados na entrevista de ontem do presidente Lula.

Países grau de investimento recebem mais investimentos externos. É claro, é bem verdade, que a melhora da nota atrai investidores, o que aumenta o fluxo comercial para o país e afeta o mercado de câmbio.

A decisão da S&P melhora a confiança na economia, acaba também estimulando a entrada de investidores que não costumavam entrar no país e que agora olham o Brasil classificando-o com uma nota melhor. Isso pressiona e faz com que o dólar baixe de preço. Por isso o Banco Central, ontem, comprou US\$ 1 bilhão para segurar o dólar em R\$ 2,00, enquanto oferece outras compensações para o exportador.

O risco país é o melhor da história dos últimos 50 anos; a taxa de juro está em declínio constante; a inflação está baixa; a exportação e a balança comercial estão em alta; há maior oferta de crédito no mercado; há redução do desemprego; há maior investimento em educação; e houve o pagamento de cem bilhões da dívida externa.

Hoje, temos reservas internacionais de 80% da dívida externa e programas de energia renovável como sendo a bola da vez. Então, estamos numa situação extremamente favorável, que está desembocando também em nosso estado. Os efeitos em Santa Catarina são visíveis. O PAC vai investir R\$ 10 bilhões até 2010, além dos R\$ 4 bilhões que investe por ano de transferências normais para o estado. A UFSC, como vimos há pouco, está-se interiorizando. São mais três *campi* no interior e mais 14 pólos espalhados por todo o estado. O ProUni oferece 3.700 bolsas;

foram construídos sete Cefets e estão sendo construídos mais sete. O investimento na BR-101, tão esperado, vai gerar um desenvolvimento para o sul de Santa Catarina de maneira espetacular.

É bem verdade que a população agora precisa tomar cuidado porque as BRs estão em obras: as BRs 101, 470, 280 e 282; a via expressa portuária de Itajaí; o contorno ferroviário de Joinville; o contorno ferroviário de São Francisco do Sul; os portos de São Francisco do Sul, de Imbituba, de Itajaí; as linhas de transmissão Palhoça/Desterro; as linhas de transmissão em Videira, em Bateias, Jorge Lacerda até Siderópolis; as cinco usinas de Santa Catarina e mais a barragem do rio do Salto.

Enfim, é uma série de investimentos para que o estado seja cada vez mais um estado de oportunidades, com o governo federal participando ativamente do progresso de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de restabelecer a verdade aqui e agradecer ao deputado Jailson Lima que realmente concordou com o procedimento médico.

Eu acho que a deputada Ana Paula Lima, com a luva que trouxe para a tribuna, fez um grande teatro com a saúde. A saúde não é brincadeira, não! Não se brinca com a saúde! A saúde é coisa séria!

Nós temos certeza de que os médicos realizaram um grande procedimento médico e salvaram mais uma vida. Portanto, a verdade com relação a esse caso da luva tem que ser restabelecida.

Eu acho que v.exa. deve, sem dúvida alguma, pensar mais sobre essa questão da saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o líder do partido, deputado Professor Grandó, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, companheiros deputados, nós presenciamos e participamos, ontem, de uma explanação do BRDE, Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul, ocasião em que foi dito que há recursos disponíveis principalmente para a agricultura, para a indústria e para o saneamento. Portanto, cabe agora a nós, parlamentares, que somos mediadores, fazer com que os prefeitos, as forças vivas de cada poder local, utilizem esses recursos porque saneamento não é custo, é investimento, pois em cada real investido em saneamento economizamos cinco em saúde.

Quero dizer também que outras instituições, em nível federal, pertencentes ao povo brasileiro começaram a se preocupar com os municípios. A Caixa Econômica Federal criou a sala dos municípios, que vai agilizar a democracia. Da mesma forma, o Banco do Brasil também dá atendimento e tem a sua sala dos municípios para resolver os principais problemas.

Então, se quisermos ter uma melhor qualidade de vida, e essa é a função da política, temos que tratar das obras enterradas, das obras de saneamento.

Mas eu não poderia deixar de elogiar, srs. deputados, a OncoRede. São 11 municípios que vão evitar um pouco, não totalmente, não tenho dúvida, a "ambulancioterapia". Mas essa rede se formou por quê? Porque há uma parceria entre o governo federal, o governo estadual, os governos municipais e os hospitais comunitários, para os quais temos um projeto de lei que prevê que lhes sejam destinados 10% do que é arrecadado com multas de trânsito e com acidentes provocados pelo trânsito.

Trata-se de um exemplo de descentralização e de desconcentração, até porque é um credenciamento somente para operações oncológicas, mas virá, no futuro, a quimioterapia, a radioterapia, ou seja, um atendimento mais perfeito. Então, cada município começa a ser capacitado para um atendimento completo.

Da mesma forma, esse avanço tecnológico que vai acontecer nessa rede oncológica já ocorre para o tratamento das coronárias, do coração. Eu presenciei, e o deputado Elizeu Mattos também é testemunha, em Correia Pinto, a ampliação do hospital. Através de vídeo pude acessar todos os sistemas de aconselhamento para melhor atender o paciente lá do interior do nosso estado. A eletrocardiografia também vai ajudar nessa análise, junto ao sistema de vídeo montado.

Então, a tecnologia é muito importante e isso só ocorre quando temos um governo descentralizado e desconcentrado, porque o monopólio da tecnologia sempre foi da classe dominante e isso sempre foi negado ao povo porque era caríssimo. Agora estamos tendo um exemplo, tanto na área da oncologia quanto na área do coração, de como é possível descentralizar e dar acesso à tecnologia a todos os catarinenses.

Eu vou ler algo muito importante a esse respeito.

(Passa a ler.)

"Diante dos engarrafamentos diários nas pontes que dão acesso à Ilha de Santa Catarina e de outros problemas viários na Grande Florianópolis, órgãos do governo do Estado estudam alternativas. Os investimentos e mudanças analisados sempre consideram a redução das emissões de gases que causam o aquecimento global, diz o presidente do Departamento Estadual de Transportes e Terminais (Deter), Luiz Carlos Tamanini."

Em uma hora de engarrafamento, a emissão de dióxido de carbono vai aumentar o efeito estufa. E devido a essa alteração da nossa temperatura, v.exas. podem imaginar o quanto esses engarrafamentos, às 18h, na nossa ponte, na Grande Florianópolis, contribuem para o aquecimento global?

(Continua lendo.)

"Com mais urgência podem ser adotados corredores para ônibus, garantindo mais rapidez ao transporte coletivo, ou a cobrança de pedágio urbano em alguns acessos, o que está descartado, para inibir o uso..."

(Discurso interrompido por término do horário regimental)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Encerrado o horário dos Partidos Políticos, a Presidência consulta os srs. líderes acerca do requerimento do deputado Elizeu Mattos, que visa a suspensão da sessão por até dez minutos, com o objetivo de lançar, na Assembléia Legislativa, neste espaço, a XII Festa da Cana-de-Açúcar.

(Os líderes aquesecem.)

Havendo a concordância de todos os srs. líderes, a Presidência suspende a presente sessão por até dez minutos.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) (Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

Srs. deputados, a Ordem do Dia ficará para a sessão de terça-feira, pois não há projetos a deliberar.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, apenas quero informar aqueles que estão acompanhando esta sessão da Assembléia Legislativa pela TVAL que eu recebi, como recebei também o deputado Antônio Aguiar, uma correspondência, no dia de ontem, do Hospital Celso Ramos, dando ciência sobre aquele paciente que foi operado de emergência naquele hospital por causa de um problema agudo no abdômen. O cirurgião procedeu corretamente, tanto que o paciente já recebeu alta, já está em casa, alimenta-se normalmente, levando a vida de forma normal.

Recebemos também a informação da direção do hospital homenageando o procedimento do cirurgião e que essa é uma das alternativas, até por se tratar de uma situação especial porque freqüentemente as secreções abdominais são corrosivas à pele. Então, quando colocamos um dreno e essa secreção escorre no curativo, junto ao corpo do paciente, pode lesionar a pele, causando como que uma queimadura, uma corrosão na pele, pelo poder da secreção.

Uma das alternativas para fugir disso é secar bem a secreção através de trocas freqüentes de curativos, e outra é colocar o dreno para dentro de alguma bolsa, que poderia eventualmente ser uma bolsa de colostomia, para coletar a secreção e não ficar em contato diretamente com a pele do paciente.

Ocorre que essa bolsa coletora, a chamada bolsa de colostomia, tem uma área de aderência com a pele, o que também deixa exposta aquela determinada área, ocasionando uma possível corrosão. O ideal seria, quando a secreção sai do abdômen, que entrasse diretamente numa bolsa coletora.

Não existe um produto vendido regularmente, mas o que substitui esse produto é exatamente uma luva porque a secreção que vem de dentro do abdômen escorre diretamente para uma bolsa, que no caso dessa bolsa virtual é produzida pelo espaço da mão e dos dedos.

Essa é a explicação dada pelo cirurgião. Parece-me justa, tanto foi eficiente que o paciente evoluiu muito, recebeu alta e está bem em casa.

Mas é só para colocar a nossa posição. E admitimos também o seguinte: cada paciente é um caso, muitas vezes, totalmente diferente. É difícil fazer acessórios, equipamentos que sirvam ou que sejam adequados a cada pessoa ou que se adaptem a cada pessoa. Cada caso é um caso, e certamente o cirurgião, na sua experiência, entendeu que esse era o melhor procedimento para ele.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - V.Exa. me concede um aparte?

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pois não! Deputada Odete de Jesus, concedo o aparte desde que seja um pouquinho curto, pois quero abordar o meu tema.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Apenas, sr. deputado, gostaria de sugerir que a medicina inclua como material cirúrgico uma bolsa de plástico, mas não use uma luva, pois fica esteticamente péssimo. Então, que se fabrique uma bolsinha de plástico para que fique mais acomodado. Não seria o ideal? V.Exa. já justificou porque entendeu de Medicina, é uma sugestão desta deputada.

Obrigada!

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Deputada Odete de Jesus, apenas para complementar. A vantagem dessa luva é que ela vem de dentro do abdômen e a secreção escorre diretamente para dentro da bolsa sem ter contato diretamente com a pele, porque na análise do cirurgião aquela secreção, de dentro do abdômen, poderia fazer um processo de corrosão na pele, que normalmente já faz. Normalmente já faz!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Deputado Antônio Aguiar, é importante que nós, médicos, tenhamos autonomia na hora de tomar uma decisão no centro cirúrgico. Não é com plástico nem com outras atitudes mirabolantes que vamos salvar a vida do paciente. Vamos salvar a vida do paciente baseados na ciência, baseados no trabalho e na dignidade.

O Hospital Celso Ramos, sem dúvida nenhuma, procedeu à intervenção cirúrgica com competência. Acreditamos que esse assunto está bem debatido e a população entendeu o que aconteceu naquele hospital.



O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Inclusive, deputado Antônio Aguiar, gostaria de colocar ainda que o Hospital Celso Ramos é uma escola também. Temos ali residência em cirurgia geral; em clínica médica; em cardiologia; em ortopedia e em oftalmologia. Então, o Hospital Celso Ramos não é simplesmente um hospital, é uma escola! O procedimento de cada cirurgião, de cada médico lá dentro, está sendo um exemplo para diversos outros profissionais.

Assim, eu não estava no procedimento para fazer algumas outras críticas maiores, mas aquele procedimento, além de ser indicado para aquela ocasião, serviu, no mínimo, de aula para aqueles que estavam acompanhando ou para os médicos residentes que estavam fazendo procedimento junto com o cirurgião chefe do ato cirúrgico.

Mas quero abordar aqui, sr. presidente, o PSDB, que hoje tem como maior líder o querido vice-governador Leonel Pavan, e tem como líder o presidente Dalirio Beber. Naturalmente que são escottados por diversas lideranças como os deputados estaduais, como o nosso secretário do partido, deputado Marcos Vieira, que já foi vereador, é deputado estadual e já foi também secretário de estado.

Agora, neste semestre o partido se articula por todo estado buscando novas lideranças e entusiasmado as que já estão no partido a se organizarem, para no início do segundo semestre deste ano, quando os partidos farão suas convenções, e o PSDB também, escolher os presidentes dos partidos nos municípios e também o presidente em nível estadual.

Quero destacar alguns presidentes do partido e dentre os presidentes municipais do partido, destaco aqueles com quem temos mais contato, como os presidentes, por exemplo, da Regional de Brusque, que compreende os municípios de: Brusque, Guabiruba, Botuverá, Nova Trento, Canelinha, São João, Tijucas e Major Gercino, todos eles, preocupados não só com o crescimento do partido, mas em dar a sua participação na política, na sociedade, e naturalmente o instrumento que temos para isso é o partido político.

Todos esses presidentes, os 293 presidentes que temos no estado de Santa Catarina, em todos os municípios, estão-se organizando para termos diretório em cada município, e destes diretórios escolheremos o nosso presidente estadual, tendo o vice-governador Leonel Pavan participando diretamente, ele que está na ponta, digamos, da administração estadual.

Todos nós torcemos para que essa administração seja a melhor possível e junto com isso queremos fazer o partido crescer para cumprir o seu papel na área da Saúde, da Educação, da Segurança, da Infra-Estrutura, da infra-estrutura turística, da infra-estrutura rodoviária, da infra-estrutura energética, enfim, o estado tem um grande desafio e carece do apoio de muita gente. E o PSDB está envolvido com isso e tem como sua liderança maior Leonel Pavan, que sempre teve um grande entusiasmo, e esse entusiasmo está passando para todos os membros do partido.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Reno Caramori, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas.

Queremos fazer um registro, nesta manhã de quinta-feira, para mostrar a Santa Catarina e ao mundo o que somos em termos de papel. Refiro-me à Klabin, a maior indústria do Brasil na produção de papel de todos os tipos e qualidade possíveis utilizados no mercado brasileiro e internacional, fabricados em Lages e em Correia Pinto.

Na tarde de ontem, representando esta Casa e a comissão de Transportes, estivemos em Lages onde assistimos à inauguração de um terminal multimodal, que é um terminal de cargas utilizado para o transporte dos produtos da Klabin com destino a outros países.

Esse multimodal é um terminal que recebe a carga através dos caminhões terceirizados, dos froistas, que são empresários, também de Lages, que transportam até esse terminal, que recebe a carga através de equipamentos com alta capacidade e carregam os vagões que foram fabricados especialmente para o transporte das bobinas de papel da Klabin.

Em contato com o dr. Alexandre Campos, que é o diretor de Industrializados na América Latina Logística - ALL -, ele fez uma explanação da qualidade, da capacidade, do efeito prático e justificou a construção daqueles vagões.

O diretor da Klabin, dr. Sadi Carlos de Oliveira, aliás diretor com letra maiúscula, é uma pessoa extraordinária, um empresário simples e humilde, dedicado e com uma capacidade extraordinária de mobilização quer na administração da fábrica, na preservação do meio ambiente, quer no tratamento com os seus funcionários, tanto é que foi abraçado pelos funcionários da fábrica quando do descerramento da placa.

A Klabin, que hoje é a maior produtora e exportadora de papéis do Brasil, inaugurou no dia de ontem um terminal ferroviário em Lages para o transporte da produção das fábricas de Otacílio Costa e Correia Pinto, com um investimento total, juntamente com a ALL, no valor de R\$ 6 milhões. Vejam, sras. deputadas e srs. deputados, que é um investimento relativo para proporcionar melhores condições e que vai fazer com que o transporte tenha uma dinâmica diferente. São composições que terão capacidade de carregar até 46 toneladas, carga que seria transportada pelo comboio todo com dez vagões, no mínimo, dez carretas ou dez tremhões, seriam 10 motores de 300 HPs ou mais para transportar a carga e esse trem, com uma máquina de 3 mil cavalos, vai proporcionar o uso de ¼ de combustível, executando a mesma operação no transporte dessa mercadoria e tirando dez caminhões de circulação das rodovias, reduzindo, assim, o consumo de pneu, de óleo diesel, despoluindo o meio ambiente e fazendo uma economia de praticamente 15%, que poderá ser revertida na ampliação da empresa ou na melhoria e capacitação. É o objetivo principal: manter a empresa dentro das normas legais, com respeito ao meio ambiente e produzindo para o mundo.

Esse trem vai transportar a mercadoria de Lages para o Mercosul, sentido Argentina, descarregando naquele país através da fronteira, no município de Uruguaiana e transportando para um terminal de Zarate, na Argentina, e lá serão utilizados caminhões para a distribuição da mercadoria. Da mesma forma, transporta-se para o porto de Paranaguá. Eu questioneei por que o porto de Paranaguá. Por que não utilizam os portos de Santa Catarina? E deram-me uma explicação convincente, dizendo que a Klabin tem uma unidade empresarial em Telêmaco Borba, no Paraná, o que facilita por causa dos navios que vêm dos países que são clientes da Klabin. Mas disseram também que passarão a transportar para a Nigéria através do porto de Imbituba.

Daí a nossa grande preocupação com a recuperação do molhe do porto de Imbituba, contestada pelo secretário lá da minha terra, infelizmente por falta de conhecimento. Mas essa é mais uma razão para buscarmos junto ao governo federal a recuperação urgente do porto de Imbituba, para podermos receber também as cargas ou continuar transportando os produtos da Klabin e de outros tantos fabricantes de Santa Catarina.

Esse investimento mostra o quanto é importante utilizarmos os meios de transportes que hoje proporcionam, num determinado momento, economia para o estado, para os transportadores, sem prejuízo do transporte normal através dos caminhões. O traslado será feito pelos caminhões, quer dizer, a distribuição continua sendo feita pelos caminhões das empresas lá de Lages, de Otacílio Costa e de Correia Pinto. Tanto que esses empresários estavam presentes e explicaram-nos que o transporte ferroviário vai, inclusive, agilizar o processo de carregamento e de descarregamento dos caminhões que serão utilizados para os traslados. Esse terminal multimodal mantém os equipamentos até para carregar os contêineres nos vagões, que serão também utilizados no transporte de produtos da Klabin.

Estavam lá presentes o prefeito, o secretário da SDR, a associação comercial, a imprensa, os prefeitos da região, os empresários do ramo, quando discutimos o problema de um possível transporte de insumos do Rio Grande do Sul, porque Porto Alegre é um grande fornecedor de insumos para a área agrícola da região serrana. E disseram-nos que os empresários já estão interessados em fazer o transporte dos insumos de Porto Alegre a Lages através do retorno dos vagões que vêm de Uruguaiana.

Portanto, srs. deputados, os nossos parabéns à Klabin, à ALL e ao prefeito de Lages, que deu todas as condições para que realmente fosse realizada essa obra, como a melhoria dos acessos. E as duas empresas aplicaram lá mais de R\$ 6 milhões para a recuperação dos trilhos, dos prédios e a adaptação para o carregamento dos vagões e o descarregamento dos caminhões.

Eu faço este registro para mostrar que Santa Catarina tem um potencial muito grande e que o maior fabricante de papéis encontra-se na região serrana, nos municípios de Lages, Correia Pinto e Otacílio Costa. Isso é um orgulho para Santa Catarina e para os empresários, que acreditaram no nosso estado, na mão-de-obra que a região oferece, fabricando não só a maior quantidade, mas um produto de boa aceitação, pois a Klabin exporta para mais de 50 países, demonstrando a aceitação do seu produto.

Nós fizemos aqui este registro mostrando o quanto é importante modernizar o estado e equacionar os problemas de custo para melhorar cada vez mais a nossa competitividade. Se nós estamos enfrentando o problema do câmbio e da invasão de produtos estrangeiros, temos que nos adaptar, diminuindo despesas para competir em produto, qualidade e transporte.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado Reno Caramori.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Jailson Lima, a quem concedemos palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, deputados e companheiros presentes, primeiro quero fazer um esclarecimento e dizer que sou solidário à deputada Ana Paula Lima na questão da saúde. Em nenhum momento eu disse que justificava o uso da luva na cirurgia realizada no Hospital Celso Ramos. Apesar das explanações do deputado Serafim Venzon, que também é médico, de secreção para cá e de secreção para lá, na questão de abdômen supurado o que cabe dizer é o seguinte: em condição de guerra, onde não há material, eu usaria uma luva. Mas no maior hospital do estado, que é referência pública, não cabe! Senão daqui a pouco vão partir para a bridadeira, como disse o deputado Pedro Baldissera, e começar a usar taquarilha porque a decisão cabe ao médico.

Parabéns ao profissional pela criatividade, pois na falta de um dreno de Penrose usou uma solução que não deixa de ser correta, mas não é adequada.

Ao mesmo tempo, recebi uma carta e sobre esse assunto quero fazer essa minha manifestação em nome do Partido dos Trabalhadores.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Ex.a me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Antes da sua manifestação e cobrando o tempo que eu lhe cedi na minha fala, gostaria de anunciar e convidar a população de Laguna e região para participar hoje, às 19h, de uma audiência pública, numa promoção da prefeitura de Laguna com o DNIT, no Centro de Convivência de Cabeçuda, ao lado da igreja católica, quando será apresentado o projeto da ponte de Laguna. O projeto está sendo desenvolvido pelo consórcio Sondotécnica. É uma belíssima obra, que dará solução para um desses gargalos da BR-101. É importante estarmos lá para ver esse projeto, fazer o debate que precisa ser feito e aprová-lo.

Usando um pouquinho mais do seu tempo, gostaria de convidar o povo da nossa região sul para uma outra audiência pública sobre a ocupação da zona costeira no litoral sul, que se realizará em Araranguá, no Centro Cultural Célia Belizária de Souza, às 15h, amanhã, sexta-feira. É uma atividade da comissão de Turismo e Meio Ambiente, junto com o Fórum Parlamentar de Gerenciamento da Área Costeira.

Queria deixar registrados esses dois convites.

Muito obrigado, deputado!

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Ninguém melhor do que v.exa., deputado Décio Góes, que tão bem representa o sul e como arquiteto que é para acompanhar e visoriar esse projeto, que é mais uma obra do nosso governo federal na BR-101.

Mas recebi aqui agora, do sr. Mário, presidente do Sintesp, uma correspondência que surpreende muito até pela história política deste governo. Ainda não há greve e os agentes prisionais estão sendo ameaçados com fax e documentos mandados para as delegacias. E este, especificamente, encaminhado pelo dr. José Henrique da Costa, diretor de Administração Prisional, para os presídios do estado, diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Senhores diretores e gerentes,

Com a presente, face a movimentação de greve dos servidores da Secretaria da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, deflagrada em todo Estado de Santa Catarina, contando também com a participação de alguns servidores das unidades prisionais DETERMINO:

1. Não permitir a fixação de faixas ou placas referentes ao movimento, nas dependências das Unidades Prisionais;

2. O Agente Prisional que aderir ao movimento grevista, não poderá permanecer no interior dos Presídios, Penitenciárias e/ou UPAs; bem como fica vedado a utilização de qualquer meio de comunicação com fins de incentivar outros agentes a aderir ao movimento;

3. O agente Prisional que participar do movimento grevista mesmo de forma vedada, estando no interior da unidade prisional e que não cumprir com suas funções, ou não atender as requisições judiciais, bem como as determinações dos gerentes ou responsáveis pelas unidades, será considerado insubordinado e a sua ausência no local de trabalho como falta, com corte no relatório de frequência. Assim como, caso ocorra fuga de preso ou de rebelião, a responsabilidade será dos agentes em questão, os quais responderão, administrativa e criminalmente. Sendo que cada servidor é responsável pelos seus atos.

4. Todos os diretores e/ou responsáveis por unidades prisionais deverão encaminhar a este departamento por e-mail ou fax, relatório diário informando nome, matrícula dos agentes que estão participando do movimento grevista, bem como deverão ser declinadas as atividades que não forem cumpridas, as requisições judiciais e/ou determinações dos responsáveis pelas unidades, bem como se a Polícia Militar está ou não fazendo a segurança das unidades.

Os relatórios, sendo dois (02) por dia, contendo as informações supras deverão ser encaminhados diariamente e impreterivelmente até às 10hs ou até às 16hs.

5. Os casos excepcionais deverão ser informados imediatamente, a este Departamento de Administração Prisional.

JOSÉ HENRIQUE DA COSTA  
DIRETOR DO DEAP"[sic]

Hoje, um deputado fez uma manifestação dizendo que o presidente Lula era contra a greve do servidor público. Não foi isso que ele disse! Ele falou sobre a regulamentação. Mas neste caso é promessa feita a uma categoria nos palanques, em campanha, ao assumir uma candidatura e depois trata os funcionários dessa forma. Parece que o secretário da Educação está fazendo escola dentro do governo porque a postura adotada na secretaria de Educação não é diferente dessa, porque agente prisional não é militar, é profissional civil. Mas estão enviando essa correspondência para profissionais que sequer entraram em greve.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Agradeço sinceramente a v.exa. e quero dizer que assim como votei em Luiz Henrique da Silveira no segundo turno em 2002 e 2006, também o fiz com relação a Lula em 2002 e 2006, mas tenho as minhas críticas na condução da política nacional e local. Concordamos em regulamentar o direito de greve, mas discutindo com os trabalhadores. E parabênizo v.exa por ter assumido essa bandeira aqui em nome da Segurança Pública.

De fato, parece que algumas autoridades do governo estão querendo provocar o caos em Santa Catarina. Quem disse para esse cidadão que ele tem atribuição legal para pedir aos seus servidores que vigiem a Polícia Militar para saber se ela está trabalhando ou não? Então, ele está começando a nos desrespeitar, assim como a todos os trabalhadores do sistema de segurança. Temos, inclusive, agentes prisionais aqui presentes.

É preciso que o governo, através dos seus diretores, tome cuidado com as palavras faladas ou escritas porque não nos vamos responsabilizar pela irresponsabilidade de autoridades do governo. O presidente do Sintesp está aqui, além de agentes prisionais que estão nos ouvindo e com certeza não é interessante para o governo e para a sociedade que os presos saibam da situação.

Estamos tentando resolver esse problema de forma negociada e seria bom pararem com as investidas contra a liberdade de organização dos trabalhadores. É o mínimo que podemos esperar!

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grando - É apenas para dizer, em forma de solidariedade, que essa nota de dr. José Henrique Costa, diretor de Administração Prisional, no seu quinto item diz que os casos excepcionais deverão ser informados imediatamente ao departamento de Administração Prisional. Então, já é um caso excepcional porque a greve não foi declarada, não existe greve.

Então, isso tudo já fica comunicado por v.exa. e pelos parlamentares, ou seja, já estão adotando medidas quando ainda não ocorreu o fato. E isso prejudica, no meu ponto de vista, o essencial, que é a organização de todos os trabalhadores, sejam eles públicos ou não, no seu direito ao diálogo e às negociações, direito que é histórico na luta dos trabalhadores.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Deputado Professor Grando, não nos podemos ater apenas a um parágrafo, esquecendo dos quatro anteriores.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. nos concede um aparte!

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Deputado, é lamentável essa truculência para quem diz que quer negociar!

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Inscrito para falar o sr. deputado José Natal, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, sras. e srs. deputados, ouvintes da Rádio Aleisc Digital, telespectadores que nos assistem através da TVAL, quero fazer a leitura de um artigo do Estatuto do Idoso porque nas duas últimas sessões não pude fazê-lo e sobre o qual fiz uma colocação no passado. Depois farei a entrega deste documento à deputada Ada De Luca.

Então, farei hoje a leitura do art. 15, que diz respeito ao direito à saúde.

(Passa a ler.)

"É assegurada atenção integral à saúde do idoso por intermédio do SUS, garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos."[sic]

Então, está aqui colocado o que é realmente dever do estado.

Srs. deputados, neste momento quero parabenizar o município de Biguaçu, pois hoje completa 174 anos de emancipação política. É um povo que vem cada vez mais se desenvolvendo através do trabalho do prefeito Tuta, que administra junto com a comunidade o que deveria acontecer em todo o nosso país.

Quero dizer também que estive nesta Casa há pouco o prefeito de Celso Ramos, com toda sua equipe, convidando-nos para participar da XII Festa da Cana-de-Açúcar nos dias 16 e 17, naquele município. Cumprimento-o e agradeço-lhe pelo presente dado a estes deputados.

Mas quero reportar-me a uma nota que saiu publicada no jornal *A Notícia*, no dia 2 de abril:

"O Direito dos Deficientes

O Brasil assinou, na semana passada, a convenção da ONU sobre o Direito das Pessoas com Deficiência: É o primeiro documento do gênero feito pelo organismo neste século.

Vinte países terão de endossar o tratado para que ele entre em vigor. O mundo tem, atualmente, 500 milhões de pessoas com deficiência e 80% vivem em países em desenvolvimento, segundo a mesma ONU.

No Brasil, 14,5% da população apresenta algum tipo de deficiência, ou seja, um total de 24,5 milhões de pessoas.

Mais: o país tem uma legião de portadores de deficiências mentais, cerca de 2,8 milhões de pessoas.

Na Previdência, a concessão de um salário mínimo para quem tem deficiência genética (mental e motora) só é aprovada se seus familiares comprovarem que ganham ¼ de um salário mínimo. Ou seja: para dar R\$ 350,00, a Previdência exige que a família prove que sobrevive com até R\$ 87,50 mensais."[sic]

Isso num país em desenvolvimento. E neste país, srs. deputados, podemos considerar um absurdo e um escândalo!

Ontem, eu pedi um aparte ao deputado Décio Góes, que estava nesta tribuna, para falar sobre o programa Primeiro Emprego, do governo federal. Ele esqueceu da região sul que, graças a Deus, é uma região um pouco mais privilegiada do que alguns outros cantos deste país. E temos um teto salarial que se não é o ideal para o trabalhador brasileiro, está dentro de um patamar suportável para que um jovem de uma família carente no estado de Santa Catarina e, acredito, no sul do país, tenha acesso ao programa Primeiro Emprego. Porque a família não poder ultrapassar essa renda escandalosa de R\$ 87,50 mensais para acessar ao programa é um absurdo.

Então, não adianta criar um programa desses porque bem poucos brasileiros, lamentavelmente, terão acesso. E nós temos jovens em nossa cidade que necessitam da oportunidade de um primeiro emprego, que é tão difícil. Mas por essas questões legais estabelecidas pelo governo federal - eu não quero dizer que isso seja do governo Lula, talvez já venha do governo passado -, esses jovens, por não terem condições de frequentar um colégio melhor e de ter acesso a uma universidade, pois, lamentavelmente, 90% das universidades deste país são privadas, eles, com se diz na linguagem popular, descambam para outro lado, o lado que a família não quer ou aquele que o próprio jovem não quer. Mas eles geralmente são aliciados por classes que degradam a família e acabam sujeitando-se ou indo para esse tipo de situação, virando, depois, delinqüentes.

Essa condição, srs. deputados, tem que ser revista! Nós temos que nos unir em nível de Assembléia Legislativa, em nível de Câmara Municipais deste estado e tentar interferir junto ao governo federal para no sentido de implantarmos, no sul do país, um programa diferente do Primeiro Emprego.

Vejo aqui, nesta tribuna, diariamente, deputados da Oposição batendo na mesma tecla, criticando o governo por causa de ações por ele implementadas; criticando o governo por uma janela de um colégio quebrado; criticando o governo por causa dos salários dos funcionários da Segurança Pública, porque somos merecedores, sim, de uma condição funcional melhor. É o que todos nós queremos. Eu, no caso, que sou funcionário público, com 27 anos de carreira completados agora, recebo um salário de R\$ 1.200,00. É um absurdo, é um escândalo!

Mas, lamentavelmente, eu sei entender que a Lei de Responsabilidade Fiscal podou os administradores públicos de terem uma melhor condição. Lamentavelmente, quem sobreviveu, um privilegiado porque hoje os funcionários públicos deste país, na sua totalidade, são taxados de inoperantes. Mas com essa Lei de Responsabilidade Fiscal, nós, funcionários públicos de carreira, que tivemos acesso no passado, fomos e estamos sendo marginalizados. Por quê? Porque só vamos conseguir um melhor salário através de concurso público, segundo o que determina a lei.

Mas eu gostaria de ver os deputados desta Casa, que ficaram três sessões fazendo críticas sobre o problema de uma luva cirúrgica - foram três dias debatendo o mesmo problema -, colocarem que serão parceiros no sentido de buscar uma solução junto com o governo estadual e junto com o governo federal para o fato de não terem sido aumentados ainda os recursos do SUS para o estado e para os municípios.

Como vamos fazer política com qualidade se isso não acontece?! É isso que a Oposição tem que tentar buscar junto com a Situação, para depois dizer à sociedade: eu, como Oposição, coloquei-me à disposição do estado. É nessa linha que eu gostaria de ouvir os deputados falarem.

O deputado Joares Ponticelli, que está nesta Casa há três legislaturas, fala todos os dias do governo, mas não demonstrou até hoje, ao menos que eu conseguisse perceber, querer ajudar de forma espontânea o governo numa das ações que aponta como irregulares.

O governador Luiz Henrique da Silveira trouxe para Santa Catarina, no meu entendimento, uma forma de administração diferente das demais praticadas neste país por muitos e muitos anos. E quem não aceita é porque não quer ver a coisa melhor, quer ver o continuísmo, realmente, nas administrações.

Então, eu gostaria de ver, nessa linha de atuação da Oposição e até da Situação, os deputados trazerem para esta Casa propostas de melhoria para a administração como um todo, para os estados e para os municípios que vivem na penúria, como colocou, ontem, o prefeito de Modelo e presidente da Amerios, pois os municípios estão cada vez com menos recursos. E eu quero pedir também a esta Casa que interfira junto ao governo do estado sobre a possibilidade de aumentar o repasse dos recursos do FPM para 1%, o que já seria muita coisa para 238 municípios de Santa Catarina. Isso é fazer política voltada, realmente, para o desenvolvimento das pessoas e para as cidades, porque todos nós, com certeza, temos o espírito municipalista e queremos ajudar os municípios, que é onde estão os problemas.

O governo está acabando, sim, eu posso dizer, com a "ambulancioterapia", mas não vai conseguir fazer em quatro anos o que não foi feito em 20 ou 30 anos. É lógico que no passado os recursos também eram difíceis como são agora, mas o governo tem empregado todo o seu potencial para que isso aconteça.

Para finalizar, eu quero dizer que recebi, no dia 15 de maio, correspondência informando que a Caixa Econômica Federal, através do governo federal, liberou R\$ 9,7 milhões para os municípios de Santa Catarina...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado José Natal.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Elizeu Mattos.

(Pausa)

Na ausência do sr. deputado Elizeu Mattos, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Nilson Gonçalves.

(Pausa)

Na ausência do sr. deputado Nilson Gonçalves, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Manoel Mota.

(Pausa)

Na ausência do sr. deputado Manoel Mota, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sra. presidente e srs. deputados, eu gostaria de dar continuidade ao assunto que o deputado José Natal estava colocando e dizer que a Oposição, nesta Casa, no momento do debate sobre a reforma administrativa encaminhada à Assembléia Legislativa neste ano, sempre tentou contribuir com aquilo que foi possível com o governo do estado de Santa Catarina. É uma pena que não tivemos o respaldo que deveríamos ter por parte da Situação.

Primeiramente, como bancada, havíamos proposto a redução de 30 secretarias para 21, como contribuição para os cofres do governo do estado, para que o mesmo tivesse recursos para investir nas políticas públicas tão necessárias e indispensáveis à sociedade catarinense. Infelizmente, ao invés de reduzi-las, o governo aumentou o número delas e, automaticamente, aumentou também as despesas.

Uma outra questão nessa mesma direção, deputado Décio Góes, é que, ao analisarmos, rapidamente, o comportamento do Orçamento do governo do estado de Santa Catarina, percebemos que de 2003 a 2006 ocorreu um déficit orçamentário.

É claro que, como fui prefeito, mesmo antes da vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal eu tive todo o cuidado, junto com a equipe da administração, de analisar essa questão e o entendimento foi de que qualquer pessoa que gasta mais do que arrecada, caminha para o enterro, para a morte, desaparece. É neste sentido que o governo do estado de Santa Catarina está caminhando, pois pelo seu comportamento com relação ao equilíbrio orçamentário, quanto ao fato de gastar o máximo do que arrecada, ele está infringindo essa norma. Enfim, ele tem gasto sempre mais do que arrecada.

Em 2003, o governo do estado teve um déficit orçamentário de R\$ 203.705.131,35. Gastou mais do que arrecadou. Em 2004, novamente, o governo do estado gastou mais do que arrecadou: R\$ 95.580.454,34. Repetiu-se a mesma situação em 2005, quando o governo gastou mais do que arrecadou: R\$ 15.957.910,61. E no ano passado, em 2006, o governo do estado de Santa Catarina novamente gastou mais do que arrecadou: R\$ 40.236.240,33.

Portanto, nos quatro anos seguidos houve o não-cumprimento do dispositivo legal da Lei de Responsabilidade Fiscal. Eu me imagino feito lá de Santa Terezinha do Progresso e como estaria agora se não tivesse cumprido a Lei de Responsabilidade Fiscal, quais as penalidades a que eu estaria sujeito.

Então, eu quero contribuir nesse aspecto. O governo do estado tem que ter o controle dos gastos públicos. Se a cada ano que passa o pai de família, a mãe de família, a empresa gasta mais do que arrecada, automaticamente, vai para a falência! E é o que estamos percebendo no estado de Santa Catarina.

A cada ano a bola vai aumentando e, automaticamente, a dívida vai-se tornar insuportável. Ai, sim, deputado Sargento Amauri Soares, nós não teremos mais dinheiro para honrar os compromissos assumidos! Agora, para construir 36 secretarias que gastam, hoje, em torno de R\$ 145 milhões, existe dinheiro. Mas para solucionar o problema da saúde, da própria educação e de tantas outras políticas, faltam recursos.

Esta é a realidade, esta é a verdade! São dados do balanço-geral do estado de 2002 a 2006; são dados do Executivo, são dados do governo do estado. Então, precisamos contribuir neste sentido, deputado Edson Piriquito: ter o controle daquilo que entra com aquilo que sai. Isso é importante, é fundamental para qualquer pessoa que exerce a função de executivo.

Este é o apelo que nós fazemos, aqui, hoje, em nome das Oposições, porque é preciso que seja tomada alguma atitude a esse respeito.

Uma outra questão, também em torno disso tudo: quando se criou o Fundo Social, no exercício passado, houve, queira ou não, uma receita a menos para os municípios porque o fundo está desobrigado a repassar o recurso que é rateado, mensalmente, através do ICMS. Ainda bem que conseguimos, na Justiça, fazer com que isso fosse honrado. Agora, o dinheiro que é dado de bônus da renúncia nunca vai chegar à ponta! Este, realmente, os municípios perderam.

É por isso que diminuíram as receitas dos nossos pequenos e grandes municípios. O próprio Fundo Social, criado no governo do estado, retirou recursos que seriam redistribuídos, através do rateio do ICMS, aos municípios do estado de Santa Catarina. Essa é uma verdade! Um dos pontos que diminuiu a receita lá na ponta foi esse!

Então, é preciso que se faça essa autocrítica, pois ela é importante. Nós temos que fazer essa autocrítica! Nós apreciamos, isso foi votado aqui. No entanto, com a criação do fundo, os municípios deixaram de receber mais dinheiro. A própria educação, a própria saúde, porque o fundo ficou desobrigado a cumprir aquilo que preceitua a própria legislação.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Ouço v.exa, deputado.

O Sr. Deputado José Natal - Muito obrigado, nobre deputado.

Eu quero dizer a v.exa. que o governo honra, realmente, o que é repassado pelo Fundo Social. Não foi através da Justiça, talvez v.exas. tenham feito isso, mas o governo vem honrando desde a criação do Fundo Social.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Para concluir, srs. deputados, até podemos admitir que o governo faz a sua parte com o Fundo Social agora, porque nós entramos na Justiça, garantimos o rateio que estava sendo negado de repasse aos municípios. Isso nós ganhamos na ação. Mas os municípios continuam a perder aquilo que é dado de desconto, porque não chega à ponta. Esta é a verdade.

Muito obrigado, presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Eu quero registrar a presença, nesta Casa, do ex-vereador, ex-vice-prefeito de Fraiburgo, o nosso amigo Nilson Stravinsky. Seja bem-vindo a esta Casa, amigo Nilson!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Obrigada pela presença.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sra. presidente, muito obrigado, recorro à palavra pela ordem para falar de um assunto importante, acerca de um encaminhamento.

Já foi falado aqui da tribuna acerca da situação do Hospital São Francisco de Assis, de Santo Amaro da Imperatriz, que estaria com a maternidade e a emergência fechadas. Vários parlamentares têm atuado nisso e a informação que nos chega agora, através dos trabalhadores, da direção eleita do sindicato e de ligação telefônica da direção, é que está tudo pronto para abrir a emergência e regularizar a situação do hospital amanhã de manhã.

Essa informação foi checada com os trabalhadores e está-se trabalhando nesse sentido efetivamente, mas ela dependeria do repasse de R\$ 20 mil por parte governo do estado e de R\$ 50 mil por parte da SDR da Grande Florianópolis, compromisso do secretário Valter Gallina.

Não estou fazendo aqui uma crítica, estou querendo dizer o seguinte: o hospital está dizendo que está em condições de abrir amanhã, mas precisa do repasse de R\$ 50 mil, que corretamente não deveriam ser repassados enquanto não estivesse atendendo o público.

Então, penso que, de repente, hoje à tarde, deputado José Natal, poderíamos fazer um esforço para garantir que o hospital seja reaberto amanhã atendendo toda aquela população e que seja garantido esse repasse para pagar o salário dos trabalhadores que está atrasado.

Muito obrigado. Desculpe-me pelo abuso, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Edson Piriquito, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Sra. presidente, srs. deputados, pessoas que nos assistem através da TVAL, pessoas que nos ouvem pela Rádio AleSc Digital, pessoas que aqui estão em nossas galerias, minha saudação.

O tempo passa, deputado Reno Caramori, e poucas coisas mudam no comportamento, na apresentação, na vida cotidiana parlamentar nesta Casa. É sempre aquele jogo de gato e rato: um quer pegar o outro e todos têm razão. Quem é que tem razão? É a Situação? É a Oposição? É o PMDB? É o PSDB ou é o PT, que sempre se colocou numa posição de crítica muito forte e que nos últimos dias tem mostrado todas as garras?

Eu fico aqui, às vezes, em dúvida pensando naquela pessoa que está lá na ponta, deputado José Natal, uma pessoa comum, que está desempregada ou que está empregada, mas que tem dificuldades para prover o sustento de sua família, para dar segurança para sua família.

Vejam v.exas., eu sou comerciante, vim da iniciativa privada. A média salarial na cidade Balneário Camboriú é de R\$ 700,00. Quem ganha esse valor está ganhando bem. Vejam vocês que triste realidade! Num país em que o salário mínimo é o que é, apesar do que disse o PT que faria se ganhasse a eleição! E foi isso que fez com que eu mesmo votasse no PT. Votei no governo Lula. Assumo isso e, no entanto, o governo Lula também cometeu diversos erros na sua administração, na sua primeira gestão, e continua errando na segunda.

Mas aqui nesta Casa não é o mesmo PT. Aqui nesta Casa é um outro PT, é o PT puro, é o PT que está fora do governo, porque quando se está fora do governo é fácil apenas fazer avaliação, é fácil apenas fazer a crítica. Por quê? Porque eles não têm a responsabilidade de administrar, eles não estão imbuídos dessa responsabilidade.

Olhem, v.exas. estão ouvindo isso de quem é simpatizante do PT; de quem lá em Balneário Camboriú teve o PT como vice na chapa quando foi candidato a prefeito em 2004; de quem tem colegas nesta Casa do PT; de quem respeita o PT. Mas a crítica está passando do limite, está perdendo o limite! Condena-se antes

do erro acontecer, esquecem de que o mandato é feito de quatro anos e não de quatro meses. Em quatro meses querem a solução para todos os problemas. Se há reeleição ou não, é detalhe. A comunidade ratificou este governo.

Vivem falando das secretarias de Desenvolvimento Regional. Ora bolas, as Regionais já foram aprovadas! O próprio PT e o PP, que são os críticos ferrenhos aqui neste Parlamento, já assumiram que o modelo é bom! Discordam, divergem apenas de número de Regionais! Eu acho que é possível achar um modelo no futuro que possa contemplar do entendimento de todos. De qualquer forma, quero dizer que o modelo das Regionais funcionou.

Quando se criou o modelo das Regionais, falou-se que o governador estava contra Florianópolis, o que não é verdade. O governador Luiz Henrique não está contra Florianópolis. Com a criação da secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis aqui foram investidos, de 2003 a 2006, mais de R\$ 400 milhões. No governo antigo, o governo do beija-mão, aquele que todo mundo tinha que vir à capital pedir ações para o governador, aqui na Grande Florianópolis o governador Amin aplicou somente R\$ 75 milhões. O governo era centralizado, localizado totalmente na capital, deputado José Natal. No governo descentralizado, desconcentrado, de Luiz Henrique da Silveira, já foram aplicados mais de R\$ 400 milhões na Grande Florianópolis e por todo o estado de Santa Catarina existem obras, existem ações.

O deputado Décio Góes foi a um debate comigo na TVCOM e disse que nós temos obras paradas. Não existe nenhuma obra de infraestrutura parada no estado. Não é verdade! Não há nenhuma obra parada de infra-estrutura, deputado Décio Góes. De infra-estrutura não há, não há! O que existe é empreiteira que não cumpriu o prazo e que está correndo atrás, da mesma forma que v.exas. também têm na BR-101, no trecho sul, vários trechos parados! V.Exas. têm telhado de vidro, e de vidro bem fininho.

Eu sempre tenho tentado respeitar, achar o ponto de equilíbrio do relacionamento nesta Casa, deputado Pedro Baldissera! E eu posso falar muito bem com v.exa., com todo o respeito, primeiro porque fui eleitor do presidente Lula e segundo porque sou católico e v.exa. é padre. Mas talvez agora eu possa compreender por que o Papa Bento XVI pediu para os padres não interferirem na política porque vocês têm influência, têm eloquência e às vezes acabam confundindo o fiel. O Papa Bento XVI em seus pronunciamentos pediu que os padres não se envolvessem em política. V.Exa. deve rever seu posicionamento. V.Exa., não sei se ainda está exercendo sua atividade como padre ou não, deve saber que tem sido muito crítico; muitas vezes com razão, mas em muitas outras sem qualquer razão. V.Exa. é parlamentar, v.exa. não está instituído do poder de julgar. Para tal situação v.exa. deveria estar no Poder Judiciário. Mas quer-se antecipar e condenar a conta! Até parece que não existe Lei de Responsabilidade Fiscal; até parece que não existe Tribunal de Contas; até parece que não existe Poder Judiciário!

Qual o erro que pode acontecer neste governo? Qual o ataque que pode acontecer aos cofres públicos que não será penalizado? Não cabe a v.exa. confundir a mente da população catarinense, como se este governo fosse um governo criminoso! Por que v.exas. não trazem ao plenário as ações positivas que acontecem por Santa Catarina? Só trazem ao plenário a desgraça! São pregoeiros da desgraça, pregoeiros do apocalipse. Querem o mal, querem que este governo vá mal, que se destrua, que o povo passe necessidade, porque quanto pior, para vocês, melhor!

Mas quero dizer a v.exas. que, infelizmente, isso não vai acontecer porque temos um governo sério e responsável, um governo de um homem sério, um governo de pessoas comprometidas com o nosso povo e com a nossa gente.

Eu acho que v.exas., no final, ainda poderão, se quiserem, mudar de idéia, porque só os ignorantes não mudam de idéia. Porque uma vez que reconhecerem uma ação que está dando resultado, uma ação que está dando certo, deverão reconhecer o acerto do governo. É claro que existem defeitos, sim, mas temos o comprometimento com a busca de soluções. Não é com radicalismo, não é com esse posicionamento ditatorial que v.exas. estão tendo que se vão resolver os problemas do estado.

Gostaria de perguntar a v.exa. o que de positivo o seu pronunciamento trouxe para a população catarinense. Mostrar o relatório do Tribunal de Contas, que ficou devendo tanto e tanto! Eu quero ver o final! Eu quero que v.exa. diga no microfone se não será penalizado se assim continuar. Eu quero que v.exa. diga no microfone que, se o erro existir, se a autoridade pública, se o agente político não será penalizado. V.Exa. sabe que será penalizado, mas mesmo assim tem que fazer a representação, o *show!* Isso aqui é jogo de cena; o plenário é um jogo de cena e se não fizer isso não justifica. Por quê? Porque falta trabalho na base. Quer ter voto? Vá para a base trabalhar, vá atender o povo, vá atender a comunidade na sua cidade, na sua base, vá ver qual é a necessidade, vá buscar a solução. Se não estiver conseguindo, peça-nos, que nós ajudamos. Nós estamos aqui para isso.

Ninguém é dono deste Parlamento, o dono disto aqui é o nosso povo, a nossa gente. Penso que é dessa forma que devemos agir.

Infelizmente, comporto-me dessa maneira, com todo o respeito que tenho.

Era isso, sra. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Pedro Baldissera (Intervindo) - Obrigado pelo aparte, deputado Edson Piriquito.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - V.Exa. deseja a palavra, pela ordem, sr. deputado Pedro Baldissera?

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSEIRA - Só quero fazer um agradecimento pela democracia instalada, proposta pelo deputado Edson Piriquito. Mas certamente nós vamos ter mais oportunidades e as verdades, deputado, vão prevalecer.

Quero convidá-lo, deputado Edson Piriquito, para assistir a uma missa, pois ainda continuo no exercício do meu ministério e faço o convite. Se v.exa. quiser participar, no momento oportuno, terá oportunidade.

O Sr. Deputado Edson Piriquito - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Edson Piriquito.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Eu quero agradecer o convite do deputado Pedro Baldissera, mas me preocupo: se lá na missa o comportamento for igual ao daqui, eu peço desculpas, mas não vou comparecer.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - V.Exa. tem que ir lá para ver.

Com a palavra o próximo orador inscrito, o sr. deputado Décio Góes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Gostaria de saudar a presidente, deputada Ana Paula Lima, os deputados aqui presentes, todos os nossos visitantes, público que nos assiste através da TVAL, ouvintes da Rádio AleSc Digital.

Inscrevi-me para lamentar, estranhar e rebater o depoimento destemperado do nobre deputado Edson Piriquito, que eu estranho, sobre o comportamento da bancada do Partido dos Trabalhadores nesta Casa.

Se o deputado puder ver o rol das votações e como se comportou a bancada do PT nesta Casa, verificará que praticamente a totalidade dos nossos votos tem sido favorável aos projetos do governo, com exceção da reforma administrativa, pois, ao contrário do que foi apregoado através da mídia por toda Santa Catarina, ela aumenta os custos do estado, gasta em atividades meio, prejudicando as atividades fim, as políticas públicas de segurança, de saúde, de educação e outras tantas.

Então, por esse motivo consciente, debatendo com a sociedade catarinense em vários fóruns no estado de Santa Catarina, votamos contra essa reforma administrativa que não traz boas coisas para o estado e que, na verdade, é um rateio de cargos, que deixou o governo parado durante quatro meses e meio, somente esperando os partidos se acertarem, deputada Ana Paula Lima, para poder fazer as nomeações.

Praticamente o governo começou esta semana! Obras paradas, e o deputado Edson Piriquito não vê porque não está andando pelo estado, não está vendo os reclamos do povo catarinense. Obras a passos de tartaruga vadia! A estrada de Criciúma a Orleans, para citar um exemplo, está há cinco anos sendo implementada; não é uma estrada nova, é a recuperação de uma estrada. Mas agora a empreiteira é culpada; ela não recebe e é a culpada do atraso da obra, como se ela pudesse fazer milagre.

Então, é isso o que nós estamos assistindo em Santa Catarina. Os votos da bancada do Partido dos Trabalhadores têm sido em sua ampla maioria favoráveis ao governo. V.Exa., no seu discurso, deputado Edson Piriquito, negou as afirmações, inclusive, do líder da bancada, que tem elogiado, por conta de que nós só na reforma administrativa contribuímos com 47 emendas, nenhuma aproveitada, mas todas elas seriamente estudadas, debatidas com a sociedade catarinense, propostas para serem aproveitadas.

O Sr. Deputado Pedro Baldissera - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Pois não, concedo um aparte para o deputado Pedro Baldissera, que foi citado também no discurso do nobre deputado Edson Piriquito.

O Sr. Deputado Pedro Baldissera - Muito obrigado, deputado Décio Góes.

Eu quero lamentar profundamente a forma, o comportamento do nosso colega, deputado Edson Piriquito. Infelizmente, o comportamento que s.exa. teve na tribuna foi totalmente inaceitável dentro do Parlamento. E o pior de tudo é que fez uma lambança, misturou papa, missa, se estou exercendo o ministério ou não. Até parece que é s.exa. quem vai definir essas questões. Lamentável a colocação. Seria até bom que se retratasse porque é uma questão indigesta para o Parlamento. Com todo o respeito; como pessoa, tenho todo o respeito por s.exa.

Porque veja bem, deputado Décio Góes, eu trouxe para essa tribuna uma verdade. Agora, se a verdade provoca esse desequilíbrio todo, eu não sei o que está acontecendo. Sinceramente, fico preocupado. Eu aceito críticas ao governo Lula. Quando eu tenho que fazer críticas ao governo Lula, eu faço a crítica; se eu tenho que fazer crítica, deputado Edson Piriquito, ao governo Luiz Henrique, eu faço, e faço-a fundamentada. É só v.exa. recorrer ao material do Tribunal de Contas do Estado de 2005, que v.exa. encontra esses dados. É uma verdade!

A política começa a mudar a consciência e a mentalidade das pessoas se nós começarmos a trabalhar com coerência, com honestidade, com abertura; agora, tentando desmentir uma verdade, não há como. Aí não dá, nós ficamos enganando quem? O nosso eleitorado. Ficamos mentindo para o eleitor que isso aqui não é verdade! Não, calma! Vamos ter o santo respeito.

Como é que nós vamos mudar a sociedade da qual nós fazemos parte, se nós somos aqueles que vão degradando essa mesma sociedade? Como vamos mudar essa mesma sociedade? Não é dessa forma que provocamos as transformações e as mudanças.

Eu entrei na política movido por esse sentimento e por esse espírito. Entrei na política convidado e desafiado por inúmeras lideranças municipais que me desafiaram e eu falei: "Eu entro nisso". E pode olhar; eu fui prefeito de 1997, deputado Edson Piriquito, a 2002, quando renunciei ao cargo para disputar as eleições estaduais. Eu não tive sequer um processo! Está lá, transparente, aberta a nossa administração, à hora que v.exa. quiser ver. Fizemos isso com a maior transparência e com a participação do nosso povo.

Eu administrei dinheiro público, não foi dinheiro meu! Dinheiro dos nossos cidadãos e cidadãs, que pagam os seus impostos, que trabalham honestamente. É em nome desse povo catarinense que eu vim para este Parlamento, deputado Edson Piriquito. Eu não vim ao Parlamento por minha vontade e não olho para os meus interesses, mas eu tenho um compromisso ético, moral e social com o povo desprovido, marginalizado, massacrado, esquecido, abandonado pelas políticas públicas, sejam elas de que entes forem. Por isso estou neste Parlamento.

Não esperava essa forma desagradável, deputado Edson Piriquito, de v.exa. falar! Sinceramente, eu tinha outra impressão de v.exa! Eu não misturo as coisas, não misturo e jamais o farei! Jamais o farei! Porque eu respeito profundamente as pessoas e acima da política estão as pessoas, deputado Edson Piriquito. Para mim não nada tem mais valor do que o ser humano; para mim o ser humano é o sujeito mais importante. Feliz o governo, o agente político que colocar o ser humano acima de qualquer coisa. Feliz dele, seja ele quem for!

Eu procurei fazer isso, deputado Edson Piriquito! Eu fiz isso...

O Sr. Deputado Edson Piriquito (Intervindo) - Já virou uma missa!

O Sr. Deputado Pedro Baldissera - Não, não é isso, deputado Edson Piriquito! Não tente desvirtuar! Estou colocando para v.exa., com a maior franqueza, porque para mim a política é coisa séria, deputado!

O Sr. Deputado Edson Piriquito (Intervindo) - Ah, e para mim não é?!

O Sr. Deputado Pedro Baldissera - Não, eu estou dizendo que é coisa séria e eu não estou aqui para brincar; eu não vim para este Parlamento para fazer de conta que vim para cá e não abandonei minha base.

Muito obrigado, sr. deputado!

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Obrigado pelo seu depoimento.

Só para concluir, o artigo de hoje do jornalista Prisco Paraiso, no jornal *A Notícia*, diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Provando o próprio veneno

O governo está encurralado pelo seu próprio oportunismo eleitoral do ano passado, quando acenou com variadas melhorias funcionais, e agora não tem caixa para honrar os compromissos. Resultado: a rebelião dos policiais e servidores da Segurança Pública..."[sic]

Enfim, estamos vivenciando tudo isso.

Obrigada, sra. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Edson Piriquito - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. Edson Piriquito.

O SR. EDSON PIRIQUITO - Obrigado, sra. presidente.

Deu para sentir aqui, só para deixar registrado, sra. presidente, que o dispositivo do uso da palavra pela ordem para deixar registrado o próprio entendimento é usado por todos, não só por mim. É o discurso pelo discurso. Palavras são palavras, deputado Pedro Baldissera.

Mas nós vamos continuar este debate, com certeza, na terça-feira. E já quero convidar v.exa. para chegar cedo ao plenário, que é onde eu vou ter a oportunidade de fazer o contraponto sobre a sua fala, porque parece que agora v.exa. até transcendeu o papel que ocupa aqui, porque parece que é mais puritano do que tenta dizer que é. Mas nós vamos discutir na terça-feira, vamos colocar os pingos nos *ii* e vamos mostrar a sua forma de atuação, ou seja, quando critica quer dizer que o outro lado tem que apanhar porque tem que apanhar; daí não é cidadão, não é ser humano. O governador Luiz Henrique não existe como ser humano, como cidadão, porque aqui é tratado como ladrão e como sem-vergonha, coisa que não é. É um homem sério.

O Sr. Deputado Pedro Baldissera (Intervindo) - V.Exa. é que está dizendo que ele é ladrão!

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - V.Exa. não está com a palavra. Respeite-me como eu o respeitei.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Edson Piriquito.

Não havendo mais oradores inscritos e de acordo com o art. 108 do Regimento Interno, a Presidência comunica que são as seguintes as matérias destinadas à Ordem do Dia da 41ª Sessão Ordinária, de 22 de maio de 2007.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0094/2007, de autoria do deputado Romildo Tilton;

Discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo n. 0001/2007, de autoria da comissão de Constituição e Justiça; e

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0080/2007, de autoria da deputada Odete de Jesus.

Esta Presidência convida todos os parlamentares e o povo catarinense para assistirem à 1ª Exposição Fotográfica Itinerante de Santa Catarina, organizada pela Associação dos Fotógrafos Profissionais de Santa Catarina, de autoria dos fotógrafos Juan Carmona, Wilson de Souza, Ingo Penz, Marcelo Sokal, Meri Conti, Nilson Rosa, Maicon Mohr e Paulo Westphal, que está no *hall* da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Esta Presidência, antes de encerrar a sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

## ATOS DA MESA

### ATOS DA MESA

#### ATO DA MESA Nº 107, de 21/05/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fulcro no artigo 38, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,*

DESIGNAR **CLEIA MARIA BRAGANHOLO**, matrícula nº 0730, para exercer, em substituição, o cargo de Assessor Operacional de Comunicação, código PL/AOC-1, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, SANDRA ANNUSECK, a partir de 27/04/07 (Diretoria de Comunicação Social).

Deputado Julio Garcia - Presidente  
Deputado Valmir Comin - Secretário  
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 108, de 21/05/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Fazer Cessar a vigência da Resolução nº 1685/89, de 20/11/89, que concedeu adicional de insalubridade ao servidor **ALESIO DOS PASSOS SANTOS**, matrícula nº 0460, a contar de 01/05/07.

Deputado Julio Garcia - Presidente  
Deputado Valmir Comin - Secretário  
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 109, de 21/05/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, dando atendimento à diligência constante do Processo SPE 05/04248235, do Tribunal de Contas do Estado,

RESOLVE:

Retificar a fundamentação legal estabelecida no Ato da Mesa nº 1095, de 28/10/2004, que concedeu aposentadoria por invalidez permanente ao servidor **PEDRO MACHADO FILHO**, matrícula nº 1320, nos seguintes termos:

**ONDE SE LÊ:** "artigo 40, § 1º. I e § 3º, da Constituição Federal, na redação determinada pela EC nº 41/03 e, em conformidade com os artigos 107 e seguintes, da Lei nº 6.745, de 28/12/85";

**LEIA-SE:** "artigo 40, § 3º, da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 41/03, combinado com o artigo 1º da Lei Federal nº 10.887/2004".

E, na parte dispositiva:

**ONDE SE LÊ:** "com os proventos de lei",

**LEIA-SE:** "com os proventos integrais".

Deputado Julio Garcia - Presidente  
Deputado Valmir Comin - Secretário  
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### ATA DA COMISSÃO PERMANENTE

**ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA QUE SUBMETE À APRECIÇÃO O NOME DO SENHOR WALDIR SOVERNIGO PARA TER ASSENTO COMO CONSELHEIRO DA AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANTA CATARINA (AGESC), REALIZADA NO DIA 22 DE MAIO DE 2007, ÀS 11H30MIN, NA SALA DE REUNIÃO DAS COMISSÕES Nº 01, DESTA CASA.**

O SR. PRESIDENTE (deputado João Henrique Blasi) - Bom-dia, senhores deputados. Invocando a condição regimental de deputado com mais mandatos nesta Casa, assumo a presidência temporariamente, visto o atraso do deputado Manoel Mota, presidente desta Comissão, que se encontra reunida para deliberar nos termos do artigo 14 da Constituição do Estado e do artigo 6º, parágrafo único, da Lei nº 13.533, de 2005, sobre a indicação, feita pelo senhor governador do Estado, do nome do senhor Waldir Sovernigo para ter assento como conselheiro da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina (Agesc).

Na primeira reunião, na semana passada, foi definida a presidência ao cargo do deputado Manoel Mota e a relatoria com o deputado Darci de Matos, a quem concedo a palavra neste momento.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, senhor presidente.

Passo neste momento a ler o relatório e voto ao ofício nº 0027.8/2007, que submete à apreciação do senhor Waldir Sovernigo para ter assento como conselheiro da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina. O projeto é de gênese do Executivo. *(Passa a ler.)*

"Analisando o assunto, verifiquei que sua gênese foi decorrente da Lei Complementar nº 284, de 28 de fevereiro de 2005, que no parágrafo único do artigo 86 assim determina:

'Art. 86

(...)

Parágrafo único. A organização, estruturação e funcionamento da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - Agesc, será objeto de lei específica, de origem governamental, a ser encaminhada à Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina no prazo de 90 (noventa) dias."

Atendendo ao comando da lei complementar citada, foi editada a Lei nº 13.533, de 19 de outubro de 2005, que no artigo 6º combinado com o seu parágrafo único, criou a regra para nomeação dos conselheiros da Agesc, objeto ora em apreciação, os quais transcrevo a seguir:

'Art. 6º. O conselheiro-presidente e os demais conselheiros serão nomeados pelo governador do Estado de Santa Catarina para cumprir mandatos não coincidentes de quatro anos, ressalvando o que dispõe o artigo 20 desta lei, admitida uma recondução.

Parágrafo único. A nomeação dos membros do conselho dependerá de prévia aprovação da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 41 da Constituição Estadual.'

Desta forma, verifica-se que a nomeação de qualquer dos membros do conselho da Agesc depende da aprovação prévia deste Parlamento.

Nesse sentido, a solicitação vem instruída com o currículo do pretendo candidato, cuja capacitação e experiência qualifiquem sua indicação.

Voto

Diante do exposto, com base no artigo 315, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, voto pela aprovação do ofício 0027.8/2007, referendado a nomeação do senhor Waldir Sovernigo para ter assento como conselheiro da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina."

*(Cópia fiel)*

O SR. PRESIDENTE (deputado João Henrique Blasi) - Coloco em discussão o voto, não sem antes registro a presença do indicado, senhor Waldir Sovernigo.

Com a palavra o senhor deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Senhor presidente, como estou aqui representando a bancada - é uma decisão de bancada -, solicito vista deste processo.

Amanhã nós temos reunião da Bancada e, logo em seguida, trago de volta.

O SR. PRESIDENTE (deputado João Henrique Blasi) - Concedido vista em gabinete ao deputado Décio Góes.

A comissão fica convocada para a próxima terça-feira, às 11:30h, para voltar a se reunir e deliberar sobre a matéria.

Está encerrada a reunião.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI**  
**PRESIDENTE**

\*\*\* X X X \*\*\*

## PROJETOS DE LEI

### PROJETO DE LEI Nº 167/07

Institui a "Semana da Boa Postura da Coluna Vertebral" nas escolas públicas do Estado.

Art. 1º Fica instituída a "Semana da Boa Postura da Coluna Vertebral" nas escolas públicas do Estado.

Parágrafo único. A Semana de que trata o artigo anterior será comemorada anualmente, no mês de abril, coincidente com o Dia Mundial da Saúde.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente

Sessão de 23/05/07

### JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei anexo que objetiva, sobretudo, mostrar a importância da formação do hábito da boa postura, com início na escola, pois essa instituição exerce grande influência sobre crianças e adolescentes, portanto, representa o lugar ideal para o desenvolvimento de programas como o da educação postural.

A má postura geralmente é causa de várias lesões. Cuidar da postura, juntamente com outros cuidados e atividades, é atitude que promove a saúde e ajuda a combater as lesões posturais. A educação postural é algo que se deve perseguir desde a infância, para evitar problemas na idade adulta. Todas as atividades, segundo especialistas, necessitam de uma ergonomia correta para prevenção de defeitos posturais.

Dessa forma, para dar continuidade a este projeto de lei que é tema relevante para a saúde e educação das crianças e adolescentes, peço o apoio dos nobres Pares para aprovação desta propositura.

\*\*\* X X X \*\*\*

### PROJETO DE LEI Nº 168/07

Declara de utilidade pública o Conselho dos Moradores do Saco Grande II, com sede no Município de Florianópolis.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Conselho dos Moradores do Saco Grande II, com sede no Município de Florianópolis e foro na Comarca da Capital.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em de maio de 2007.

Deputado João Henrique Blasi

Lido no Expediente

Sessão de 23/05/07

### JUSTIFICATIVA

O Conselho de Moradores do Saco Grande II, sediado no Município de Florianópolis, destina-se, nos termos do art. 3º de seu Estatuto, ao desenvolvimento social das comunidades carentes, ao amparo da família, das crianças e dos adolescentes, a promover apoio e acompanhamento pedagógico, ao desenvolvimento comunitário da saúde, do esporte, da cultura e da ecologia, dentre diversas outras atribuições.

O reconhecimento, por lei, da sua utilidade pública, visa a assegurar as vantagens e os direitos conferidos pelo Poder Público às entidades com tal status.

Justifica-se, assim, a presente propositura, em razão da relevância dos objetivos da referida associação.

\*\*\* X X X \*\*\*

### PROJETO DE LEI Nº 169/2007

Institui a música "La Merica", como tema da colonização italiana no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º. Fica oficializada, no Estado de Santa Catarina, a música "La Merica", como tema da colonização italiana, conforme Anexo Único, desta Lei.

Parágrafo único - A presente Lei faz parte das comemorações dos 130 anos de colonização italiana no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Clésio Salvaro

Lido no Expediente

Sessão de 23/05/07

### ANEXO ÚNICO

'MÈRICA,'MÉRICA,'MÉRICA'

AUTOR: ANGELO GIUSTI

TRANSCRIÇÃO: NERI ANTONIO MILANEZ

Dal'Italia noi siamo partiti

siamo partiti col nostro onore.

trentasei giorni di macchina e vapore

e in 'Merica" noi siamo arrivà

Estr. 'Mèrica', Mèrica, 'Mèrica'

Cosa sarà la sta 'Mèrica"

'Mèrica, 'Mèrica, 'Mèrica'

l'è un bel mazzolino di fior.

E nella 'Mèrica' noi siamo arrivati  
non abbiám trovato nè paia e né fieno  
abbiám dormito sul nudo terreno  
come le bestie abbiám riposà  
E la 'Mèrica' l'è lunga e l'è larga  
l'è circondata di monti e di piani  
e con la industria dei nostri italiani  
abbiám formato paesi e città

### JUSTIFICATIVA

No mês de junho de 2007 comemora-se os 130 anos da colonização italiana em nosso Estado.

A mencionada comemoração reveste-se de especial importância e será abrilhantada pela presença de autoridades italianas, representativas das regiões de onde partiram os primeiros imigrantes italianos para colonizar o Sul do Estado de Santa Catarina.

Como descendente de imigrantes italianos, cabe a este parlamentar apresentar a esta Assembléia o presente Projeto de Lei, instituindo a música "La Merica" como tema da colonização italiana em nosso Estado, procurando oficializar o que, na prática, já é aceito de forma unânime e se tornou tradicional entre os descendentes dos italianos no Estado de Santa Catarina.

Aprovando este Projeto, estará a Assembléia Legislativa prestando uma verdadeira e justa homenagem aos descendentes dos imigrantes italianos, que tanto fizeram e ainda fazem pelo desenvolvimento de nosso Estado.

Cabe ainda, informar aos senhores Deputados, que o Estado do Rio Grande do Sul, através da lei n. 2411, de 22 de dezembro de 2005, já tomou idêntica iniciativa, por ocasião do festejo dos 130 anos de imigração italiana, no mês de maio de 2005.

O autor da música é o imigrante Ângelo Giusti, poeta-agricultor que, vindo ao Brasil, sempre viveu no Travessão Rondelli, em Flores da Cunha, no Rio Grande do Sul. Giusti morreu em 1929, aos 81 anos. Autodidata, nunca frequentou a escola. Deixou inúmeras músicas e poemas, inspirados pelo seu trabalho agrícola, sua fé e seu amor a terra.

A transcrição foi efetuada pelo músico Néri Antonio Milanez, descendente de italianos, residente em Criciúma.

Sala das Sessões, 23 de maio de 2007.

Deputado Clésio Salvaro

1º. Vice-Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

## PORTARIAS

### PORTARIA Nº 1456, de 21/05/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *de acordo com o artigo 2º, incisos I, II e III, do Ato nº 374 de 28/11/2006,*

ANTECIPAR do dia 02 de julho, para o dia 11 de junho, o início das férias do servidor **JOSÉ CARLOS BRESCIANI**, matrícula nº 1395, fixadas para o ano de 2007.

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 1457, de 21/05/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

DISPENSAR **JOSÉ AGRÍCIO GONÇALVES**, matrícula nº 1564, da Função de Confiança - PL/FC-3, a partir de 16/05/07 (Comissão de Saúde).

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 1458, de 21/05/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos do artigo 17, parágrafo único e, em consonância com os anexos III a III-C, da Resolução nº 002/2006,*

DESIGNAR **ITAMAR PIRES PACHECO**, matrícula nº 1514, para exercer Função de Confiança - PL/FC-3, a partir de 16/05/07 (Comissão de Saúde).

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1459, de 21/05/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

LOTAR **ITAMAR PIRES PACHECO**, matrícula nº 1514, na Comissão de Saúde.  
Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1460, de 21/05/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *conforme o Termo de Convênio nº 08088/2003-8, que visa a cooperação técnico-profissional recíproca entre o pessoal dos poderes Legislativo e Executivo,*

LOTAR **ELIANA RAMOS COSTA**, servidora do Poder Executivo à disposição na Assembléia Legislativa, no Gabinete da Deputada Ana Paula Lima.  
Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1461, de 21/05/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *conforme o Termo de Convênio nº 08088/2003-8, que visa a cooperação técnico-profissional recíproca entre o pessoal dos poderes Legislativo e Executivo,*

LOTAR **VILSON CECHETTI**, servidor do Poder Executivo à disposição na Assembléia Legislativa, no Gabinete do Deputado Pedro Baldissera.  
Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1462, de 21/05/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *conforme o Termo de Convênio nº 08088/2003-8, que visa a cooperação técnico-profissional recíproca entre o pessoal dos poderes Legislativo e Executivo,*

LOTAR **ANTONIO FRANCISCO CERVI**, servidor do Poder Executivo à disposição na Assembléia Legislativa, no Gabinete da Presidência.  
Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

**PORTARIA Nº 1463, de 21/05/2007** - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **VERA GOULART DE SOUZA**, matrícula nº 1547, por 90 (noventa) dias, a partir de 02/05/07.

**PORTARIA Nº 1464, de 21/05/2007** - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **LUIZ OCTAVIO NEVES**, matrícula nº 0809, por 120 (cento e vinte) dias, a partir de 04/05/07.

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1465, de 21/05/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *de acordo com o artigo 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,*

Atribuir aos servidores abaixo relacionados, **ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**, no valor correspondente ao índice estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, conforme discriminado:

Nome Servidor	Matr	Processo nº	Nível	Vigência
Ricardo Cascaes Sabino	0935	0656/07	Especialização	19/04/07
Carlos Henrique Machado	1429	0659/07	Especialização	19/04/07
Cristina L. Pinto Weschenfelder	1503	0664/07	Especialização	20/04/07
Silvia Ribas de Miranda Ramos	2213	0665/07	Especialização	20/04/07
Monica Machado Meyer	1892	0692/07	Especialização	25/04/07
Gerson R. de Bandeira Pamplona	1458	0745/07	Especialização	09/05/07
Ana Lucia Coelho Mignoni Botelho	1104	0748/07	Especialização	09/05/07

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1466, 21/05/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

**CONCEDER**, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com o artigo 2º, §1º, da Lei Complementar nº 36 de 18 de abril de 1991, **LICENÇA-PRÊMIO**, aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo		Processo nº
		Quinquênio		
2211	José de Souza Filho	02/08/01	01/08/06	0625/2007
0935	Ricardo Cascaes Sabino	17/01/01	16/01/06	0668/2007
1201	Adilson Agenor Peres	02/04/02	01/04/07	0685/2007
2421	José Bel	05/07/00	04/07/05	0686/2007
1117	Tânia Maria Nowakowski	16/02/02	15/02/07	0719/2007
1534	Nádia Regina Pereira	03/08/97	02/08/02	0728/2007
1891	Lucila Antunes	02/02/00	01/02/05	0755/2007

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR****PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 026/07**

*Dá nova redação ao art. 209 da Lei Complementar n. 381, de 07 de maio de 2007, e restaura as disposições e restabelece os efeitos das Leis Complementares ns. 162, de 06 de janeiro de 1998, e 221, de 09 de janeiro de 2002.*

Art. 1º O art. 209 da Lei Complementar n. 381, de 07 de maio de 2007, passa a vigor com a seguinte alteração:

"Art. 209. Fica revogada a Lei Complementar n. 284, de 28 de fevereiro de 2005, e suas alterações posteriores.(NR)"

Art. 2º Ficam restauradas as disposições e restabelecidos os efeitos das Leis Complementares ns. 162, de 06 de janeiro de 1998, e 221, de 09 de janeiro de 2002.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 17 de maio de 2007

Deputado Kennedy Nunes  
Líder da Bancada do PP

Lido no Expediente  
Sessão de 23/05/07

**JUSTIFICAÇÃO**

O projeto em tela busca, antes de tudo, resgatar uma das mais profícuas iniciativas já tomadas no âmbito da estrutura político-administrativa do Estado de Santa Catarina, que foi a criação das Regiões Metropolitanas com um foco central: reunir, em determinada região estratégica, todos os projetos e ações de forma integrada, levando às cidades conurbadas os benefícios de investimentos e financiamentos (inclusive de organismos internacionais) para setores essenciais tais como: saneamento básico, destino do lixo, fornecimento de água potável, transportes e telecomunicações.

A recordar que, até à promulgação da constituição Federal de 1998, era a União que determinava onde e como seriam criadas as regiões metropolitanas e, partir da nova Carta Magna, essa prerrogativa coube aos estados da Federação. Em Santa Catarina as primeiras regiões foram criadas a partir de 1995, sendo a primeira, a Grande Florianópolis, seguindo-se as regiões do Vale do Itajaí e do Norte/Nordeste Catarinense, da Foz do Rio Itajaí, da Carbonífera e a de Tubarão. Todas com o propósito de levar o desenvolvimento de forma integrada aos seus inúmeros municípios conurbados.

Com o processo da descentralização implantado pelo Governo de estado, as regiões metropolitanas ficaram no "limbo": não chegaram a ser extintas, mas ficaram à disposição de um eventual estudo "para programação de ações integradas com as secretarias de Desenvolvimento Regional" (...), o que nunca ocorreu efetivamente. Agora, com a terceira e última Reforma Administrativa elas foram simplesmente extintas e, paradoxalmente, criada e assegurada apenas uma: a da Região de Chapecó.

Ao mesmo tempo em que pleiteia o ressurgimento das extintas regiões metropolitanas, nada obstante que a elas se junte a Região de Chapecó, o projeto em questão procura sanar duas situações esdrúxulas: a extinção pura e simples, e sem quaisquer justificativas plausíveis de uma estrutura altamente benéfica para dezenas de cidades e seus cidadãos; e a criação de uma nova Região (Chapecó), quando se extinguem as demais.

\*\*\* X X X \*\*\*